



CASCAIS

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CASCAIS

RELATÓRIO AMBIENTAL

Ficha Técnica

Coordenação

Maria do Rosário Partidário

Equipa Técnica

Beatriz Romão

Joana Lima

Índice

Ficha Técnica.....	2
Coordenação	2
Equipa Técnica	2
ANEXOS	3
Índice de Figuras.....	4
Índice de Quadros	4
Acrónimos e Siglas.....	5
1. Introdução	7
2. Objetivo e Metodologia da AAE	9
2.1 Abordagem Específica.....	10
2.2 Objeto de Avaliação.....	13
3. Quadro de Avaliação Estratégica.....	16
3.1 Fatores Críticos de Decisão, Critérios de Avaliação e Indicadores	16
3.1.1 Questões Estratégicas (QE)	17
3.1.2 Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS).....	17
3.1.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE).....	17
4. Quadro Institucional de Governança	20
5. Avaliação	22
6. Conclusões e Recomendações	59

ANEXOS

ANEXO I – Lista de Entidades Relevantes para Consulta

ANEXO II – Quadro Institucional de Governança: Responsabilidades e Competências

ANEXO III – Orientações e Metas do QRE

ANEXO IV – Sistematização dos Fatores de Contexto Considerados para a Avaliação

ANEXO V – Respostas aos pareceres das entidades consultadas ao RA

ANEXO VI – Parecer do núcleo do património histórico e cultural da CMC

ANEXO VI – Parecer da CCDR-LVT ao RFCD

ANEXO VIII – Pareceres das entidades consultadas ao RA

Índice de Figuras

Figura 1. Alinhamento processual entre as equipas AAE e CMC.	6
Figura 2. Identificação das áreas urbanizáveis no PDM Cascais 2015.	20

Índice de Quadros

Quadro 1. Eixos Estratégicos e Quadro de Avaliação (pré e pós simplificação).	10
Quadro 2. Eixo Estratégico.	11
Quadro 3. Objetivos da alteração do PDM Cascais.	11
Quadro 4. Objetivo, critério de avaliação e indicador do FCD.	14
Quadro 5. Fatores de contexto e o seu objetivo.	14
Quadro 6. Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) relevantes, por FCD.	15
Quadro 7. Relevância do QRE por FCD.	16
Quadro 8. Relação entre os objetivos do QRE e os EE da alteração do PDM Cascais.	17
Quadro 9. Interesses no processo de alteração do PDM Cascais para a adequação ao NRJIGT.	19
Quadro 10. Proposta de requalificação das áreas urbanizáveis no PDM Cascais 2015.	21

Acrónimos e Siglas

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CC	Comissão Consultiva
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CMC	Câmara Municipal de Cascais
DA	Declaração Ambiental
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
DGT	Direção Geral do Território
DL	Decreto-Lei
EE	Eixo Estratégico
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
ENCNB 2030	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade
ENAR 2020	Estratégia Nacional para o Ar 2020
ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
ICNF	Instituto Nacional para a Conservação da Natureza e Florestas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
NRJIGT	Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
OT	Ordenamento do Território
PA3C2	Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas de Cascais
PDM Cascais	Plano Diretor Municipal de Cascais
PEDU Cascais	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Cascais
PENSAAR 2020	Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020
PERSU 2020+	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020
PMAAC-AML	Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNI 2030	Plano Nacional de Investimentos 2030
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PNUEA 2020	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
POCACE	Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel
POPNSC	Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra Cascais
POSEUR 2020	Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
Portugal2020	Portugal 2020
PSRN2000	Plano Setorial Rede Natura 2000

QA	Questão Ambiental
QAS	Questões Ambientais e de Sustentabilidade
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório Ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RNC 2050	Roteiro para a Neutralidade Carbónica
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

1. Introdução

O presente documento constitui o **Relatório Ambiental** (RA) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do processo de Alteração do Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM Cascais) para Adequação ao Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (NRJIGT) ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 76.º, n.º 1, 115.º, n.º 2, alínea c), 118.º e 199.º do NRJIGT. Este relatório destina-se a descrever o processo de desenvolvimento da AAE e os seus principais resultados decorrentes da colaboração com a equipa de planeamento da Câmara Municipal de Cascais (CMC).

Em 2018, a CMC aprovou os Termos de Referência para o processo de alteração do PDM Cascais para adequação ao novo RJIGT, ao abrigo da norma do art. 199º do NRJIGT. Estes ditam que os planos municipais devem “no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor do presente decreto-lei, incluir as regras de classificação e qualificação previstas no presente decreto-lei, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo”. Assim, a decisão de alteração do PDM vem responder à nova classificação de solo (solo rústico e solo urbano) e às novas regras de qualificação de solo de acordo com o seu uso, aproveitamento e potencialidades de desenvolvimento (art.º 69º - 74º NRJIGT).

A Avaliação Ambiental (AA) das alterações por adaptação do PDM está incluída no NRJIGT (como disposto no n.º 2 do art. 120º), contemplando o estipulado pelo Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, e do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, referentes à avaliação ambiental de instrumentos de gestão territorial.

Este enquadramento legal define como responsável pela AA o proponente do Plano a avaliar, neste caso a Câmara Municipal de Cascais. Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AA, determinação do seu âmbito e alcance, e respetiva consulta de entidades e do público, preparação do Relatório Ambiental e respetivas consultas públicas e institucionais, e, por fim, apresentação da Declaração Ambiental (DA) à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A Avaliação Ambiental adota uma abordagem metodológica de Avaliação Ambiental Estratégica, na qual a AAE assume um papel de facilitador do processo de planeamento, alertando para situações de risco ou de oportunidade com uma perspetiva de sustentabilidade, em função de fatores críticos para a decisão (FCD).

Após a 1ª fase de proposta de enfoque estratégico, com a consulta das entidades em relação ao Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), por orientação política do executivo municipal de Cascais a AAE teve uma alteração no seu propósito, reduzindo o seu âmbito de avaliação. Por este motivo, o referencial de avaliação exposto no RFCD foi simplificado, estando revertida a nova orientação no presente RA. As principais alterações são ao nível dos eixos estratégicos e da matriz de avaliação, conforme descrito no capítulo *Objetivo e Metodologia da AAE* (Capítulo 2).

Ao longo do processo de planeamento, a AAE contribuiu para a tomada de decisão nas diferentes fases de elaboração da adequação do PDM, estando o processo de interação entre as equipas ilustrado na Figura 1.

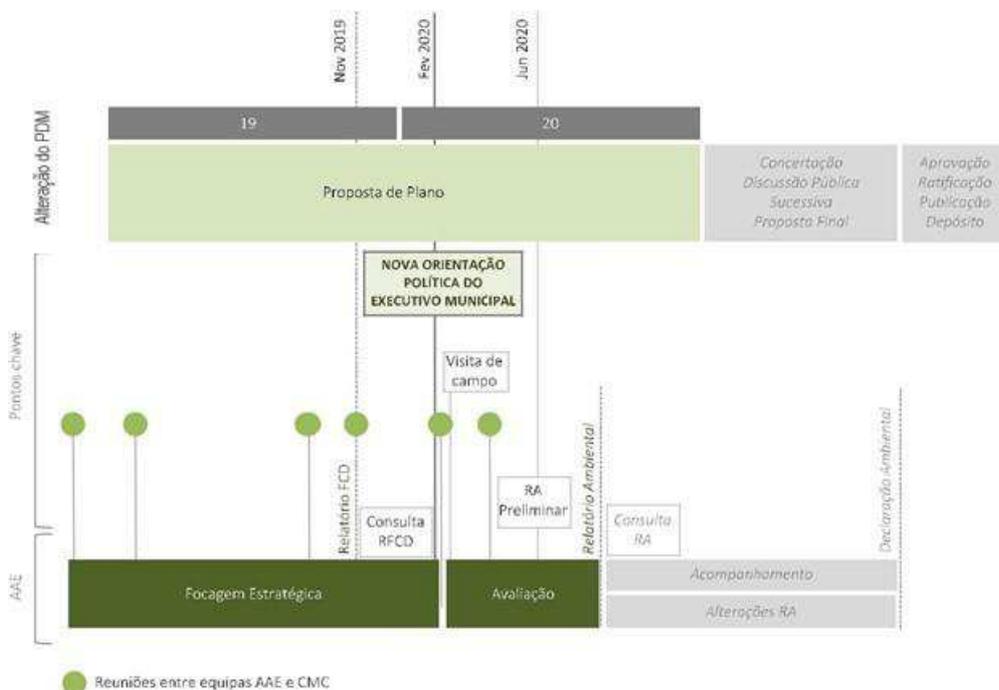


Figura 1. Alinhamento processual entre as equipas AAE e CMC.

O Relatório Ambiental estrutura-se do seguinte modo: Introdução (Capítulo 1), Objetivo e Metodologia da AAE (Capítulo 2), Quadro de Avaliação Estratégica (Capítulo 3), Quadro Institucional de Governança (Capítulo 4), Avaliação (Capítulo 5) e Conclusões e Recomendações (Capítulo 6).

Em Anexo encontra-se a Lista de Entidades Relevantes para Consulta (Anexo I), o Quadro Institucional de Governança com Respetivas Responsabilidades e Competências (Anexo II), as Orientações e Metas do QRE (Anexo III), a Sistematização dos Fatores de Contexto (Anexo IV), Respostas aos pareceres das entidades consultadas ao RA (Anexo V), o Parecer da CCDR-LVT ao RFCD (Anexo VI) e os Pareceres das entidades consultadas ao RA (Anexo VII).

2. Objetivo e Metodologia da AAE

O objetivo da AAE é avaliar as implicações estratégicas das alterações que vão ser introduzidas no PDM Cascais para adequação ao NRJIGT, e quais os riscos e oportunidades que estas poderão suscitar para o ambiente e para a sustentabilidade do município. Para assegurar estes objetivos, a metodologia a seguir na AAE concretiza-se nas atividades fundamentais adiante descritas, que se irão articular com o processo de planeamento.

A AA da elaboração da alteração do PDM Cascais será desenvolvida com base na metodologia de AAE descrita em Partidário (2012)¹, segundo a qual a avaliação deve ser conduzida em simultâneo com a alteração do Plano, considerar um contexto de sustentabilidade e apontar a atenção para aspetos essenciais relevantes que, cumprindo a legislação, evitem descrições demasiado detalhadas em relação à escala do Plano.

Esta abordagem estratégica foi desenvolvida em estreita colaboração com a equipa de planeamento e com o Executivo Municipal, tendo ainda em conta os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades.

Neste âmbito, a AAE da alteração do PDM Cascais alinha-se com a abordagem pró-ativa seguida pela equipa de planeamento, procurando recorrer ao envolvimento de entidades públicas, agentes relevantes e do público para a leitura das várias perspetivas e prioridades de desenvolvimento do concelho. Desta forma, pretende-se garantir a formalidade legal de avaliação, assegurando a informação necessária sobre as consequências ambientais do Plano, mas também uma adequada focagem da AAE e um contributo construtivo para a realização de ajustamentos que assegurem a integração das condições ambientais durante o processo de planeamento.

Por forma a dar cumprimento às exigências legalmente definidas, são preparados os seguintes documentos:

Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), que determina o âmbito da avaliação a realizar, nos termos do Art.º 5º, do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio;

Relatório Ambiental (RA) relativo aos resultados da Avaliação Ambiental, nos termos do Art.º 6º, do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio, em versão preliminar e final;

Declaração Ambiental (DA) a ser entregue à Agência Portuguesa do Ambiente, nos termos do nº 1 do Art.º 10º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio.

¹ Partidário, MR 2012. Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais. Lisboa.

2.1 Abordagem Específica

O desenvolvimento da AAE envolve um conjunto de atividades organizado em três fases (ver Figura 2):

A **primeira fase** da AAE definiu o enfoque estratégico da avaliação, que culminou na identificação de fatores críticos para a decisão, critérios de avaliação e indicadores.

A **segunda fase** decorreu em simultâneo com a estratégia a adotar para a alteração por adequação do plano, e com a identificação e avaliação de opções estratégicas fundamentais.

A **terceira fase** decorreu em simultâneo com a fase de concertação e afinamento tendo sido em seguida apresentada para discussão pública até à aprovação do PDM pela Assembleia Municipal.

Fase 1 – Contexto e focagem estratégica:

- a) **Metodologia e Alinhamento Processual** – Correspondeu ao estabelecimento de uma metodologia processual para as atividades da AAE, de forma coordenada com o desenvolvimento da alteração do PDM, e ao mapeamento dos trabalhos num cronograma que define os momentos de interação.
- b) **Objeto de Avaliação da AAE** – Correspondeu à definição do objeto de avaliação da alteração do PDM Cascais.
- c) **Quadro Problema** – Correspondeu a um diagnóstico rápido e estratégico com a identificação das principais debilidades e potencialidades que se colocam a um desenvolvimento sustentável do município de Cascais, designadamente os principais valores e condicionantes, bem como os fatores de mudança que determinam a evolução do município.
- d) **Quadro de Referência Estratégico** – Correspondeu à definição do conjunto de macropolíticas europeias, nacionais, regionais e locais relevantes que enquadram a alteração do PDM Cascais e que estabeleceram o referencial para a avaliação. Estas macropolíticas enquadram compromissos a satisfazer a nível municipal, mas também linhas orientadoras de futuro relevantes para a sustentabilidade do município.
- e) **Quadro de Governança** – Correspondeu à definição dos principais atores, responsabilidades e competências relevantes para a AAE, bem como às potenciais lacunas e sobreposições de competências institucionais.
- f) **Quadro de Avaliação Estratégica** – Correspondeu à identificação e estabelecimento dos FCD relevantes para avaliar a alteração do PDM Cascais, respetivos critérios de avaliação e indicadores. O quadro de avaliação estratégica resultou da análise integrada de um conjunto diverso de elementos:
 - Quadro de Referência Estratégico (QRE);
 - Questões Estratégicas (QE) da alteração do PDM Cascais - que configuram a conjuntura estratégica, objetivos e linhas de força que orientam a alteração do PDM e que resultam de decisões emanadas pelo Executivo Municipal, dos seus órgãos consultivos ou resultantes de consultas a agentes com interesse municipal;
 - Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) – nomeadamente as que são legalmente definidas no Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº58/2011 de 4 de maio, traduzidas para a escala e âmbito do PDM Cascais e relevantes para as características municipais.

O resultado desta fase 1 foi objeto de consulta institucional uma vez que, de acordo com o n.º1 do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de maio, compete à entidade responsável pelo plano "determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental" e, de acordo com o nº 3 do artigo citado, "a entidade responsável pela elaboração do plano solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental". Apesar de a legislação só exigir a consulta institucional, recomendou-se igualmente, como boa prática, a consulta de outras entidades não mencionadas na legislação, e do público em geral, tal como proposto no Anexo I.

Relativamente ao envolvimento de partes interessadas, importa referir que durante a primeira fase do processo houve apenas a consulta institucional legalmente exigida. Face à reorientação política referida, o RA apresenta um referencial de avaliação simplificado em relação ao que foi apresentado no RFCD.

Fase 2 – Caminhos para a sustentabilidade e diretrizes:

- a) **Avaliação e discussão da proposta de classificação do uso do solo** – Identificação e avaliação de oportunidades e riscos da estratégia seguida para realizar as alterações.

Face à simplificação já referida deste processo, não se justificou realizar uma análise tendencial, tendo-se optado por se sintetizar os resultados de análise dos Fatores de Contexto no *Anexo IV - Sistematização dos Fatores de Contexto Considerados para a Avaliação*. Estes resultados têm como base estudos realizados no âmbito da caracterização e desenvolvimento da alteração do PDM Cascais e outros estudos específicos.

- b) **Preparação do RA** – Corresponde à preparação do relatório ambiental, incluindo diretrizes e recomendações para serem integradas nas propostas do PDM e no seu programa de monitorização e seguimento. O RA deve ser sujeito a consulta institucional e do público.

Fase 3 – Adequação e afinamento do RA e Declaração Ambiental:

- a) **Acompanhar o processo de consulta** das ERAE e do público, tal como legalmente exigido, e ponderar os resultados da consulta institucional e pública na versão final do RA, bem como as alterações realizadas no decorrer do PDM.
- b) **Alterações ao RA** - Decorrentes dos comentários que sejam dirigidos diretamente ao RA, bem como as alterações ao PDM que possam ter implicações para a elaboração do RA final.
- c) **Declaração Ambiental** – Elaboração do documento final que encerra formalmente o processo legal, após a aprovação da alteração do PDM de Cascais pela Assembleia Municipal, e entrega dos respetivos documentos, juntamente com a proposta final do PDM, à APA.

Conforme mencionado, por motivos de orientação política do executivo municipal de Cascais, o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão foi simplificado, estando essa simplificação apresentada neste RA.

Esta simplificação vem responder a alguns aspetos mencionados nos pareceres emitidos pelas entidades consultadas, em particular o parecer da CCDR-LVT (novembro, 2019) que entendeu que, face ao objeto de avaliação definido no RFCD, o conteúdo do quadro de avaliação apresentado extravasava o âmbito da alteração do PDM Cascais para adequação ao NRJIGT (Anexo VI). Por esse motivo, a AAE apresenta um foco limitado às

alterações propostas para os territórios classificados no PDM Cascais 2015 como urbanizáveis, uma vez que a CMC considerou que as alterações de todas as outras classes de uso do solo, além das urbanizáveis, são muito pontuais e não têm orientação estratégica sujeita AAE.

Os resultados da adequação dos eixos estratégicos e quadro de avaliação anteriormente definidos são sistematizados no Quadro 1, distinguindo o que foi apresentado no RFCD (pré-simplificação) e o que é trabalhado neste RA (pós-simplificação).

Quadro 1. Eixos Estratégicos e Quadro de Avaliação (pré e pós simplificação).

EIXOS ESTRATÉGICOS	
PRÉ SIMPLIFICAÇÃO	PÓS SIMPLIFICAÇÃO
<p>EE1 – Requalificação Territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Qualificação do solo rústico</i> <i>Qualificação do solo urbano</i> <i>Política de habitação</i> <i>Espaço público</i> <i>Sustentabilidade económica</i> <p>EE2 – Infraestruturas e Mobilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Aeroporto</i> <i>Mobilidade</i> <i>Intermodalidade e redes</i> <i>Infraestruturas territoriais e urbanas</i> <p>EE3 – Valorização do Solo Rústico e Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Ribeiras</i> <i>Estrutura Ecológica Municipal</i> <i>Alterações climáticas</i> 	<p>EE1 – Requalificação Territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Qualificação do solo rústico</i> <i>Qualificação do solo urbano</i> <i>Sustentabilidade económica</i>
QUADRO DE AVALIAÇÃO	
PRÉ SIMPLIFICAÇÃO	PÓS SIMPLIFICAÇÃO
<p>FCD1 – Classificação do Solo</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Classificação do solo</i> <i>Estrutura Ecológica Municipal</i> <p>FCD2 – Riscos e Alterações Climáticas</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Ribeiras</i> <i>Adaptação às alterações climáticas</i> <i>Vulnerabilidade aos riscos</i> <i>Riscos de poluição (ruído, água, ar, solo, resíduos)</i> <p>FCD3 – Requalificação Territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Requalificação do espaço público</i> <i>Renovação de territórios degradados</i> <i>Mobilidade sustentável</i> 	<p>FCD1 – Classificação do Solo</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Classificação do solo</i>

2.2 Objeto de Avaliação

O objeto de avaliação da AAE consiste nas propostas da alteração do PDM de Cascais para os territórios classificados no PDM-Cascais 2015 como urbanizáveis. As referidas propostas foram estruturadas num eixo estratégico (Quadro 2).

Quadro 2. Eixo Estratégico.

EE1 – Requalificação Territorial

Qualificação do solo rústico
Qualificação do solo urbano
Sustentabilidade económica

O Quadro 3 sistematiza os objetivos de alteração do PDM de Cascais para adequação ao NRJIGT, correspondendo às exigências nos termos do DL nº 80/2015, circunscrevendo assim o âmbito da AAE.

Quadro 3. Objetivos da alteração do PDM Cascais.

APRESENTAÇÃO DISPONIBILIZADA PELA CM CASCAIS À	
DATA DE 09/08/2019	NRJIGT (DL nº 80/2015)
<p>Princípios Gerais da Alteração do PDM-NRJIGT:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não contempla a adequação da REN; 2. Não contempla a adequação da RAN; <p>Não serão alterados quaisquer condicionantes, atendendo ao âmbito de alteração do PDM.</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. A opção de planeamento sobre a classificação do solo como Rústico ou Urbano – incide num processo de classificação <i>ex-novo</i>, e – está dependente de critérios muito rigorosos, definidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015. <p>Por princípio, e nos termos do NRJIGT, os terrenos em Solos Urbanizáveis passam a Solo Rústico, a não ser que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Tenham um projeto licenciado no âmbito do PDM em vigor; 2. A área se apresente total ou parcialmente infraestruturada; 3. Exista uma programação urbanística que: 	<p>-</p> <p>Institui-se um novo sistema de classificação do solo, em solo urbano e solo rústico, que opta por uma lógica de efetiva e adequada afetação do solo urbano ao solo parcial ou totalmente urbanizado ou edificado, eliminando-se a categoria operativa de solo urbanizável.</p> <p>[TEXTO – Preâmbulo do DL nº 80/2015]</p> <p>Os planos intermunicipais ou municipais classificam o solo como urbano ou rústico, considerando como <u>solo urbano</u>, o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação.</p> <p>[alínea a) do n.º 2 do artigo 71º]</p> <p>Considera-se como solo urbano, o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado.</p> <p>[alínea a) do n.º 2 do artigo 71º]</p>

APRESENTAÇÃO DISPONIBILIZADA PELA CM CASCAIS
À DATA DE 09/08/2019

NRJIGT (DL nº 80/2015)

Se adequa à programação estratégica do PDM

A reclassificação do solo como urbano deve contribuir, de forma inequívoca, para o **desenvolvimento sustentável do território**.

[n.º 2 do artigo 72º]

Identifique os custos e os mecanismos de redistribuição de benefícios e encargos;

A reclassificação do solo como urbano (...) obriga à fixação, por via contratual, dos encargos urbanísticos das operações, do respetivo prazo de execução e das **condições de redistribuição de benefícios e encargos**, considerando todos os custos urbanísticos envolvidos.

[n.º 2 do artigo 72º]

Demonstre a sustentabilidade económica e financeira;

Assim, institui-se a obrigatoriedade da demonstração da sustentabilidade económica e financeira da transformação do **solo rústico em urbano**, através de indicadores demográficos e dos níveis de oferta e procura do solo urbano.

[TEXTO - Preâmbulo do DL nº 80/2015]

Fixe um prazo para a sua execução

O plano deve delimitar a área objeto de reclassificação e **definir o prazo para execução das obras de urbanização e das obras de edificação**, o qual deve constar expressamente da certidão do plano a emitir para efeitos de inscrição no registo predial.

[n.º 5 do artigo 72º]

Em 2020, para responder ao parecer emitido pelo ICNF, a equipa do plano procedeu à qualificação do Solo Rústico fazendo corresponder as categorias de solo rústico já em vigor aos novos critérios do RJIGT. A Qualificação do Solo Rústico teve como premissas de base, nomeadamente:

- Os instrumentos de planeamento em vigor e aplicáveis na área do PDM de Cascais;
- Os novos critérios de classificação e reclassificação do solo definidos no DR nº 15/2015, de 19 de agosto, bem como os critérios e categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, quer a nível regulamentar quer a nível das peças desenhadas;
- Os respetivos parâmetros e definições das áreas de proteção dos diversos níveis do POPNSC.

Seguidamente apresenta-se a título exemplificativo para os Espaços naturais e paisagísticos as alterações à qualificação do Solo Rústico efetuadas pela equipa do PDM.

Fundamentação da categorização do solo rústico – Exemplo Espaços naturais e paisagísticos

Definições do Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto	Proposta de Qualificação do Solo Rústico - CMC 2021		
<p>Artigo 17.º - Categorias de Solo Rústico</p> <p>1 — A qualificação do solo rústico processa -se com base nas categorias seguintes:</p> <p>a) Espaços agrícolas;</p> <p>b) Espaços florestais;</p> <p>c) Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos;</p> <p>d) Espaços de atividades industriais diretamente ligadas às utilizações referidas nas alíneas anteriores;</p> <p>e) Espaços naturais e paisagísticos;</p> <p>f) Outras categorias de solo rústico:</p> <p>i) Espaços culturais;</p> <p>ii) Espaços de ocupação turística;</p> <p>iii) Espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações;</p> <p>iv) Aglomerados rurais;</p> <p>v) Áreas de edificação dispersa.</p>	Categoria	Sub Categoria	Conteúdo Programático
<p>Artigo 21.º Espaços naturais e paisagísticos</p> <p>1 - Devem ser qualificadas como espaços naturais as áreas com maior valor natural e as zonas sujeitas a regimes de salvaguarda mais exigentes, como tal identificadas nos programas das áreas protegidas ou no programa sectorial da Rede Natura 2000, bem como as áreas de reconhecido interesse natural e paisagístico, desde que em qualquer dos casos o seu uso dominante não seja agrícola, florestal ou de exploração de recursos geológicos.</p> <p>2 - Devem também ser qualificadas como espaços naturais as zonas húmidas e as áreas naturais descobertas ou com vegetação esparsa, incluindo praias, arribas, dunas ou afloramentos rochosos.</p>	ESPAÇOS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS	<p>i. ESPAÇO NATURAL DE NÍVEL 1</p> <p>ii. ESPAÇO NATURAL DE NÍVEL 2</p> <p>iii. ESPAÇO NATURAL DE NÍVEL 3</p>	<p>Propõem-se qualificar com esta categoria todas as áreas classificadas pelo PO-PNSC como “Área de Proteção Total” e ainda as áreas abrangidas pelas tipologias da REN</p> <p>Propõem-se qualificar com esta categoria todas as áreas classificadas pelo PO-PNSC como “Área de Proteção Parcial”, pela COS2018 como “Matos”, pelo PG-ZEC como “Matos e Matagais”</p> <p>ESPAÇO NATURAL DE NÍVEL 3 Propõem-se qualificar com esta categoria todas as áreas classificadas pelo PO-PNSC como “Área de Proteção Complementar” e pela COS2018 como “Espaços Descobertos ou com Pouca Vegetação”</p>

A valorização do solo rústico enquanto estratégia municipal, carece de estudos técnicos aprofundados que serão desenvolvidos no âmbito da próxima adequação do PDM, alinhados com as estratégias em desenvolvimento/elaboração a nível metropolitano (Ex: Projeto Robust), que não se coadunam com uma mera Alteração do PDM.

Face ao exposto, atendendo a que a subcategorização das classes de solo rústico não configura por si só uma alteração de estratégia municipal, que é remetida para adequação do PDM, e uma vez que esta subcategorização não suscita, nem se preveem, consequências ambientais, não haverá qualquer alteração na avaliação ambiental desenvolvida.

3. Quadro de Avaliação Estratégica

Conforme descrito no Capítulo da Metodologia, a identificação dos FCD resulta de uma análise integrada de elementos de base estratégica que incluem as Questões Estratégicas (QE) da alteração do PDM para adequação ao NRJIGT, o Quadro Problema (consubstanciado nas Questões Ambientais e de Sustentabilidade - QAS) e o Quadro de Referência Estratégico (QRE).

3.1 Fatores Críticos de Decisão, Critérios de Avaliação e Indicadores

Os FCD, de acordo com a metodologia de AAE, não pretendem descrever exaustivamente a situação existente, mas apontar para aspetos críticos, de destaque, relacionados com as políticas e estratégias de desenvolvimento do PDM Cascais que sejam relevantes para a AAE.

Conforme descrito no capítulo Objetivo e Metodologia da AAE, o RFCD apresentava um conjunto de FCD, critérios e indicadores que foram, entretanto, revistos em função da nova orientação política do executivo municipal de Cascais, e como resposta aos pareceres institucionais. Assim, o quadro de Fatores Críticos de Decisão nesta AAE - limita-se a um FCD, um critério de avaliação e um indicador.

Quadro 4. Objetivo, critério de avaliação e indicador do FCD.

FCD#1 – Classificação do Solo	
Objetivo / Âmbito	Critério de Avaliação e Indicador
Avalia o modo como a alteração do PDM aborda a nova classificação do solo, no âmbito do NRJIGT, e como estrutura a renovação e reconversão dos territórios.	<p><u>Classificação do Solo</u></p> <p>Avaliação da transição das classes de uso do solo segundo o NRJIGT, e avaliação do equilíbrio da rede urbana concelhia.</p> <p><i>Indicador</i> - Evolução da ocupação do solo</p>

Complementarmente ao FCD, o quadro 5 considera, também, os Fatores de Contexto (FC), apresentados no Quadro 5. A sistematização da informação de suporte relativamente a estes FC encontra-se apresentada no Anexo IV.

Quadro 5. Fatores de contexto e o seu objetivo.

Fatores de contexto	
Objetivo / Âmbito	Fatores de contexto
Avalia o modo como a alteração do PDM considera as questões ambientais e de sustentabilidade na nova classificação do solo, no âmbito do NRJIGT.	<p>FC-1 Estrutura Ecológica Municipal;</p> <p>FC-2 Vulnerabilidade aos Riscos;</p> <p>FC-3 Adaptação às Alterações Climáticas;</p> <p>FC-4 Riscos de Poluição.</p>

3.1.1 Questões Estratégicas (QE)

As QE constituem as principais linhas de força para o desenvolvimento futuro do concelho de Cascais.

As QE resultam diretamente das orientações estratégicas estabelecidas no decorrer da alteração do PDM – Eixo Estratégico (Quadro 2) - *EE1: Requalificação Territorial*: Qualificação do solo rústico, Qualificação do solo urbano, Sustentabilidade Económica.

3.1.2 Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)

No âmbito da análise das QAS foram identificados aspetos chave relevantes para a avaliação da alteração da classificação do solo. Estes aspetos foram considerados no quadro das Questões Ambientais e Sustentabilidade através dos Fatores de Contexto, (FC-1) Estrutura Ecológica Municipal; (FC-2) Vulnerabilidade aos Riscos; (FC-3) Adaptação às Alterações Climáticas; e (FC-4) Riscos de Poluição.

Quadro 6. Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) relevantes, por FCD.

Temas	QAS relevantes para o PDM Cascais	QA definidas legalmente	
Classificação do Solo	Alterações Climáticas	Bens materiais	Fauna
	Estrutura e Funcionalidade Ecológica	Sol	Flora
	Gestão de Recursos Ambientais	Paisagem	Água
		Biodiversidade	População
Riscos e Alterações Climáticas	Alterações Climáticas	Água	Solo
	Qualidade Ambiental	População	Bens materiais
	Vulnerabilidade Territorial	Saúde humana	Fatores climáticos
			Atmosfera

3.1.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Para a definição do QRE foram analisadas as políticas, programas e planos que enquadram estrategicamente a alteração do PDM Cascais e para o qual estabelecem objetivos e metas de sustentabilidade, servindo de referencial à avaliação.

O Quadro 7 apresenta a lista de instrumentos de política e planeamento identificados relevantes para o FCD identificado e para os Fatores de Contexto considerados (Estrutura Ecológica Municipal, Vulnerabilidade aos Riscos, Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos de Poluição).

O Anexo III identifica os objetivos e metas aplicáveis ao PDM Cascais no âmbito desta avaliação. Os objetivos e metas aqui identificados constituem, assim, os referenciais ambientais e de sustentabilidade a partir dos quais a alteração do PDM Cascais será avaliada estrategicamente.

Quadro 7. Relevância do QRE por FCD.

		DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS RELEVANTES
FCD Classificação do Solo	✓	Agenda2030–Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
	✓	Cascais2030 ⁽²⁾
	✓	EstratégiadeSustentabilidadede Cascais – Agenda XXI
Fatores de Contexto	✓	Portugal2020
	✓	PlanoNacionaldeInvestimentos 2030 (PNI 2030)
	✓	Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas de Cascais (PA3C2)
	✓	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)
	✓	Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR2020)
	✓	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	✓	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Cascais (PEDU Cascais)
	✓	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020+)
	✓	Plano Estratégico de Abastecimento e Saneamento de Água Residuais (PENSAAR2020)
	✓	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA 2020)
	✓	Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5 2016-2021)
	✓	Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020)
	✓	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB 2030)
		Plano Setorial Rede Natura 2000 (PSRN2000)
	✓	Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais (POPNSC)
	✓	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI)
	✓	Programa da Orla Costeira Alcobça-Cabo Espichel (POCACE)

⁽²⁾Cascais 2030 assume o compromisso público para com os princípios da Agenda 2030 da ONU e para com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através da elaboração de uma estratégia municipal que contribua para o cumprimento pleno dos mesmos com impacto na competitividade do município, na qualidade de vida dos municípios e na preservação dos recursos naturais.

O Quadro 8 sumariza a relação entre as orientações das macropolíticas constantes no QRE e o EE da alteração do PDM Cascais (*EE1: Requalificação Territorial*), servindo também este exercício de suporte à construção do Quadro de Referência Estratégico, através de uma análise de convergência entre as estratégias do PDM e as macropolíticas de referência.

Quadro 8. Relação entre os objetivos do QRE e os EE da alteração do PDM Cascais.

MACROPOLÍTICAS QRE	EE1
Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	✓
Cascais 2030	✓
Estratégia de Sustentabilidade de Cascais – Agenda XXI	✓
Portugal 2020	
Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)	✓
Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas de Cascais (PA3C2)	✓
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)	✓
Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR 2020)	✓
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	✓
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Cascais (PEDU Cascais)	✓
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020+)	
Plano Estratégico de Abastecimento e Saneamento de Água Residuais (PENSAAR 2020)	
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA 2020)	✓
Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5 2016-2021)	
Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020)	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB 2030)	
Plano Sectorial Rede Natura 2000 (PSRN2000)	
Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais (POPNSC)	✓
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	
Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel (POCACE)	

4. Quadro Institucional de Governança

O Quadro Institucional de Governança é uma dimensão relevante da AAE. Prende-se com níveis de responsabilidade dos agentes principais, relações de poder e oportunidade e capacidade de envolvimento dos mesmos.

Para identificar a capacidade institucional no processo de alteração do PDM Cascais para adequação) ao NRJIGT foi necessário identificar os agentes relevantes, bem como as responsabilidades e competências legalmente definidas (Anexo II). Este exercício permitiu identificar o quadro institucional existente no concelho de Cascais para o desenvolvimento da estratégia proposta, e lacunas, ou sobreposições, de responsabilidades institucionais existentes. São identificados os seguintes grupos de interesse:

- Autoridades locais e órgãos representativos (Câmara Municipal de Cascais, Juntas de Freguesia do município de Cascais e Área Metropolitana de Lisboa);
- Administração pública (APA, ICNF, ANEPC, CCDR-LVT, DGT, DGPC e demais entidades da administração pública regional);
- Municípios limítrofes (Sintra e Oeiras);
- Serviços públicos e privados (Operadores de Transportes, Águas de Cascais e demais entidades de prestação de serviços públicos e privados);
- Agentes económicos (Privados com investimentos no município de Cascais e demais empresas sediadas no município);
- Associações;
- Outros agentes de interesse, incluindo munícipes e órgãos de comunicação.

Cada grupo de interesse tem atualmente responsabilidades específicas em relação ao processo de planeamento. No Quadro 9 estão representados os possíveis interesses dos agentes relevantes em relação às linhas estratégicas do PDM, derivados das suas responsabilidades na concretização da estratégia de desenvolvimento para o concelho.

Quadro 9. Interesses no processo de alteração do PDM Cascais para a adequação ao NRJIGT.

GRUPOS DE INTERESSE	ÁREAS DE COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADE ⁽²⁾						
	Sistema urbano	Coesão territorial	Valores naturais	Rede de equipamentos e qualidade de vida	Investimentos na promoção e qualificação territorial	Rede de mobilidade	sustentável
Autoridades locais e órgãos representativos	X	X	X	X	X	X	X
Administração pública	X	X	X	X	X	X	X
Municípios limítrofes		X	X	X			X
Serviços públicos e privados	X	X		X	X		X
Agentes económicos	X	X	X	X	X		X
Associações	X	X	X	X			
Outros agentes de interesse	X	X	X	X	X		X

A AAE teve em conta este quadro institucional na avaliação, designadamente analisando se existem capacidades instaladas para uma eficaz implementação das políticas e medidas propostas pelo PDM, e para a definição de uma rede de relações diretas e/ou indiretas para a concretização eficaz e eficiente dessas políticas e medidas. Neste processo foi considerado o envolvimento efetivo dos agentes no processo de elaboração da adequação e discussão do PDM Cascais-.

² Áreas de competência abordadas nos Eixos Estratégicos da alteração do PDM Cascais para adequação ao NRJIGT.

5. Avaliação

Neste capítulo procede-se à identificação, caracterização e avaliação das áreas urbanizáveis que, decorrentes do processo de alteração do PDM Cascais para adequação ao NRJIGT, vão receber uma nova classificação de uso do solo: rústica ou urbana.

Optou-se por se sistematizar a avaliação por “ficha” para cada uma das parcelas “urbanizáveis”. Cada ficha faz, assim, a identificação, caracterização e avaliação da zona em causa. A Figura 2 e o Quadro 10 apresentam o conjunto das parcelas pertencentes à categoria de solo “urbanizável” no PDM Cascais 2015.



Figura 2. Identificação das áreas urbanizáveis no PDM Cascais 2015.

No Quadro 10 apresenta-se a qualificação em vigor das áreas urbanizáveis no PDM Cascais 2015 e a qualificação proposta, identificando as unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG).

Quadro 10. Proposta de requalificação das áreas urbanizáveis no PDM Cascais 2015.

ZONA	ID	QUALIFICAÇÃO EM VIGOR	QUALIFICAÇÃO PROPOSTA	UOPG E EIXOS ESTRATÉGICOS
A	101	Espaço Estratégico Proposto	Espaço Verde de Recreio e Produção Espaço de Equipamentos	UOPG 6: “Valores Ambientais” e “Cidadania Ativa”
B	102.A	Espaço Estratégico Proposto Espaço de Equipamento Proposto	Espaço Estratégico de Atividades Económicas	UOPG 2: “Valores Ambientais” e “Cidadania Ativa”
	102.B	Espaço de Equipamento Proposto	Espaço de Equipamentos	UOPG 2: “Criatividade, Conhecimento e Inovação”
C	103.A	Espaço de Comércio e Serviços Proposto	Espaço Estratégico de Atividades Económicas	UOPG 2: “Criatividade, Conhecimento e Inovação”
	103.B	Espaço Estratégico Proposto		UOPG 2: “Qualidade de vida urbana”
D	104	Espaço de Equipamento Proposto Espaço Estratégico Proposto	Espaço Estratégico de Atividades Económicas	UOPG 2: “Qualidade de vida urbana”
E	105	Espaço de Equipamento Proposto	Espaço Verde de Recreio e Produção	UOPG 2: “Qualidade de vida urbana”, “Valores Ambientais” e “Coeso e Inclusivo”
F	106	Espaço Estratégico Proposto	Espaço Natural de Nível 2 Estrutura Complementar EEM	UOPG 2: Solo Rústico
G	107.A	Espaço de Comércio e Serviços Proposto	Espaço Estratégico de Atividades Económicas	UOPG 4: “Coeso e Inclusivo”
	107.B	Espaço de Atividades Industriais Proposto	Espaço Verde de Recreio e Produção Espaço Verde de Produção e Conservação Espaço Estratégico de Atividades Económicas	
H	108.A	Espaço Estratégico Proposto	Espaço Estratégico de Atividades Económicas	UOPG 4: “Coeso e Inclusivo”
	108.B	Espaço de Comércio e Serviços Proposto		UOPG 9: “Coeso e Inclusivo” e “Criatividade, Conhecimento e Inovação”
I	109	Espaço Estratégico Proposto	Espaço Agrícola de Nível I Espaço Rústico de Proteção e Infraestruturas Estrutura Complementar EEM	UOPG 4: “Coeso e Inclusivo”
J	110	Espaço de Turismo Proposto	Espaço Estratégico de Atividades Económicas	UOPG 10: “Criatividade, Conhecimento e Inovação”

ZONA	ID	QUALIFICAÇÃO EM VIGOR	QUALIFICAÇÃO PROPOSTA	UOPG E EIXOS ESTRATÉGICOS
X-18	111	Espaço de Equipamento Proposto	Espaço de Equipamentos	UOPG 10: “Criatividade, Conhecimento e Inovação”
X-16	112	Espaço de Turismo Proposto	Espaço Central Histórico	UOPG 7: “Qualidade de vida urbana”

Seguidamente apresentam-se as fichas de *identificação, caracterização e avaliação* com a seguinte informação:

Objetivo: breve descrição do objetivo da programação prevista (Modelo de Avaliação da Sustentabilidade Económica e Financeira do Solo e do Ordenamento do Território; maio 2020).

Características: caracterização relevante para a avaliação, proveniente da observação da visita de campo realizada em 28.02.2020 e do documento “Proposta de Classificação e Qualificação do Solo – Fundamentação e Programação da Execução para as Áreas a Integrar em Solo Urbano” disponibilizado pela CMC.

Programação prevista: programação prevista segundo os dados presentes no documento “Proposta de Classificação e Qualificação do Solo – Fundamentação e Programação da Execução para as Áreas a Integrar em Solo Urbano” disponibilizado pela CMC.

Localização: localização das zonas em fotografia aérea e na planta de ordenamento, identificando também a respetiva UOPG.

Fotografias: fotografias do terreno tiradas durante a visita de campo realizada em 28.02.2020, sendo assinalados os locais não visitados.

Avaliação: avaliação das oportunidades e riscos subjacentes à alteração da classificação do solo (face ao FCD definido), e atendendo aos fatores de contexto (FC): (FC-1) Estrutura Ecológica Municipal; (FC-2) Vulnerabilidade aos Riscos; (FC3) Adaptação às Alterações Climáticas; e (FC-4) Riscos de Poluição.

Na secção da avaliação, na coluna da direita, são apresentados os FC com informação adaptada para cada zona. Esta informação é suportada pela sistematização apresentada no Anexo IV, segundo as fontes de informação: RA da AAE do PDM Cascais 2015 (FC-1, FC-3 e FC-4), PMAAC-AML, 2019 (FC-2), e Mapa de Ruído do Concelho de Cascais, 2020 (FC-4).

Ressalva-se que, no que diz respeito ao Fator de Contexto 2 - *Vulnerabilidade aos Riscos*, a única fonte de informação disponível é o PMAAC-AML 2019 que foi realizado para a escala da Área Metropolitana de Lisboa, e que classifica o território de Cascais segundo 4 áreas geográficas. Este processo generaliza a classificação de vulnerabilidades e suscetibilidades para áreas heterogéneas, resultando na identificação do mesmo grau de risco para áreas diferentes que eventualmente, à escala municipal, seriam classificadas de forma distinta.

Relativamente à Sustentabilidade Económica e Financeira, a informação que suporta este tema é o estudo “Modelo de Avaliação da Sustentabilidade Económica e Financeira do Solo e do Ordenamento do Território”. Uma vez que o estudo não apresenta um modelo nem resultados de uma avaliação, indicando apenas potenciais fontes de financiamento, é inconclusivo para efeitos da AAE e, por isso, não será considerado na avaliação.

LOCALIZAÇÃO

Birre/Areia

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 6

“Valores Ambientais” e “Cidadania Ativa”

ZONA A

ID 101

OBJETIVO

Consolidação dos eixos estratégicos com a qualidade de vida urbana, os valores ambientais e a coesão económica e social do território.

CARACTERÍSTICAS

Espaço verde e permeável, com escala e com expressão rústica, e apresenta continuidade com o Parque Natural. Apresenta, ainda uma via recentemente construída e inaugurada.

O setor poente integra espaços de cariz eminentemente natural, que complementam o setor a sul, com áreas com forte vocação turística e funções urbanas de centralidade, e suportam o setor a norte, uma zona caracterizada por um emergente desenvolvimento do setor terciário.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

Criação de um Parque Urbano, com conetividade ao Parque Natural de Sintra Cascais, tendo como objetivos: manter e valorizar o solo rústico, os espaços naturais e os valores naturais e ambientais em solo urbano, promover a instalação de equipamentos coletivos, e implantar e construir uma via programada.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Verde de Recreio e Produção” e “Espaço de Equipamentos”.

Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.



FOTOGRAFIAS



ZONA A

ID 101

AVALIAÇÃO

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A CMC pretende classificar a zona A como solo urbano, propondo espaços verdes de recreio e lazer.

Contudo, atendendo ao seu elevado potencial rústico, e considerando que a função pretendida é de usufruto de espaços verdes de recreio e lazer que pode ser assegurada com a sua classificação como solo rústico, a AAE considera que seria favorável, do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade, que este solo fosse classificado como rústico.

As razões prendem-se com uma continuidade territorial e ecológica com o Parque Natural Sintra-Cascais, com o seu potencial interesse ecológico e a importância de prevalência desta zona como permeável no município, onde existe elevada vulnerabilidade à inundação. A sua classificação como solo urbano pode colocar em risco a manutenção das características desta zona, aumentando a tendência de ocupação e impermeabilização, contribuindo ainda para a fragmentação ecológica do território do município de Cascais, já fortemente segmentado, o que constitui um risco de impacto cumulativo.

Considerando que a classificação da Zona A como solo rústico agrega valor ambiental ao território pelos motivos expostos, a AAE avalia como uma perda de oportunidade a classificação da Zona A como solo urbano.

A AAE considera que classificar a Zona A como urbana também constitui um risco pelo aumento da vulnerabilidade do território a uma ocupação mais urbanizada, especialmente caso a programação desta zona se venha a alterar.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Contígua a estrutura ecológica complementar (Parque Natural Sintra-Cascais).

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade alta a cheias rápidas e inundações e de vulnerabilidade moderada a incêndios rurais/florestais, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Zona de elevada permeabilidade.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Não existem disfunções ambientais identificadas na proximidade.

Não se identificam riscos ao nível do ruído.

ZONA A

AVALIAÇÃO

ID 101

Caso a CMC, ainda assim, entenda que a zona deve ser classificada como solo urbano, a AAE recomenda que:

- 1) se mantenha esta zona naturalizada até ser feita uma avaliação do seu valor ecológico intrínseco, devendo a decisão de a classificar como solo urbano depender do resultado dessa avaliação, não necessariamente por conter espécies em risco ou ser área legalmente protegida, mas pela sua importância para a valorização ecológica do município, redução da fragmentação ecológica e vulnerabilidade ao risco de inundação;
- 2) se finalmente se decidir por solo urbano, considerar o potencial de incluir hortas urbanas, associado ao espaço de recreio e lazer, o que ajuda a comprometer a permanência desta zona como área permeável;
- 3) se, ainda assim, a CMC entender que essa zona deverá ser objeto de infraestruturação urbana, recomenda-se que qualquer operação que provoque um aumento de impermeabilidade do solo e fragmentação ecológica deva ser objeto de estudos de impactes cumulativos e de impacto ambiental.

ZONA B

ID 102.a

OBJETIVO

Consolidação dos eixos estratégicos definidos pelo Município nos planos e, de forma mais expressiva, os que estão relacionados com a criatividade. Conhecimento, inovação, qualidade de vida e atividade económica de elevado valor acrescentado.

CARACTERÍSTICAS

O terreno é limitado a norte pelo PNSC e a Sul pela A5. Na proximidade encontra-se, ainda a A16, o que lhe confere ótimas acessibilidades. O terreno conta, também, com uma parcela RAN, atualmente pertencente a privados, mas que será cedida à CMC para criação de espaço verde. Atualmente, a estrada de acesso à povoação de Cabreiro encontra-se em reabilitação.

A envolvimento integra grandes equipamentos e unidades de comércio e serviços de relevância estratégica e de interesse supramunicipal, designadamente o Hospital de Cascais, o Hospital Escola de Alcoitão, o Autódromo do Estoril, entre outros.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

Considerando a proximidade ao Hospital de Cascais, a programação deve ter um efeito regenerador face às preexistências, tendo por base os seguintes objetivos: promover a instalação de equipamentos coletivos de referência, assegurando o remate e acessos condignos com a malha urbana existente da povoação de Cabreiro, criar um parque urbano na zona qualificada como RAN, criar uma escola internacional, hotelaria e serviços, e admitir espaços para comércio e habitação.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Estratégico de Atividades Económicas”.

Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.

LOCALIZAÇÃO

Cabreiro/Hospital



QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 2

“Valores Ambientais” e “Cidadania Ativa”



FOTOGRAFIAS



ZONA B

AVALIAÇÃO

ID 102.a

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

Apesar da AAE reconhecer a proximidade da Zona B ao Parque Natural Sintra-Cascais, reconhece, também, as circunstâncias da sua localização, com a proximidade à povoação de Cabreiro, às autoestradas A5 e A16, bem como aos Hospitais de Cascais e de Alcoitão. Por estes motivos, considera-se uma localização favorável a serviços, comércio e equipamentos.

A AAE não identifica, assim, riscos ambientais e de sustentabilidade para a classificação da Zona B como solo urbano, para além dos riscos de ruído e eventual vulnerabilidade da povoação e dos serviços, comércio e equipamentos propostos a incêndios e a cheias rápidas.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Contígua a estrutura ecológica complementar (Parque Natural Sintra-Cascais).

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade muito alta a incêndios rurais/florestais e de vulnerabilidade alta a cheias rápidas, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Zona de elevada permeabilidade.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Não existem disfunções ambientais identificadas na proximidade.

Zona com perturbação sonora moderada.

ZONA B

ID 102.b

OBJETIVO

Consolidação do eixo estratégico Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação, visando concretamente a instalação de equipamentos e serviços de elevado valor acrescentado, nos segmentos da saúde e social.

CARACTERÍSTICAS

A UOPG na qual o terreno se enquadra, recebe uma forte influência da paisagem natural e cultural da Serra de Sintra. Faz fronteira e estabelece a principal ligação rodoviária com o Município de Sintra e integra equipamentos e unidades de comércio e serviços de grande relevância estratégica e de interesse supramunicipal, designadamente o Hospital de Cascais, contíguo a esta área.

O terreno em questão está integrado em contexto urbano, edificado, infraestruturado e bem servido em termos de acessibilidades rodoviárias estruturantes, nomeadamente através da A16, da A5 e da VLN.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

Considerando a proximidade ao Hospital de Cascais, a programação deve ter um efeito regenerador face às preexistências, tendo por base os seguintes objetivos: promover a instalação de equipamentos coletivos de referência, assegurando o remate e acessos condignos com a malha urbana existente da povoação de Cabreiro.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço de Equipamentos”.

Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.

LOCALIZAÇÃO

Cabreiro

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 2

“Criatividade, Conhecimento e Inovação”



Visitado, mas sem registo fotográfico.

ZONA B

ID 102.b

AVALIAÇÃO

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE não identifica riscos ambientais e de sustentabilidade para esta classificação (solo urbano), uma vez que é uma localização favorável para a programação prevista - equipamentos, atendendo ao seu enquadramento territorial.

Assim, a AAE não identifica riscos ambientais e de vulnerabilidade para esta classificação para além da vulnerabilidade da povoação de Cabreiro e dos equipamentos propostos, a incêndios e a cheias rápidas.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Na vizinhança da zona B não se encontram elementos ecológicos estruturantes ao nível municipal.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade muito alta a incêndios rurais/florestais e de vulnerabilidade alta a cheias rápidas, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Adjacente a áreas de permeabilidade.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Não existem disfunções ambientais identificadas na proximidade.

Não se identificam riscos ao nível do ruído.

ZONA C

ID 103.a

OBJETIVO

Promoção e desenvolvimento de clusters no sector terciário, associados a medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística.

CARACTERÍSTICAS

O terreno encontra-se muito bem servido em termos de acessibilidades, nomeadamente através das A16, A5 e VLN, estando ainda prevista a implementação de um transporte público em sítio próprio (TPSP), estruturador da coroa norte do Concelho de Cascais. É um terreno condicionado por servidões de autoestrada, com indústria e serviços em redor. Acresce uma localização de excelência, em situação de planalto, que proporciona uma grande exposição a partir daquelas vias estruturantes e a fruição de excelentes vistas em todas as direções.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

Investimento em atividades económicas de elevado valor acrescentado, associados a medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística e ligados aos equipamentos existentes e previstos, considerando o objetivo: promover a instalação de atividades de referência, assegurando o remate com a malha urbana existente do lugar de Cruz de Pôpa.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Estratégico de Atividades Económicas”.

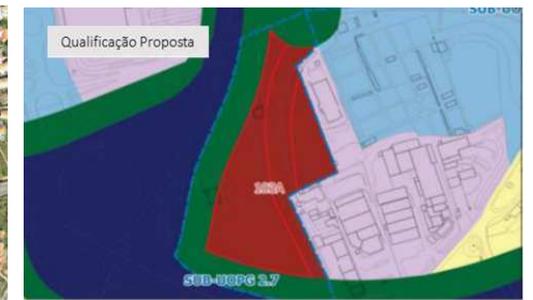
Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.

LOCALIZAÇÃO

Cruz de Pôpa

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 2

“Criatividade, Conhecimento e Inovação”



Visitado, mas sem registo fotográfico.

ZONA C

AVALIAÇÃO

ID 103.a

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE não identifica riscos ambientais e de sustentabilidade para a classificação proposta (solo urbano), uma vez que é uma localização favorável para a programação prevista - equipamentos, atendendo ao seu enquadramento territorial.

Assim, a AAE não identifica riscos ambientais e de vulnerabilidade para esta classificação, para além dos riscos de ruído e vulnerabilidade deste território a incêndios e a cheias rápidas.

Contudo, atendendo à parcela de terreno natural existente, a AAE recomenda manter essa parcela naturalizada, até verificação do seu valor ecológico.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Na vizinhança da zona C não se encontram elementos ecológicos estruturantes ao nível municipal.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade muito alta a incêndios rurais/florestais e de vulnerabilidade alta a cheias rápidas, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Envolvente sem áreas de permeabilidade expressivas.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Não existem disfunções ambientais identificadas na proximidade.

Zona com elevada perturbação sonora.

ZONA C

ID 103.b

OBJETIVO

Promoção e desenvolvimento de clusters no sector terciário, associados a medidas indutoras de processos de reestruturação e regeneração urbanística.

CARACTERÍSTICAS

O terreno apresenta características urbanas consolidadas, não tendo escala nem expressão rústica, existindo procura e privados interessados em investir.

O terreno encontra-se muito bem servido em termos de acessibilidades, nomeadamente através das A16, A5 e VLN, estando ainda prevista a implementação de um transporte público em sítio próprio (TPSP), estruturador da coroa norte do Concelho de Cascais, que passará neste local.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

Investimento em atividades económicas que reatem a malha urbana existente e consolidem a centralidade crescente e sustentada da povoação de Alcabideche, tendo por base o objetivo: promover a instalação de atividades económicas geradoras de postos de trabalho duradouro e de referência.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Estratégico de Atividades Económicas”.

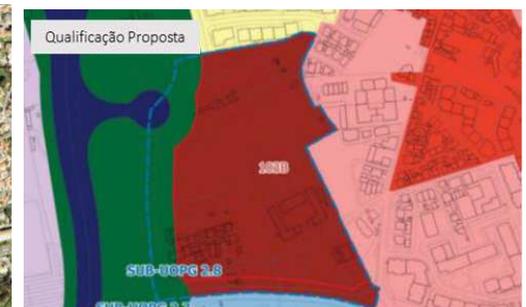
Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.

LOCALIZAÇÃO

Remate poente de Alcabideche

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 2

“Qualidade de vida urbana”



Visitado, mas sem registo fotográfico.

ZONA C

AVALIAÇÃO

ID 103.b

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE não identifica riscos ambientais e de sustentabilidade para esta classificação (solo urbano), para além dos riscos de ruído e vulnerabilidade da povoação de Alcabideche e dos equipamentos e serviços propostos, a incêndios e a cheias rápidas.

Pelo contrário, considera que é uma oportunidade, uma vez que é uma localização favorável ao desenvolvimento de atividades económicas que rematem a malha urbana existente e consolidem a centralidade da povoação de Alcabideche.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Na vizinhança da zona C não se encontram elementos ecológicos estruturantes ao nível municipal.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade muito alta a incêndios rurais/florestais e de vulnerabilidade alta a cheias rápidas, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Envolvente sem áreas de permeabilidade expressivas.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Não existem disfunções ambientais identificadas na proximidade.

Zona com elevada perturbação sonora.

ZONA D

ID 104

OBJETIVO

Estímulo da atividade económica de elevado valor acrescentado, nomeadamente através da promoção do sector terciário e da investigação, e, do turismo de negócios e do turismo de investigação.

CARACTERÍSTICAS

O terreno está bem servido em termos de acessibilidades rodoviárias, nomeadamente através da VLN, EN9 e A5 que, associada a uma localização de excelência, em situação de anfiteatro orientado a sul/sudoeste, proporciona uma grande exposição a partir da A5 e a fruição de excelentes vistas naquelas direções.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

A programação da intervenção visa estimular a atividade económica de elevado valor acrescentado, nomeadamente através da promoção do setor terciário e da investigação, e do turismo de negócios e de investigação, que permitirão o reforço da oferta do Concelho naqueles segmentos. A programação tem como objetivos: promover a instalação de equipamentos coletivos de referência, assegurando o remate com a malha urbana existente da povoação de Alcoitão, fomentar a reabilitação das construções abandonadas (antiga fábrica das meias) incentivando outros usos, e incentivar o aproveitamento cénico e topográfico do terreno.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Estratégico de Atividades Económicas”.

Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.

LOCALIZAÇÃO

Alcabideche Sul

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 2

“Qualidade de vida urbana”



FOTOGRAFIAS



ZONA D

ID 104

AVALIAÇÃO

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

Considera-se que as ações de fomento à reabilitação das construções abandonadas (antiga fábrica das meias) incentivando outros usos, e o aproveitamento cénico e topográfico do terreno, constituem uma oportunidade para a qualificação do solo urbano.

Contudo, atendendo à parcela de terreno natural existente, a AAE recomenda manter essa parcela naturalizada, até verificação do seu valor ecológico, e eventualmente classificá-la como solo rústico.

A AAE não identifica riscos ambientais e de sustentabilidade para esta classificação (solo urbano), para além dos riscos de ruído e vulnerabilidade deste território a incêndios e a cheias rápidas.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Contígua a estrutura ecológica fundamental.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade muito alta a incêndios rurais/florestais e de vulnerabilidade alta a cheias rápidas, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Zona de elevada permeabilidade.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Identifica-se uma zona de depósito de entulhos.

Zona com elevada perturbação sonora.

ZONA E

ID 105

OBJETIVO

Promoção e consolidação de vários eixos estratégicos, através da programação detalhada dos usos e funções desenvolvida nas vertentes dos espaços verdes de recreio e produção, equipados, em estreita articulação e com o envolvimento da população local e municipal.

CARACTERÍSTICAS

O terreno situa-se no Bairro da Cruz Vermelha. Encontra-se bem servido em termos de acessibilidades rodoviárias, nomeadamente através da A16, e caracteriza-se por um espaço verde em solo urbano, sem programação. O terreno funciona como uma bolsa que permite que, de futuro, possa haver uma revitalização no bairro.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

Pretende-se que a programação detalhada dos usos e funções a implementar seja desenvolvida nas vertentes dos espaços verdes de recreio e produção, equipados, em estreita articulação e com o envolvimento da população local e municipal, tendo por base os seguintes objetivos: assegurar a programação com a malha urbana existente da povoação de Adroana e criar condições para uma maior coesão e inclusão da população do Bairro da Cruz Vermelha.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Verde de Recreio e Produção”.

Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.

LOCALIZAÇÃO

Parque Urbano da Adroana

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 2

“Qualidade de vida urbana”, “Valores Ambientais” e “Coeso e Inclusivo”



FOTOGRAFIAS



ZONA E

AVALIAÇÃO

ID 105

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE não identifica riscos ambientais e de sustentabilidade para esta classificação (solo urbano), uma vez que é uma localização favorável para a programação prevista - espaços verdes de recreio e produção, equipados, e em estreita articulação e com o envolvimento da população local e municipal.

A AAE identifica que a proposta constitui uma oportunidade para a diminuição do risco de vulnerabilidade a incêndios e a cheias rápidas, da povoação de Adroana.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Na vizinhança da zona E não se encontram elementos ecológicos estruturantes ao nível municipal.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade muito alta a incêndios rurais/florestais e de vulnerabilidade alta a cheias rápidas, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Envolvente sem áreas de permeabilidade expressivas.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Proximidade a áreas degradadas a requalificar.

Não se identificam riscos ao nível do ruído.

ZONA F

ID 106

CARACTERÍSTICAS

Terreno rústico, com recurso de gás natural e com aterro de resíduos. Esta área não cumpre, cumulativamente, os critérios para a classificação do solo como urbano.

A classificação do solo como rústico visa proteger o solo como recurso natural escasso e não renovável. No caso concreto pretende-se salvaguardar uma área com reconhecida aptidão para usos florestais, de suporte à conservação da natureza e da biodiversidade e de enquadramento a ocupações e usos, de proximidade, em espaço urbano.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

Sem programação.

Aplicam-se as disposições previstas para as categorias de espaço que abrange: “Espaço Natural de Nível 2”. A área integra a Estrutura Ecológica Municipal (EEM), nomeadamente a “Estrutura Complementar”.

LOCALIZAÇÃO

Junto ao Estabelecimento Prisional de Linhó

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 2

Solo Rústico



FOTOGRAFIAS



ZONA F

ID 106

AVALIAÇÃO

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE considera uma oportunidade, do ponto de vista ambiental, que se valorize esta zona com recuperação dos seus *habitats* e sistema ecológico, porventura apropriado para a criação de uma zona de lazer em solo rústico.

No entanto, a AAE avalia como um risco para a qualificação do solo a ausência de programação para uma área de reconhecida degradação ambiental, e com uma vulnerabilidade a incêndios e a cheias rápidas.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Contígua a estrutura ecológica urbana.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade muito alta a incêndios rurais/florestais e de vulnerabilidade alta a cheias rápidas, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Zona de elevada permeabilidade.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Proximidade a áreas degradadas a requalificar.

Não se identificam riscos ao nível do ruído.

ZONA G

ID 107.a

OBJETIVO

Promoção da ocupação industrial estruturada e contextualizada, criação de novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular que contribuam para o crescimento verde, eficiente e inteligente.

CARACTERÍSTICAS

O terreno insere-se na UOPG 4 que se caracteriza por uma ocupação dispersa e pouco estruturada do território e que integra vários núcleos urbanos outrora ligados a atividades do sector primário, articulados por uma rede rodoviária (EN 249-4) subdimensionada e disfuncional, face ao enorme volume de tráfego de atravassamento que suporta, designadamente de transporte pesado de mercadorias.

Na zona localizam-se importantes infraestruturas e equipamentos com influência supraconcelhia, tais como o Aeroporto Municipal de Cascais e a Tratalixo, mas, a implantação de infraestruturas territoriais e urbanas programadas constituem o cenário privilegiado para a fixação de núcleos industriais e logísticos, tirando partido das sinergias geradas pelas atividades económicas localizadas na envolvente próxima, nomeadamente indústrias de base tecnológica e de conhecimento.

O terreno tem cerca de 12ha de área e apresenta depósitos de entulho.

LOCALIZAÇÃO

Futuro Eco Parque Empresarial e Logístico de Trajouce

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 4

“Coeso e Inclusivo”



PROGRAMAÇÃO PREVISTA

A ocupação industrial existente está desestruturada e descontextualizada face às exigências atuais. Pretende-se, assim, estimular a instalação de atividades económicas que se queiram modernizar e explorar novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular, que contribuam para o crescimento verde, eficiente e inteligente, tendo por base os seguintes objetivos: promover a instalação do Eco Parque Empresarial e Logístico, e criar uma zona empresarial devidamente infraestruturada e ambientalmente certificada, como condição básica à atração de novos investimentos social, ambiental e economicamente responsáveis.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Estratégico de Atividades Económicas”.

Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.

FOTOGRAFIAS



ZONA G

AVALIAÇÃO

ID 107.a

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE considera que a instalação do Eco Parque Empresarial e Logístico consubstancia uma oportunidade para a qualificação urbana.

A criação de uma zona empresarial devidamente infraestruturada e ambientalmente certificada, como condição à atração de novos investimentos social, ambiental e economicamente responsáveis, vem colmatar a ocupação industrial desestruturada e descontextualizada, e a ocupação dispersa.

No entanto, não fica clara a requalificação das sucatas e áreas degradadas, bem como a requalificação das linhas de água poluídas na sua proximidade, o que pode constituir um risco do ponto de vista da qualidade da água superficial e dos sistemas ecológicos associados, além da qualidade do próprio território como envolvente a uma zona empresarial que se pretende ambientalmente certificada.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Contígua a estrutura ecológica complementar.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade alta a cheias rápidas e de vulnerabilidade moderada a incêndios rurais/florestais, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Zona de elevada permeabilidade e adjacente a áreas de permeabilidade.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Proximidade a linhas de água poluídas, sucatas e áreas degradadas a requalificar.

Não se identificam riscos ao nível do ruído.

ZONA G

ID 107.b

OBJETIVO

Implantação de modelo que permita a fixação de núcleos industriais e logísticos de vanguarda.

CARACTERÍSTICAS

O terreno insere-se na UOPG 4 que se caracteriza por uma ocupação dispersa e pouco estruturada do território e que integra vários núcleos urbanos outrora ligados a atividades do sector primário, articulados por uma rede rodoviária (EN 249-4) subdimensionada e disfuncional, face ao enorme volume de tráfego de atravessamento que suporta, designadamente de transporte pesado de mercadorias. O terreno contempla, ainda, uma zona de máxima infiltração com potencial de REN.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

A ocupação industrial existente está desestruturada e descontextualizada face às exigências atuais. A programação deverá, assim, promover a instalação de espaços verdes de recreio e produção, equipados, assegurando o remate com a malha urbana existente da povoação de Trajouce, e promover a instalação de atividades económicas de diversos sectores e escalas, que se queiram modernizar e explorar novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Estratégico de Atividades Económicas”, “Espaço Verde de Recreio e Produção” e “Espaço Verde de Produção e Conservação”.
Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.

LOCALIZAÇÃO

Trajouce I

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 4

“Coeso e Inclusivo”



FOTOGRAFIAS



ZONA G

AVALIAÇÃO

ID 107.b

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE considera que promover a instalação de espaços verdes de recreio e produção, equipados, assegurando o remate com a malha urbana existente da povoação de Trajouce, consubstancia uma oportunidade para a qualificação urbana.

A AAE não identifica riscos ambientais e de sustentabilidade para esta classificação (solo urbano), para além dos riscos de vulnerabilidade deste território a cheias rápidas e a incêndios.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Na vizinhança da zona G não se encontram elementos ecológicos estruturantes ao nível municipal.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade alta a cheias rápidas e de vulnerabilidade moderada a incêndios rurais/florestais, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Zona de elevada permeabilidade e adjacente a áreas de permeabilidade.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Proximidade a aterros e vazadouros e áreas degradadas a requalificar.

Não se identificam riscos ao nível do ruído.

ZONA H

ID 108.a

OBJETIVO

Promoção das condições para instalação de atividades económicas, de diversos sectores e escalas, que se queiram modernizar e explorar novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular.

CARACTERÍSTICAS

O terreno insere-se na UOPG 4 que se caracteriza por uma ocupação dispersa e pouco estruturada do território e que integra vários núcleos urbanos outrora ligados a atividades do sector primário, articulados por uma rede rodoviária (EN 249-4) subdimensionada e disfuncional, face ao enorme volume de tráfego de atravessamento que suporta, designadamente de transporte pesado de mercadorias. Na zona localizam-se importantes infraestruturas e equipamentos com influência supraconcelhia, tais como o Aeroporto Municipal de Cascais e a TratoLixo, mas, a implantação de infraestruturas territoriais e urbanas programadas constituem o cenário privilegiado para a fixação de núcleos industriais e logísticos, tirando partido das sinergias geradas pelas atividades económicas localizadas na envolvente próxima, nomeadamente indústrias de base tecnológica e de conhecimento.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

A ocupação industrial existente está desestruturada e descontextualizada face às exigências atuais. A programação deverá, assim, assegurar o remate com a malha urbana existente da povoação de Trajouce, e promover a instalação de atividades económicas de diversos setores e escalas, que se queiram modernizar e explorar novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular. Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Estratégico de Atividades Económicas”. Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.

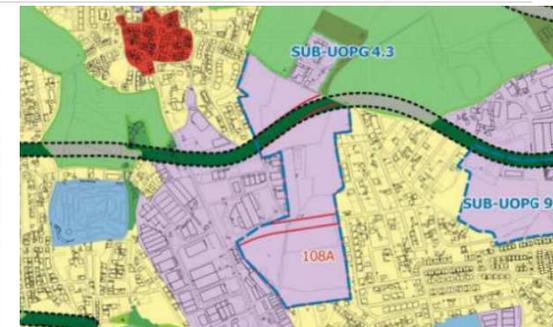
LOCALIZAÇÃO

Trajouce II



QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 4

“Coeso e Inclusivo”



Não visitado

ZONA H

AVALIAÇÃO

ID 108.a

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE considera que a proposta de um remate com a malha urbana existente da povoação de Trajouce, e a instalação de atividades económicas, consubstancia uma oportunidade para a qualificação urbana.

A AAE não identifica riscos ambientais e de sustentabilidade para esta classificação (solo urbano), para além dos riscos de vulnerabilidade deste território a cheias rápidas e a incêndios.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Na vizinhança da zona H não se encontram elementos ecológicos estruturantes ao nível municipal.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade alta a cheias rápidas e de vulnerabilidade moderada a incêndios rurais/florestais, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Envolvente sem áreas de permeabilidade expressivas.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Proximidade a pedreiras em atividade e áreas degradadas a requalificar.

Não se identificam riscos ao nível do ruído.

ZONA H

ID 108.b

OBJETIVO

Promoção das condições para instalação de atividades económicas, de diversos sectores e escalas, que se queiram modernizar e explorar novas oportunidades de negócio baseadas na economia circular.

CARACTERÍSTICAS

O terreno insere-se na UOPG 9 que é delimitada a nascente pelo Concelho de Oeiras, a poente pelo Vale de Caparide, a norte pela coroa Tires-Abóboda-Trajouce e a Sul pela coroa Arneiro-Zambujal-Murtal. Constituída maioritariamente por áreas urbanas de génese ilegal, apresenta uma estrutura viária caracterizada por um traçado orgânico, sinuoso e de perfil insuficiente para o volume de tráfego e tipo de fluxos elevados que regista diariamente. Trata-se de uma zona de transição entre o norte fortemente ligado a atividades económicas e o Sul muito mais residencial.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

A ocupação industrial existente está desestruturada e descontextualizada face às exigências atuais. A programação deverá, assim, promover a instalação de atividades económicas, assegurando o remate com a malha urbana existente da povoação da Abóboda.

Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Estratégico de Atividades Económicas”.

Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.

LOCALIZAÇÃO

Conceição da Abóboda



FOTOGRAFIAS



ZONA H

AVALIAÇÃO

ID 108.b

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE considera que a proposta de um remate com a malha urbana existente da povoação da Abóboda, e um espaço dedicado à instalação de atividades económicas, consubstancia uma oportunidade para a qualificação urbana.

Não obstante, destaca-se que é uma zona com proximidade a pedreiras em atividade e áreas degradadas a requalificar e, por esse motivo, a intervenção para a área envolvente (postes de média tensão, vias de ambos os lados, ...) poderia incluir ações para a criação de barreiras visuais, nomeadamente recorrendo à introdução de elementos naturais. A AAE não identifica outros riscos ambientais e de sustentabilidade, para além dos riscos de vulnerabilidade deste território a cheias rápidas e a incêndios.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Na vizinhança da zona H não se encontram elementos ecológicos estruturantes ao nível municipal.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade alta a cheias rápidas e de vulnerabilidade moderada a incêndios rurais/florestais, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Envolvente sem áreas de permeabilidade expressivas.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Proximidade a pedreiras em atividade e áreas degradadas a requalificar. Não se identificam riscos ao nível do ruído.

ZONA I

ID 109

CARACTERÍSTICAS

Terreno em vale intercetado pela Ribeira da Laje. Esta área não cumpre, cumulativamente, os critérios para a classificação do solo como urbano.

A classificação do solo como rústico visa proteger o solo como recurso natural escasso e não renovável. No caso concreto pretende-se salvaguardar uma área com reconhecida aptidão para usos florestais, de suporte à conservação da natureza e da biodiversidade e de enquadramento a ocupações e usos, de proximidade, em espaço urbano.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

Aplicam-se as disposições previstas para as categorias de espaço que abrange: “Espaço Agrícola de Nível I” e “Espaço Rústico de Proteção a Infraestruturas”. A área integra a Estrutura Ecológica Municipal (EEM), nomeadamente a “Estrutura Complementar”.

LOCALIZAÇÃO

Talaíde

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 4

“Coeso e Inclusivo”



FOTOGRAFIAS



ZONA I

ID 109

AVALIAÇÃO

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

Identifica-se que a classificação da Zona I como solo rústico com as categorias de espaço: “Espaço Natural de Nível 2” e “Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas” constitui uma oportunidade para a qualificação do território, uma vez que promove a continuidade com os espaços naturais envolventes, nomeadamente a estrutura ecológica fundamental e urbana.

No entanto, o facto de existirem áreas degradadas a requalificar na proximidade, no âmbito da classificação das disfunções ambientais municipais que carecem de programação, apresenta um risco à qualificação do território.

A AAE não identifica riscos ambientais e de sustentabilidade para esta classificação (solo rústico), para além dos riscos de vulnerabilidade deste território a cheias rápidas e a incêndios.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Contígua a estrutura ecológica fundamental e urbana.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade alta a cheias rápidas e de vulnerabilidade moderada a incêndios rurais/florestais, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Zona de elevada permeabilidade e adjacente a áreas de permeabilidade.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Proximidade a áreas degradadas a requalificar.

Não se identificam riscos ao nível do ruído.

ZONA J

ID 110

OBJETIVO

Consolidação do eixo estratégico Cascais território de criatividade, conhecimento e inovação, visando concretamente a instalação de equipamentos, hotelaria e serviços de elevado valor acrescentado.

CARACTERÍSTICAS

O terreno insere-se na UOPG 10, localizada no sudeste do concelho e confinante com o Município de Oeiras. A unidade integra dois núcleos urbanos históricos com interesse patrimonial, as vilas da Parede e de Carcavelos, e importantes equipamentos para a atratividade do concelho, como o Hospital de Sant’Ana ou a oferta de residências assistidas. Fruto da sua localização geográfica, goza de amplos e notáveis panoramas paisagísticos e de uma privilegiada relação com o mar. O terreno é, atualmente, um parque de estacionamento e com uma envolvente completamente urbana.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

Atenta à proximidade com a Nova SBE e à infraestruturação consolidada, a intervenção nesta área deve ter um efeito regenerador face às preexistências, visando concretamente a instalação de equipamentos, hotelaria e serviços de elevado valor acrescentado, tendo por base os seguintes objetivos: promover a instalação de equipamentos, hotelaria e serviços, e atrair jovens estudantes que contribuam positivamente na criatividade, conhecimento e inovação.

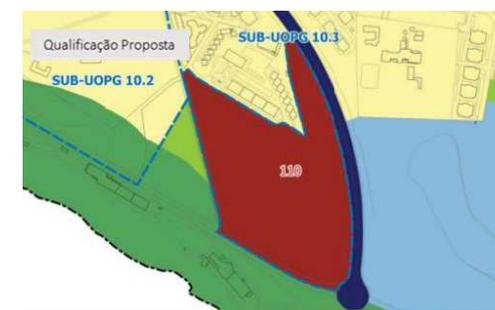
Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Estratégico de Atividades Económicas”. Formas de execução: A execução concretiza-se através de planos municipais de ordenamento do território ou de operações urbanísticas enquadradas em unidade(s) de execução.

LOCALIZAÇÃO

Carcavelos

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 10

“Criatividade, Conhecimento e Inovação”



Visitado, mas sem registo fotográfico

ZONA J

AVALIAÇÃO

ID 110

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE não identifica riscos ambientais e de sustentabilidade para esta classificação (solo urbano), uma vez que é uma localização favorável para a programação prevista - equipamentos, hotelaria e serviços.

Contudo, destaca-se a vulnerabilidade muito alta a cheias rápidas, bem como a suscetibilidade moderada a inundações por *tsunami*. Acresce, ainda, a exposição a fontes de perturbação sonora que excedem os limites legais estabelecidos e exigidos para a compatibilidade com os usos propostos.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Na vizinhança da zona J não se encontram elementos ecológicos estruturantes ao nível municipal.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade muito alta a cheias rápidas, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

Zona de suscetibilidade moderada a inundações por *tsunami*, de acordo com o Dossiê de Suscetibilidade da CMC, 2012.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Adjacente a áreas de permeabilidade.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Não existem disfunções ambientais identificadas na proximidade.

Zona com elevada perturbação sonora.

ZONA X 18

ID 111

CARACTERÍSTICAS

O terreno insere-se na UOPG 10, localizada no sudeste do concelho e confinante com o Município de Oeiras. A unidade integra dois núcleos urbanos históricos com interesse patrimonial, as vilas da Parede e de Carcavelos, e importantes equipamentos para a atratividade do concelho, como o Hospital de Sant'Ana ou a oferta de residências assistidas. Fruto da sua localização geográfica, goza de amplos e notáveis panoramas paisagísticos e de uma privilegiada relação com o mar.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

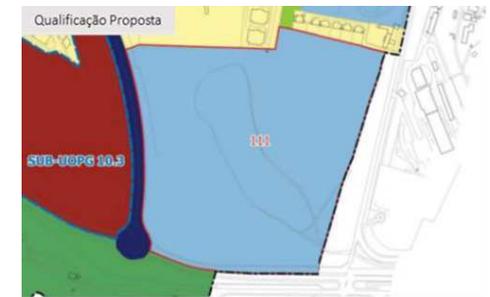
Concorre para o reforço da centralidade o polo universitário da Universidade Nova de Lisboa que constitui um importante passo no sentido da criação de oportunidades, na ótica da investigação, educação e emprego (já concretizado). Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG, e encontrando se área integrada na categoria de “Espaço de Equipamentos”.

LOCALIZAÇÃO

Campus de Carcavelos Nova SBE

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 10

“Criatividade, Conhecimento e Inovação”



Não visitado

ZONA X 18

AVALIAÇÃO

ID 111

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE não identifica riscos ambientais e de sustentabilidade para as ações já concretizadas e para esta classificação (solo urbano), para além dos riscos de ruído, de vulnerabilidade deste território a cheias rápidas e de suscetibilidade a inundações por *tsunami*.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Na vizinhança da zona X18 não se encontram elementos ecológicos estruturantes ao nível municipal.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade muito alta a cheias rápidas, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

Zona de suscetibilidade moderada a inundações por *tsunami*, de acordo com o Dossiê de Suscetibilidade da Câmara Municipal de Cascais, 2012.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Adjacente a áreas de permeabilidade.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Não existem disfunções ambientais identificadas na proximidade.

Zona com elevada perturbação sonora.

ZONA X 16

ID 112

OBJETIVO

Aprofundamento da fixação de serviços associados ao turismo capazes de atrair capital humano com elevados níveis de qualificação.

CARACTERÍSTICAS

O terreno insere-se na UOPG 7, sobranceira ao mar, delimitada a norte por uma área residencial de qualidade e a poente por um território de vocação assumidamente turística. A unidade caracteriza-se por exercer funções de centralidade de nível municipal e, simultaneamente, oferece espaços residenciais que respeitam elevados padrões de qualidade urbanística, onde a estrutura urbana existente enaltece os valores culturais existentes, permitindo-lhe assumir um importante papel ao nível do turismo nas suas diversas vertentes. Dotado de diversos equipamentos de cariz turístico, de onde se podem destacar a Marina e a Cidadela em Cascais, o Casino, o Centro de Congressos e as Termas no Estoril, que lhe permitem abrir o espectro dos turistas a atrair, este território beneficia ainda de um legado histórico importante, bem como de um conjunto de equipamentos museológicos diversificados e permanente oferta cultural.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

O terreno é, atualmente, um espaço urbano consolidado, infraestruturado e edificado, onde se insere a Estalagem Pica-Pau. Aplicam-se os parâmetros urbanísticos previstos na UOPG e nas categorias de espaço que abrange: “Espaço Central Histórico”.

LOCALIZAÇÃO

Estalagem Pica-Pau, Estoril

QUALIFICAÇÃO PROPOSTA UOPG 7

“Qualidade de Vida Urbana”



Não visitado

ZONA X 16

ID 112

AVALIAÇÃO

FCD CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

A AAE não identifica riscos ambientais e de sustentabilidade para as ações já concretizadas e para esta classificação (solo urbano), para além dos riscos de vulnerabilidade deste território a cheias rápidas e incêndios.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Na vizinhança da zona X16 não se encontram elementos ecológicos estruturantes ao nível municipal.

VULNERABILIDADE AOS RISCOS

Zona de vulnerabilidade alta a cheias rápidas e inundações e de vulnerabilidade moderada a incêndios rurais/florestais, de acordo com o PMAAC-AML, 2019.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Envolvente sem áreas de permeabilidade expressivas.

RISCOS DE POLUIÇÃO

Não existem disfunções ambientais identificadas na proximidade.

Não se identificam riscos ao nível do ruído.

6. Conclusões e Recomendações

A presente AAE foi desenvolvida de forma bastante integrada e caracterizada pelo diálogo entre as equipas de planeamento e de avaliação.

No entanto, a AAE teve um processo atípico, por um lado por ser aplicada a um processo de alteração do PDM para adequação ao NRJIGT, que configura alterações muito pontuais, muitas das quais sem carácter estratégico, e mesmo sem grande relevância de impactes ambientais, o que exigia uma adaptação da metodologia usual. Por outro lado, porque após o período da consulta institucional do RFCD, o executivo municipal deu uma nova orientação política a este processo.

Desta nova orientação política resulta um quadro de avaliação estratégica substancialmente simplificado e a grande questão estratégica reside na classificação dos solos urbanizáveis em solos urbanos ou rústicos.

No início deste processo foi entendido pelas equipas do PDM e da AAE que se deveriam considerar as implicações estratégicas dessa classificação para o restante município. Contudo, apesar da relevância estratégica da amplitude proposta para a AAE, na consulta institucional o parecer emitido pela CCDR-LVT considerou que esse entendimento extravasaria o âmbito necessário da AAE, pelo que a delimitação do âmbito da mesma acabou por se reduzir a um único FCD - Classificação do solo, exclusivamente aplicado às áreas urbanizáveis (PDM-Cascais 2015). Assim, este FCD avalia as implicações estratégicas desta nova classificação de uso do solo, decorrentes do processo de alteração do PDM Cascais para adequação ao NRJIGT.

A elaboração, avaliação e afinamento da nova classificação do solo foi um processo muito enriquecedor na discussão e decisão sobre a concretização das direções a tomar nesta alteração do PDM Cascais. Sendo o resultado de um trabalho cooperativo, este processo de classificação traduz, em geral, prioridades municipais com objetivos ambientais e de sustentabilidade.

Destaca-se que um dos eixos estratégicos da avaliação das propostas de classificação é a sustentabilidade económica. A informação que suporta este tema é o estudo “Modelo de Avaliação da Sustentabilidade Económica e Financeira do Solo e do Ordenamento do Território”. Porém, uma vez que o estudo não apresenta um modelo, nem resultados de uma avaliação, indicando apenas potenciais fontes de financiamento, é inconclusivo para efeitos da AAE e, por isso, não foi possível considerar a sustentabilidade financeira da programação nas zonas em análise na AAE.

Da concertação entre as equipas resulta que, maioritariamente, a intenção de reclassificação do solo nas zonas analisadas representa oportunidades para a recuperação e consolidação dos territórios em causa. Contudo, há algumas zonas que apresentam alguns riscos se forem classificadas como solo urbano, especialmente por razões que têm a ver com a sua natureza e tipo de ocupação existente, o que sugere que devem manter-se como solo rústico. Outros casos ocorrem nos quais o seu estado de degradação ambiental torna um risco deixar essas zonas sem qualquer programação, muito embora seja adequada a classificação do solo rústico ou urbano proposta.

Destacam-se alguns casos mais evidentes de **riscos desta alteração do PDM-Cascais, e recomendações**.

A AAE identifica como uma perda de oportunidade a classificação da Zona A como solo urbano, atendendo ao seu elevado potencial rústico e uma vez que está contígua à estrutura ecológica complementar (Parque Natural de Sintra-Cascais). Desejavelmente, essa zona deveria ser classificada como solo rústico, o que permite o seu uso como espaço de recreio e lazer, evitando a impermeabilização como solo urbano, que pode ser um risco para o seu interesse ecológico e para a prevalência desta zona permeável, relevante no contexto municipal onde existe elevada vulnerabilidade à inundaçãõ.

Uma vez que a CMC pretende propor a classificação desta zona como solo urbano, prevendo o seu usufruto como espaços verdes de recreio e lazer através da criação de um Parque Urbano, a AAE recomenda que: 1) se mantenha esta zona naturalizada até ser feita uma avaliação do seu valor ecológico, fazendo depender a decisão de a classificar como solo urbano dos resultados dessa avaliação, não necessariamente por conter espécies em risco ou ser área legalmente protegida, mas pela sua importância para a valorização ecológica do município, redução da fragmentação ecológica e vulnerabilidade ao risco de inundaçãõ; 2) se finalmente se decidir por solo urbano, considerar o potencial de incluir hortas urbanas, associado ao espaço de recreio e lazer, o que ajuda a comprometer a permanência desta zona como área permeável; 3) se ainda assim a CMC entender que essa zona deverá ser objeto de infraestruturaçãõ urbana, recomenda-se que qualquer operaçãõ que provoque um aumento de impermeabilidade do solo e fragmentaçãõ ecológica deva ser objeto de estudos de impactes cumulativos e de impacto ambiental.

As hortas urbanas, para além de apresentarem um investimento municipal baixo, acrescentam harmonia cénica e continuidade à paisagem envolvente, aumentando a consciencializaçãõ e valorizaçãõ da natureza. Têm também diversos benefícios: as hortas funcionam como áreas de filtraçãõ das águas pluviais, auxiliando à manutençãõ de linhas de água superficiais, assim como das águas subterrâneas; reduzem a erosãõ do solo e os escoamentos superficiais, contribuem para uma diminuiçãõ dos riscos de inundações, absorvem o ruído, contribuem para a produçãõ de oxigénio e sequestro de carbono, e reduzem a poluiçãõ atmosférica contribuindo para o aumento da qualidade do ar. Para além destes aspetos, as hortas urbanas contribuem igualmente para a reduçãõ da pegada ecológica através da produçãõ local dos alimentos, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa e aumentando a eficiência energética do circuito alimentar, e são uma alternativa económica mais baixa para o consumidor. Esta sugestãõ de hortas urbanas é igualmente aplicável para o parque urbano proposto para a Zona B.

Por outro lado, a AAE considera um risco para a qualificaçãõ do solo rústico (zona F) ou urbano (zonas H e I) a ausência de programaçãõ face à reconhecida degradaçãõ ambiental destas zonas. A zona H, por exemplo, está próxima de pedreiras em atividade e áreas degradadas a requalificar e, por esse motivo, a intervençãõ para a área envolvente deverá incluir soluções de base natural na recuperaçãõ do território, e restauro de ecossistemas onde se justificar.

Relativamente às **oportunidades da alteração do PDM Cascais** identificadas pela AAE, destacam-se na classificação como solo urbano, a possibilidade de promoção da instalação de espaços verdes de recreio e produção, de atividades económicas, de remate com a malha urbana existente (junto a Trajouce) e a qualificação urbana numa área com ocupação industrial desestruturada e descontextualizada e com ocupação dispersa (zona G com a instalação do Eco Parque Empresarial e Logístico). Destaca-se, ainda, a oportunidade de qualificação do território rústico com a classificação como solo rústico da Zona I com as categorias de espaço: “Espaço Natural de Nível 2” e “Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas”, uma vez que promove a continuidade com os espaços naturais envolventes, nomeadamente, com a estrutura ecológica fundamental e urbana.



CASCAIS

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CASCAIS

ANEXOS



JUNHO 2022

ANEXO I – Lista de entidades relevantes para consulta

Entidades relevantes definidas pelo Decreto-Lei nº232/2007 de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de maio [Consulta prevista no seu Art.º 7º]

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (que integra as atribuições da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P.

Municípios de Sintra e Oeiras

Outras entidades recomendadas (incluindo, mas não limitado, as entidades da Comissão Consultiva da alteração do PDM Cascais)

Águas de Cascais

Área Metropolitana de Lisboa

Associações de Ação Social do Concelho de Cascais

Associações de Moradores do Concelho de Cascais

Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos, AMTRES

Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Direção-Geral de Energia e Geologia, I.P.

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, I.P.

Direção-Geral do Património Cultural, I.P.

Direção-Geral dos Serviços Prisionais

Direção-Geral do Território, I.P.

Direção Regional de Agricultura e Pescas de LVT.

EDP – Energias de Portugal, S.A.

Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M.

Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P.

Organizações Não-Governamentais de Ambiente (Quercus, LPN, SPEA, Olho Vivo e Geota).

Operadores de Transportes

REN, S.A.

Tratolixo – Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Turismo de Portugal, I.P.

ANEXO II – Quadro Institucional de Governança: Responsabilidades e Competências¹

Quadro 1-Anexo II. Agentes relevantes e responsabilidades para o processo de planeamento.

GRUPOS DE INTERESSE	ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS
<p>Autoridades locais e órgãos representativos</p>	<p>CMC²</p> <p>Elaborar os planos necessários à realização das atribuições municipais.</p> <p>Participar, com outras entidades, no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições do município.</p> <p>Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos do cidadão.</p> <p>Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central.</p> <p>Assegurar o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município.</p> <p>Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios.</p> <p>Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal.</p> <p>Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal.</p> <p>Administrar o domínio público municipal.</p> <p>Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município.</p>
<p>Juntas de Freguesia³</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alcabideche • Carcavelos e Parede • Cascais e Estoril • São Domingos de Rana 	<p>Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para a freguesia, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos.</p> <p>Participar no processo de elaboração e colaborar na discussão pública, nos termos acordados com a CMC, dos PMOT.</p> <p>Facultar a consulta pelos interessados dos PMOT.</p> <p>Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia.</p> <p>Colaborar com a autoridade municipal de proteção civil na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe.</p>

¹ Para além do disposto salienta-se a responsabilidade de todos os agentes enumerados de garantirem o cumprimento da Convenção de Aarhus, transposta para o regime jurídico interno pela Lei n.º 19/2006, de 12 de Junho, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 11/2003.

² Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

³ Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

GRUPOS DE INTERESSE		ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS
Administração Pública	Área Metropolitana de Lisboa ⁴	<p>Participar na elaboração dos planos e programas de investimentos públicos com incidência na área metropolitana.</p> <p>Promover o planeamento e a gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.</p> <p>Participar na definição de redes de serviços e equipamentos de âmbito metropolitano.</p> <p>Assegurar a articulação das atuações entre municípios e os serviços da administração central nas áreas definidas na alínea 2 do artigo 67º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.</p> <p>Exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram.</p>
	APA, I.P. ⁵	<p>Acompanhar a execução das políticas de ambiente, nomeadamente no âmbito da AA de planos e programas.</p> <p>Promover e garantir a participação pública, a cidadania ambiental e o acesso à informação nos processos de decisão em matéria de ambiente.</p> <p>Propor e acompanhar, em articulação com o ICNF, as políticas de conservação da natureza e da biodiversidade.</p> <p>Assegurar a proteção, o planeamento e o ordenamento dos recursos hídricos.</p> <p>Promover o uso eficiente da água e o ordenamento dos usos das águas.</p> <p>Estabelecer e implementar programas de monitorização dos recursos hídricos.</p> <p>Promover uma política de gestão da qualidade do ar, visando a proteção da saúde pública e a qualidade de vida das populações.</p> <p>Assegurar o exercício de competências próprias de licenciamento, da emissão de normas técnicas aplicáveis às operações de gestão de resíduos.</p> <p>Garantir a adopção das medidas necessárias à protecção da saúde humana e do ambiente, elaborar e adoptar quadros de referência para a gestão de riscos, designadamente assegurando a consideração dos riscos tecnológicos nos instrumentos de planeamento territorial.</p>
	ICNF, I.P. ⁶	<p>Articular as políticas de conservação da natureza, biodiversidade e florestas com os diversos instrumentos de OT e cooperar com outros serviços e organismos na concretização de quaisquer políticas ou programas nestes domínios.</p> <p>Apoiar a formulação da política de conservação da natureza e biodiversidade e garantir o cumprimento dos objetivos decorrentes dos seus regimes, em articulação com a APA.</p> <p>Contribuir para a definição dos instrumentos de financiamento do investimento nos domínios da conservação da natureza e da floresta e proceder ao acompanhamento da sua concretização.</p> <p>Assegurar a elaboração, aprovação, execução e monitorização dos planos de gestão florestal e de outros instrumentos de planeamento e proceder à regulação e licenciamento da ocupação florestal dos solos.</p>

⁴ Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

⁵ Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março.

⁶ Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 78/2015, de 13 de maio.

GRUPOS DE INTERESSE	ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS
	<p>Fomentar o potencial produtivo dos povoamentos florestais e a certificação da sua gestão.</p> <p>Promover a articulação e a integração dos objetivos de conservação e de utilização sustentável dos recursos naturais na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas setoriais.</p>
Autoridade Nacional de Proteção Civil ⁷	<p>Assegurar e apoiar a atividade de planeamento de emergência de proteção civil para fazer face, em particular, a situações de acidente grave, catástrofe, crise ou guerra.</p> <p>Promover o levantamento, previsão, análise e avaliação dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica e o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro.</p> <p>Proceder à regulamentação e assegurar a implementação do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.</p> <p>Acompanhar todas as operações de proteção e socorro, no âmbito local.</p>
Direção Geral do Território ⁸	<p>Intervir nos procedimentos de AA e na elaboração, acompanhamento, execução e compatibilização dos IGT.</p> <p>Dinamizar, acompanhar, orientar e apoiar tecnicamente as práticas de gestão territorial no âmbito local, promovendo a concertação dos procedimentos e dos critérios técnicos aplicáveis e a divulgação de boas práticas.</p> <p>Assegurar, em colaboração com as demais entidades competentes, a articulação da política de OT e de urbanismo com as políticas setoriais.</p>
Direção Geral do Património Cultural ⁹	<p>Assegurar a gestão e valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico que lhe esteja afeto e promover, executar e fiscalizar as obras ou intervenções necessárias a esse fim.</p> <p>Participar, nos termos da lei, na elaboração dos IGT.</p> <p>Fomentar e acompanhar a execução de atividades de cooperação com outras instituições públicas ou da sociedade civil.</p> <p>Pronunciar-se sobre o impacto de planos ou grandes projetos e obras, tanto públicos como privados, e propor medidas de proteção e as medidas corretivas e de minimização que resultem necessárias para a proteção do património cultural arquitetónico e arqueológico.</p>
CCDR-LVT ¹⁰	<p>Apoiar tecnicamente autarquias locais e as suas associações.</p> <p>Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos IGT, assegurando a sua articulação com os IGT de âmbito nacional e regional.</p> <p>Dinamizar e promover, na respetiva região, as necessárias políticas públicas com o objetivo de contribuir para a sua competitividade económica e social e para a sustentabilidade.</p>
Demais Entidades da Administração Pública Regional	<p>Assegurar o cumprimento de regras e regulamentos existentes a nível regional e municipal para as suas áreas de atividade.</p> <p>Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento territorial.</p>

⁷ Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro.

⁸ Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto.

⁹ Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio.

¹⁰ Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/2014, de 8 de outubro.

GRUPOS DE INTERESSE		ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS
		<p>Legitimar o processo de desenvolvimento de projetos existentes e a concretizar de acordo com as atribuições definidas por Lei para as suas áreas de atividade.</p> <p>Implementar mecanismos procedimentais que assegurem a cooperação vertical dos níveis hierárquicos de decisão.</p>
Municípios Limítrofes	<ul style="list-style-type: none"> Oeiras Sintra 	Assegurar uma atuação articulada entre municípios, e entre estes e os serviços da administração central, nas demais áreas de atividade e processos de planeamento.
Serviços Públicos e Privados	Entidades de prestação de serviços públicos e privados (transportes, sociais, saúde, emprego, educação, ambiente, resíduos, etc.)	<p>Assegurar o cumprimento das regras e regulamentos existentes, a nível municipal, para as suas áreas de atividade.</p> <p>Legitimar o processo de desenvolvimento de projetos existentes.</p>
Agentes Económicos	<p>Privados com investimentos no município de Cascais</p> <p>Demais empresas sediadas no município</p>	<p>Assegurar o cumprimento das responsabilidades sociais e ambientais.</p> <p>Assegurar responsabilidade de participação ativa nos processos de planeamento e desenvolvimento do território.</p> <p>Cumprimento dos dispostos legais existentes para a sua área de atividade e funcionamento.</p>
Associações		<p>Assegurar responsabilidade de participação ativa nos processos de planeamento e desenvolvimento do território e reconversão de territórios degradados.</p> <p>Cumprimento dos dispostos legais presentes nos diplomas que estabelecem o regime jurídico do associativismo municipal e autárquico.</p>
Outros agentes de interesse	<p>ONGs</p> <p>Municípios</p> <p>Órgãos de Comunicação</p> <p>Outros</p>	<p>Assegurar o cumprimento das diversas políticas municipais (regras e regulamentos para as suas áreas de atividades).</p> <p>Divulgação de informação a todos os agentes existentes.</p> <p>Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento do território.</p>

ANEXO III – Orientações e metas do QRE

Quadro 1-Anexo III.. Quadro de Referência Estratégico - Orientações e Metas.

AGENDA 2030 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos; implementar a gestão integrada dos recursos hídricos; proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água. • Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes; modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos. • Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento integrado e sustentável; salvaguardar o património natural; reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros; proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes. • Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais; melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.
CASCAIS 2030
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Adota critérios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DE CASCAIS – AGENDA XXI
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma rede urbana densa, qualificada e articulada, contendo a dispersão urbana, apostando em políticas de regeneração urbana e ao mesmo tempo promover a estruturação de uma rede urbana polinucleada, ultrapassando a dualidade litoral/interior, reduzindo as assimetrias territoriais; • Promover a requalificação de áreas públicas descaracterizadas e o reforço qualificado das funções urbanas; • Salvaguardar a estrutura ecológica do território; • Nova distribuição do espaço público dando primazia ao peão e aumento do conforto dos espaços de estada; • Prevenção da produção de resíduos; • Utilização e potenciação do posicionamento geoestratégico de Cascais e promoção da paisagem cultural e natural do concelho, na perspetiva do valor económico, promovendo igualmente a identidade urbana.

PORTUGAL 2020
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos; • Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.
PLANO NACIONAL DE INVESTIMENTOS 2030 (PNI 2030)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a coesão territorial, em particular através do reforço da conectividade dos territórios, e da atividade económica, valorizando o capital natural; • Aumentando e melhorar as condições infraestruturais do território; • Promover a sustentabilidade e a ação climática, através da descarbonização da economia e da transição energética, adaptando os territórios às alterações climáticas e garantindo uma maior resiliência das infraestruturas.
PLANO DE AÇÃO PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DE CASCAIS (PA3C2)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização de corredores verdes, renaturalização das ribeiras de Cascais e eliminação da poluição nas linhas de água; • Renaturalização do Parque Natural Sintra-Cascais através do restabelecimento do coberto vegetal natural, do incentivo à participação da comunidade na preservação da natureza e no envolvimento de entidades e desenvolvimento de parcerias com privados; • Implementação de planos de defesa da floresta com o objetivo de incrementar a capacidade de resgate de CO₂ da atmosfera, diminuir os riscos dos incêndios florestais, melhorar a resiliência das áreas florestais contra agentes bióticos e abióticos, através de ações de ordenamento da floresta, de gestão da vegetação e dos combustíveis florestais; • Plano de proteção do litoral com o objetivo de identificar locais de risco na orla costeira do município de Cascais; • Desenvolvimento de um plano de contingência para ondas de calor; • Criação de novos parques urbanos e zonas de infiltração; • Introdução de soluções nos IGT sobre alterações climáticas de modo a tornar Cascais num exemplo pioneiro para a sustentabilidade territorial.
ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA 2050 (RNC 2050)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar; • Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050; • Contribuir para a resiliência e capacidade de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas; • Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território.

PROGRAMA OPERACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS (POSEUR 2020)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Promover um desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado; • Melhorar a conectividade territorial; • Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos; • Elaboração de um inventário dos locais contaminados, bem como dos locais com história de certas atividades (lixeiros, portos, etc.); • Reabilitação dos solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista; • Diminuição das áreas urbanizáveis em zonas ameaçadas pelas cheias.
PROGRAMA NACIONAL DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Gerir os recursos naturais de forma sustentável, valorizando o capital natural, promovendo a eficácia do metabolismo regional e urbano e aumentando a resiliência socio ecológica; • Promover um sistema urbano policêntrico e a qualidade urbana; • Reforçar a conectividade externa e interna otimizando as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica e reforçando e integrando redes de acessibilidade e de mobilidade; • Reforçar a eficiência territorial nos IGT.
PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CASCAIS (PEDU CASCAIS)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de uma economia verde, assegurando a transição para um modelo de baixo carbono numa perspetiva de promoção da sustentabilidade urbana e de desenvolvimento de novos modelos de crescimento urbano e económico; • Promoção de condições urbanas e ambientais que contribuam para a qualidade de vida e satisfação da população e para a fixação de população e atividades económicas.
PLANO ESTRATÉGICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (PERSU 2020+)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir a produção e perigosidade dos resíduos urbanos e reduzir a sua deposição em aterro, aumentar a preparação para reutilização, a reciclagem e a qualidade dos recicláveis, valorizar economicamente os recicláveis e outros materiais.
PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO DE ÁGUA RESIDUAIS (PENSAAR 2020)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a poluição urbana nas massas de água.

PROGRAMA NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA (PNUEA 2020)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> Promoção da requalificação e continuidade das linhas de água;
PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS DO OESTE (RH5 2016-2021)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição acidental; Promover o bom estado das massas de água através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região, mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos.
ESTRATÉGICA NACIONAL PARA O AR 2020 (ENAR 2020)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o desempenho ambiental, com particular incidência na diminuição das emissões atmosféricas (indústria, transportes, agricultura e residencial/comercial);
ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE (ENCNB 2030)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> Promover a conservação, recuperação e valorização da biodiversidade, dos recursos e do património natural, paisagístico, cultural e geológico; Desenvolver ações específicas de conservação e gestão espécies, habitats e ecossistemas; Estimular o surgimento de redes de valorização, conservação e proteção do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional.
PLANO SETORIAL REDE NATURA 2000 (PSRN2000)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> Promover a conservação, recuperação e valorização da biodiversidade, dos recursos e do património natural, paisagístico, cultural e geológico, assegurando a manutenção dos processos ecológicos essenciais ao funcionamento dos sistemas ecológicos e à sua conectividade; Acautelar os impactos sobre os valores naturais pela muita elevada pressão urbanística e de recreio, partindo de um correto ordenamento do território que garanta a diversidade e o mosaico da paisagem, não esquecendo a estruturação de nucleações que contrariem a tendência para a urbanização contínua ao longo da faixa litoral;
PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS (POPNSC)
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> Promover a definição e salvaguarda de “corredores ecológicos” nos instrumentos de gestão territorial;

- Estabelecer uma programação das ações de prevenção dos fogos florestais, reforçar os meios de primeira intervenção no combate ao fogo e implementar planos de recuperação das áreas ardidas.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, promovendo a gestão florestal e intervindo preventivamente em áreas estratégicas;
- Recuperação e reabilitação dos ecossistemas.

PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA-CABO ESPICHEL (POCACE)

Orientações de Ambiente e Sustentabilidade

- Prevenir e reduzir os riscos costeiros e a vulnerabilidade às alterações climáticas;
- Assegurar a proteção e conservação do património natural;
- Promover a proteção dos recursos hídricos e assegurar os objetivos da qualidade da água;

ANEXO IV – Sistematização dos Fatores de Contexto Considerados para a Avaliação

FC#1 - Estrutura Ecológica Municipal

A **Estrutura Ecológica Municipal (EEM)** está representada na Planta de Ordenamento, sendo constituída pela Estrutura Ecológica Fundamental, pela Estrutura Ecológica Complementar e pela Estrutura Ecológica Urbana. Integram a estrutura ecológica fundamental os solos qualificados como espaço natural de nível 1. Integram a estrutura ecológica complementar os solos qualificados como espaço natural de nível 1 e de nível 2. A estrutura ecológica urbana inclui os solos qualificados como espaço natural de nível 3, espaço verde de recreio e produção, espaço verde de proteção e conservação e espaço verde de proteção a infraestruturas.

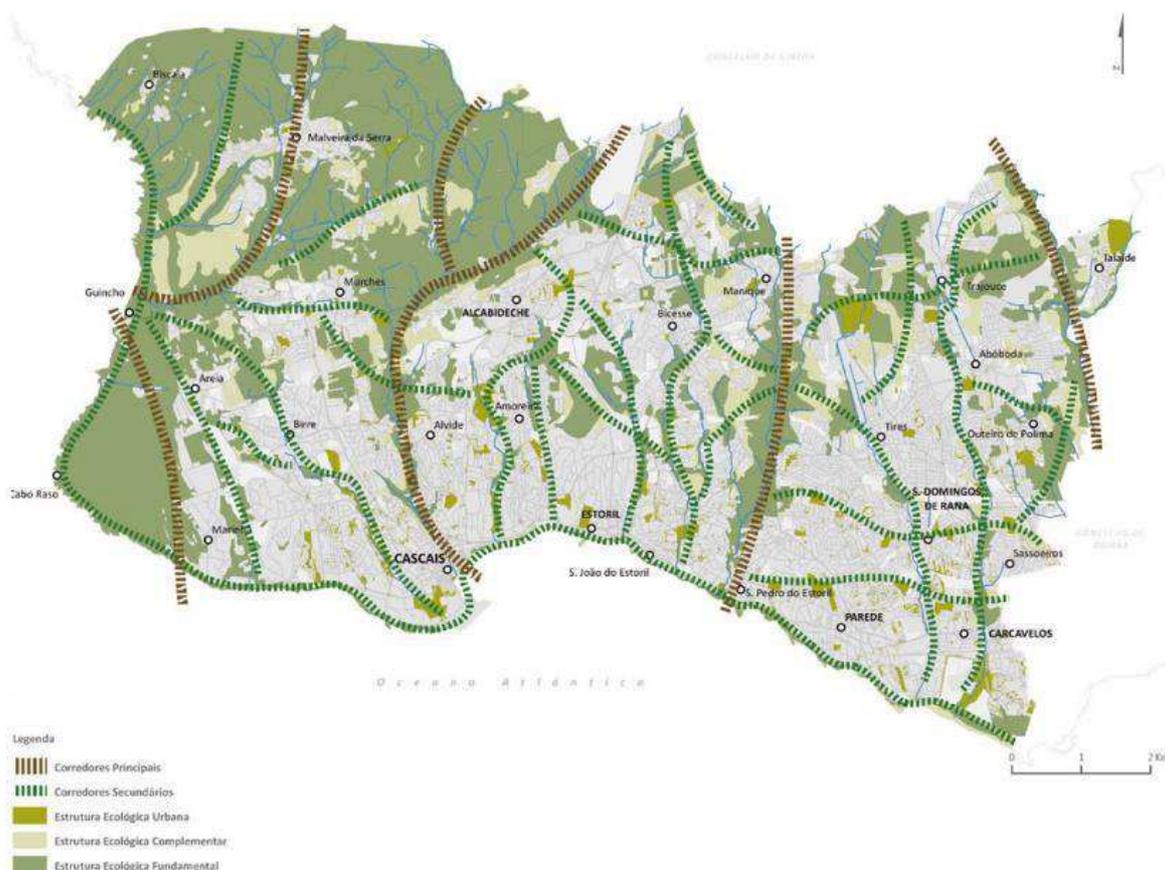


Figura 1 – Anexo IV. Estrutura Ecológica Municipal. Fonte: Cascais Estrutura Ecológica.

FC#2 - Vulnerabilidade aos riscos

O PMAAC-AML, 2019 elaborou diversos mapas de suscetibilidade e vulnerabilidade municipais, atuais e futuros, em diversas temáticas. Apresentam-se, de seguida, os relacionáveis com o município de Cascais: cheias rápidas, inundações e galgamentos costeiros, incêndios rurais/florestais, instabilidade de vertentes, risco sísmico e inundações por *tsunami*.

A suscetibilidade determina o grau a partir do qual o sistema é afetado por uma determinada exposição ao clima, e é condicionada pelas condições naturais e físicas do sistema. Trata-se de um conceito que também se refere às atividades humanas impactantes nas condições naturais e físicas do sistema. A vulnerabilidade resulta dos impactos possíveis causados pela combinação da exposição ao clima, da sensibilidade e da capacidade de adaptação. A combinação da vulnerabilidade climática com a frequência dos eventos origina os riscos climáticos.

Ressalva-se, contudo, que o PMAAC-AML foi realizado para a escala da Área Metropolitana de Lisboa e classifica o território de Cascais segundo 4 áreas geográficas. Este processo generaliza a classificação de vulnerabilidades e suscetibilidades para áreas heterogéneas, resultando na identificação do mesmo grau de risco para áreas diferentes que eventualmente, à escala municipal, seriam classificadas de forma distinta.

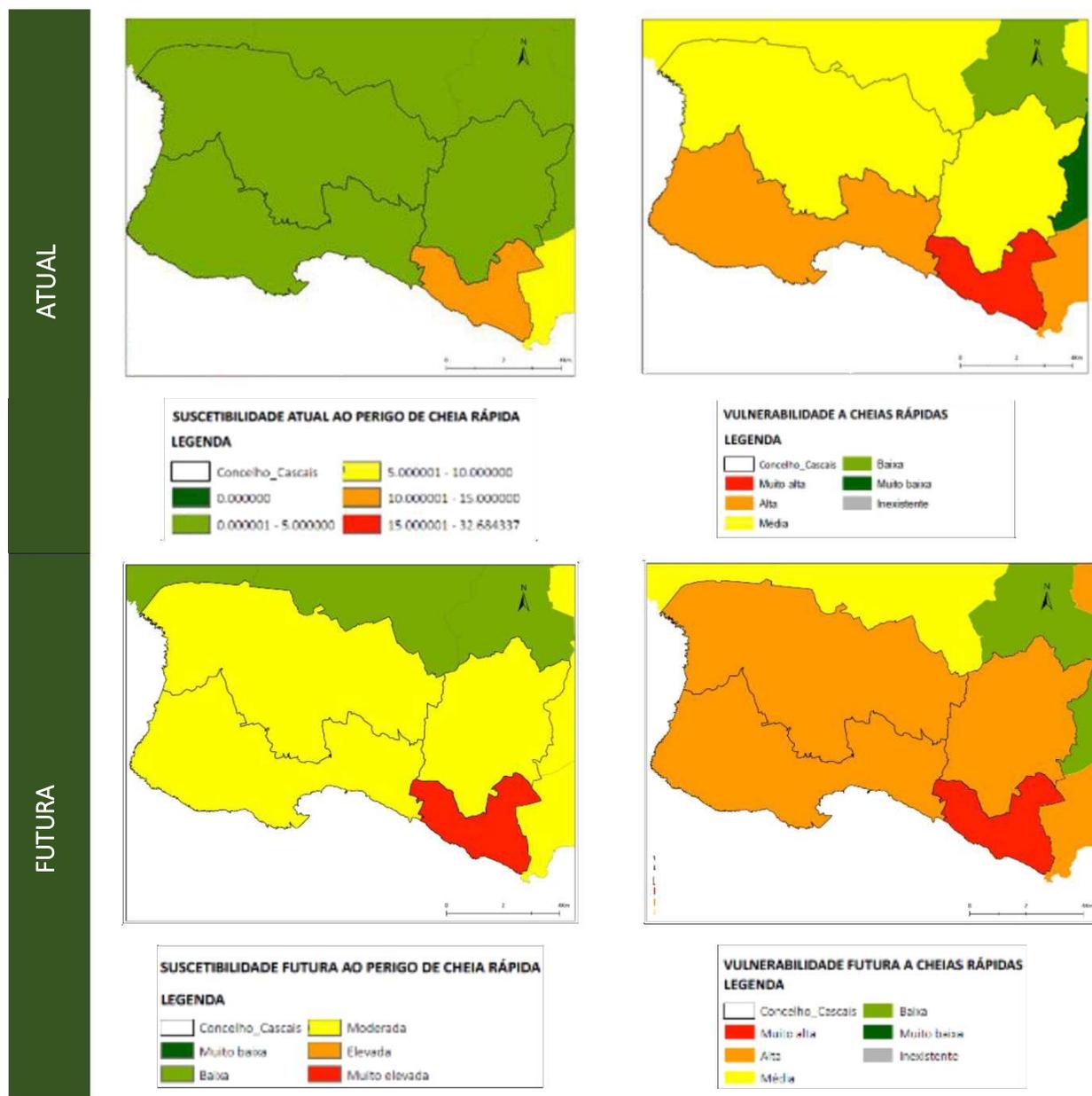


Figura 2 – Anexo IV. Suscetibilidade e vulnerabilidade a cheias rápidas – atual e futura. Fonte: PMAAC-AML.

Pode verificar-se que o município de Cascais apresenta uma suscetibilidade atual baixa a cheias rápidas, e prevê-se que, no futuro, passe a moderada. Relativamente à vulnerabilidade às mesmas, atualmente apenas o território mais a Sul no município apresenta uma vulnerabilidade moderada, prevendo-se que, no futuro, todo o território esteja igualmente vulnerável.

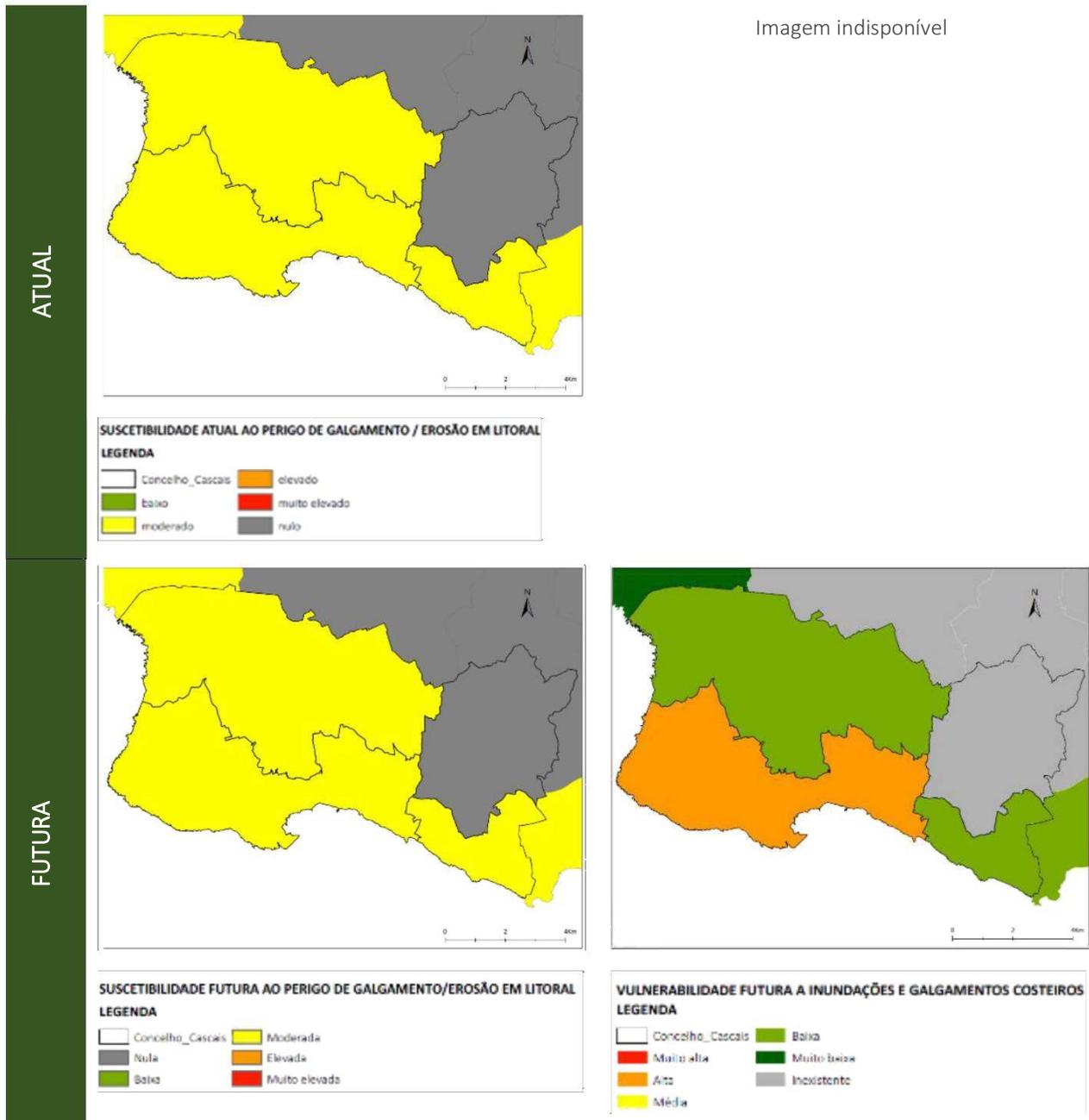


Figura 3 – Anexo IV. Suscetibilidade e vulnerabilidade a inundações – atual e futura. Fonte: PMAAC-AML.

Não se verificam alterações relativamente às suscetibilidades atuais e futuras de perigo de galgamento e erosão em litoral. Já nas vulnerabilidades, apenas o mapa futuro se encontra disponível e pode verificar-se que o território norte tem, expectavelmente, uma vulnerabilidade mais baixa.

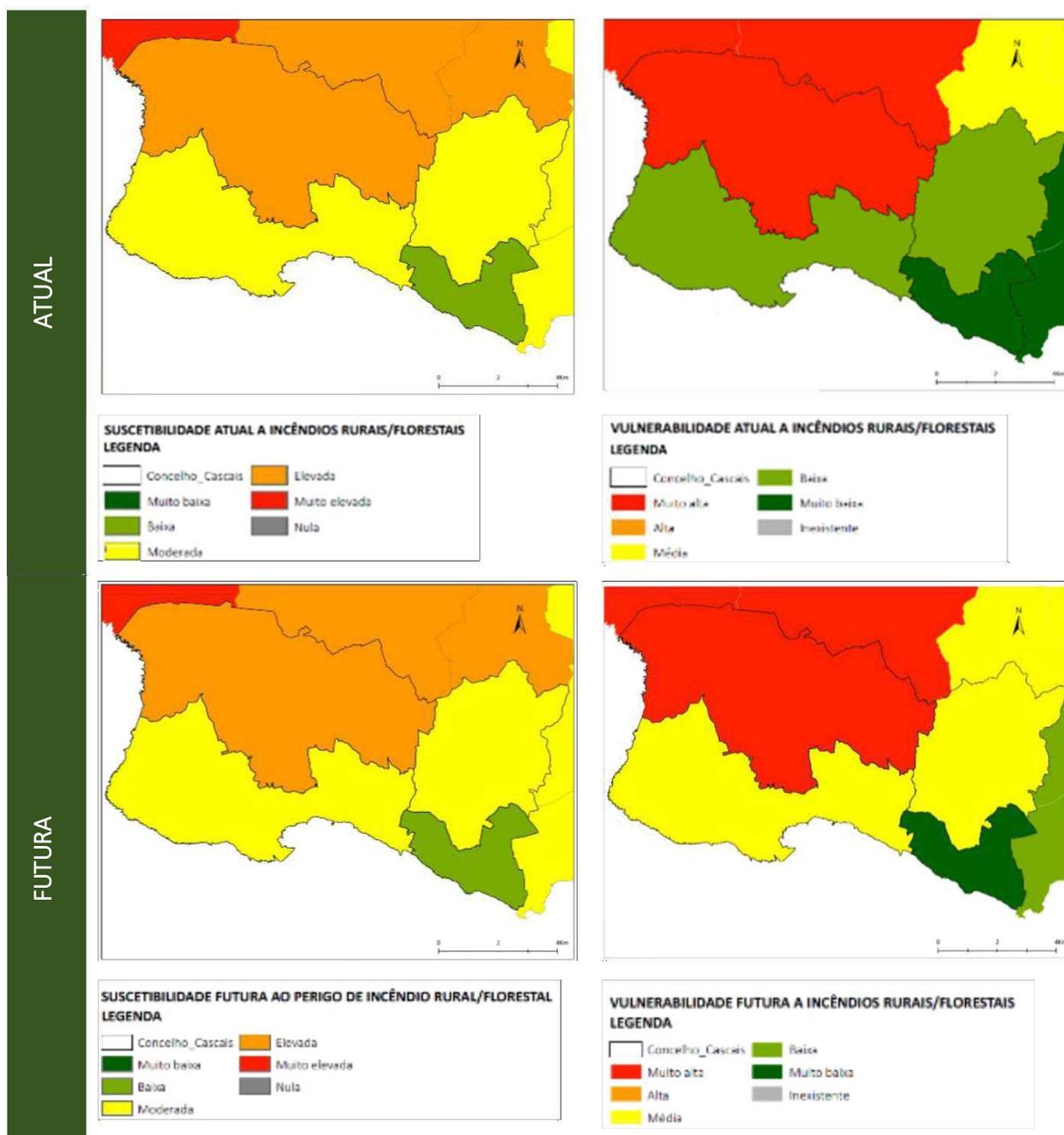


Figura 4 – Anexo IV. Suscetibilidade e vulnerabilidade a incêndios rurais/florestais – atual e futura. Fonte: PMAAC-AML.

O município de Cascais apresenta uma suscetibilidade atual e prevista idêntica a incêndios rurais/florestais. Relativamente à vulnerabilidade territorial ao mesmo, o território norte é visivelmente mais vulnerável, atingindo a classificação de “Muito Alta”, e a Sul prevê-se um aumento de vulnerabilidade face à atualmente existente.

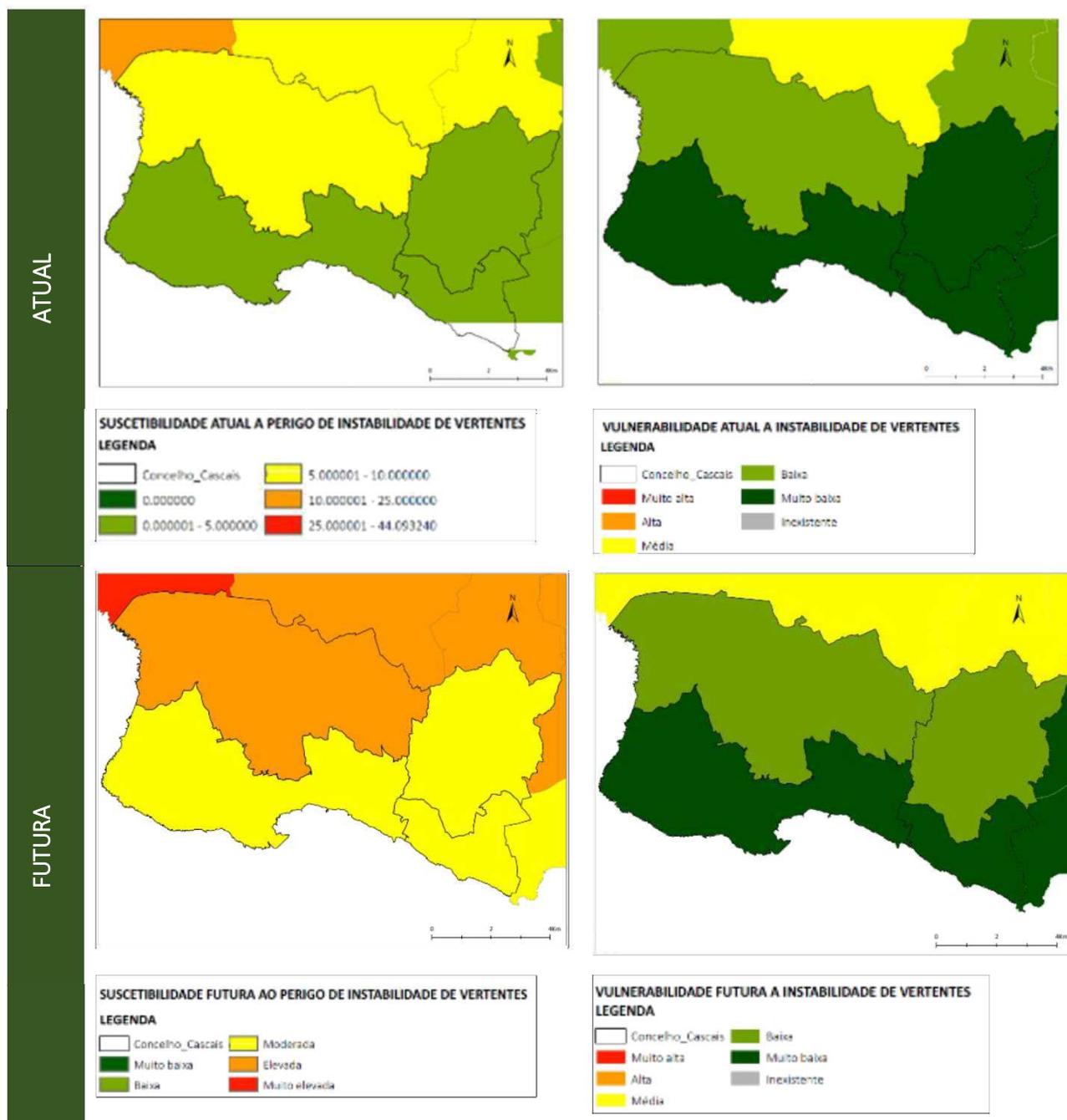


Figura 5 – Anexo IV. Suscetibilidade e vulnerabilidade a instabilidade de vertentes – atual e futura. Fonte: PMAAC-AML.

O território não é vulnerável a instabilidade de vertentes, mas apresenta uma suscetibilidade maior a norte, com previsão de agravamento no futuro.

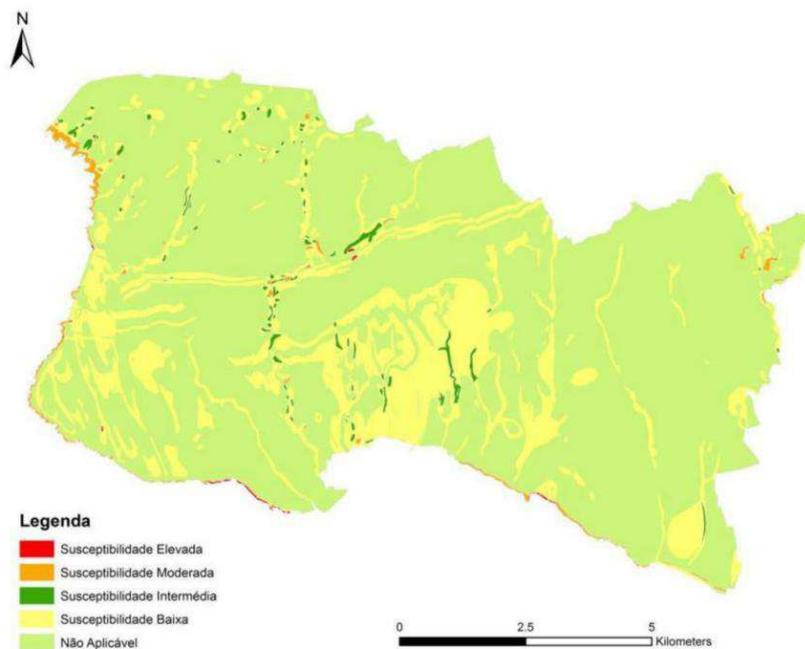


Figura 6 – Anexo IV. Suscetibilidade do concelho à ação sísmica. Fonte: Dossiê de Suscetibilidade da Câmara Municipal de Cascais, 2012.

Tendo em conta as características geológicas e geotécnicas, todo o concelho de Cascais, em caso de ocorrência sísmica, deve registar, aproximadamente, a mesma intensidade sísmica.

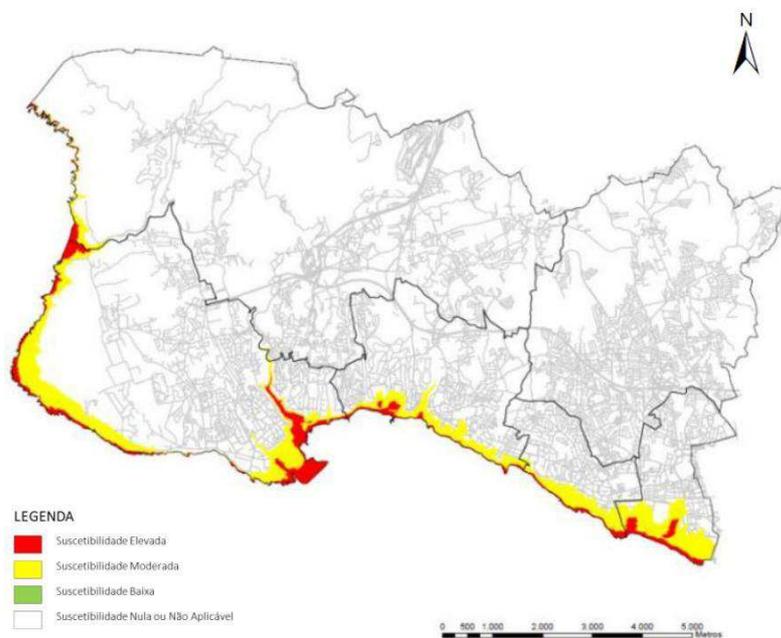


Figura 7 – Anexo IV. Suscetibilidade de inundação por *tsunami* no concelho de Cascais. Fonte: Dossiê de Suscetibilidade da Câmara Municipal de Cascais, 2012.

Para *tsunamis* de campo afastado verifica-se a inundação das cotas mais baixas – todas as praias do concelho de Cascais - com valores de profundidade de inundação que podem atingir 1 metro. Não   expectável que a inundação ocorra fora das zonas de praia. Para *tsunamis* de campo próximo a cota topográfica que define o limite superior da zona de inundação varia entre os 10 e os 20 metros (em zonas limitadas).

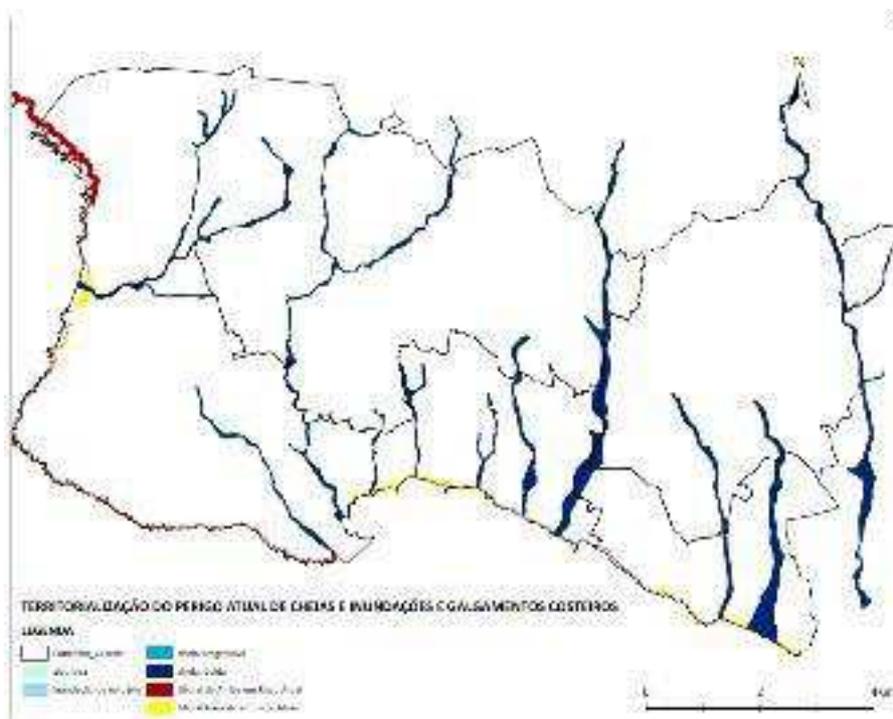


Figura 8 – Anexo IV. Territorializa o do perigo atual de cheias e inunda es – Ribeiras do concelho de Cascais. Fonte: PMAAC-AML.

FC#3 - Adaptação às alterações climáticas

As alterações climáticas relacionam-se com a Estrutura Ecológica Municipal (FC#1, Anexo IV) na medida em que esta contribui para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural dos espaços rurais e urbanos. O contributo da EEM descrito decorre, nomeadamente, da regulação do ciclo hidrológico (preservação da permeabilidade do solo e criação de áreas de retenção), da regulação bioclimática (redução das amplitudes térmicas e manutenção do teor de humidade do ar), da melhoria da qualidade do ar (diminuição da concentração da poluição atmosférica nos centros urbanos) e da conservação da biodiversidade (manutenção de habitats).

No que diz respeito à vulnerabilidade aos riscos, estes também se relacionam com as alterações climáticas na medida em que identificam possíveis impactos causados pela combinação da exposição ao clima, da sensibilidade e da capacidade de adaptação.

Para além dos pontos anteriormente desenvolvidos, no âmbito das alterações climáticas é também importante a análise da permeabilidade dos solos. Desta forma, apresenta-se de seguida a evolução das áreas impermeáveis através da evolução dos territórios artificializados.

Segundo o RA da AAE do PDM Cascais de 2015, o **crescimento dos territórios artificializados** no município foi cerca de 40% desde o ano de 1990, correspondendo, atualmente, a mais de metade da área do concelho (cerca de 52%). Desta forma, é possível inferir que as áreas permeáveis têm vindo a diminuir.

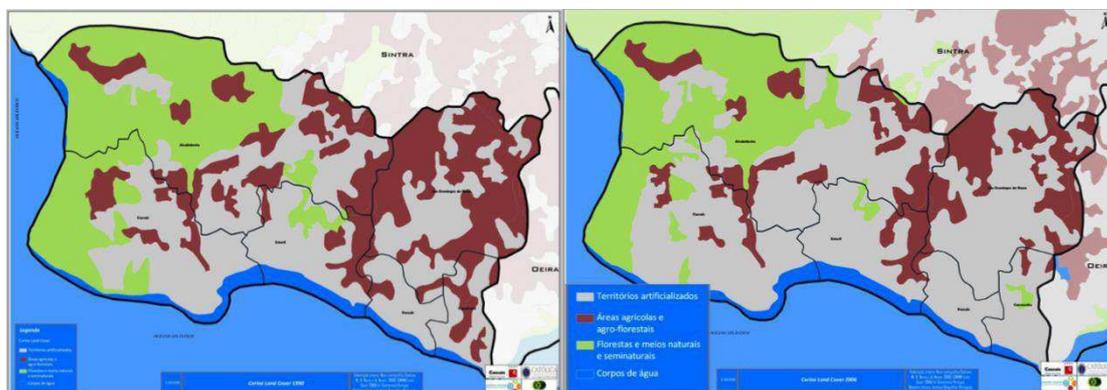


Figura 9. Evolução da ocupação do solo 1990-2006. Fonte: RA da AAE do PDM Cascais 2015.

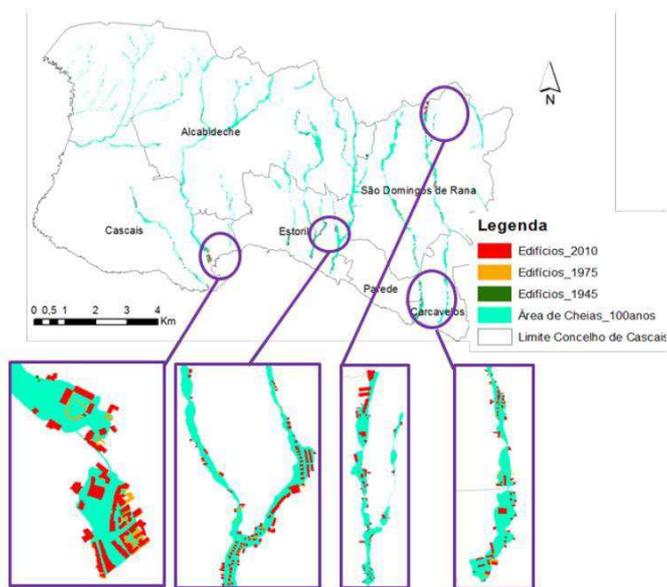


Figura 10 – Anexo IV. Evolução da área edificada em zona de cheia com período de retorno de 100 anos. Fonte: RA da AAE do PDM Cascais 2015.



Figura 11– Anexo IV. Densidade de ocupação no litoral do concelho de Cascais. Fonte: RA da AAE do PDM Cascais 2015.

FC#4 - Riscos de poluição

No que toca a fontes de poluição, o RA da AAE do PDM 2015 identifica a existência das seguintes **disfunções ambientais**: aterros e vazadouros, parques de sucatas, depósitos ilegais de entulhos, pedreiras inativas e em atividade e áreas degradadas a requalificar.

O aterro sanitário de Trajouce (situado nas instalações da TRATOLIXO na freguesia de S. Domingos de Rana), encerrado em 2003 e selado desde 2005, é uma das principais fontes de poluição do concelho. Segundo o Plano de Reabilitação Ambiental das Instalações da TRATOLIXO, têm sido identificados eventos de emissão de odores, instabilidade dos taludes e presença de lixiviados sobre os terrenos e em águas pluviais provenientes do aterro, que está mal selado. Destaca-se ainda, que à data, o processo de descontaminação dos solos já se tinha iniciado.

A existência de depósitos ilegais de resíduos, maioritariamente localizados na freguesia de Alcabideche, degrada a paisagem e são um foco de poluição pela contaminação dos solos e água.

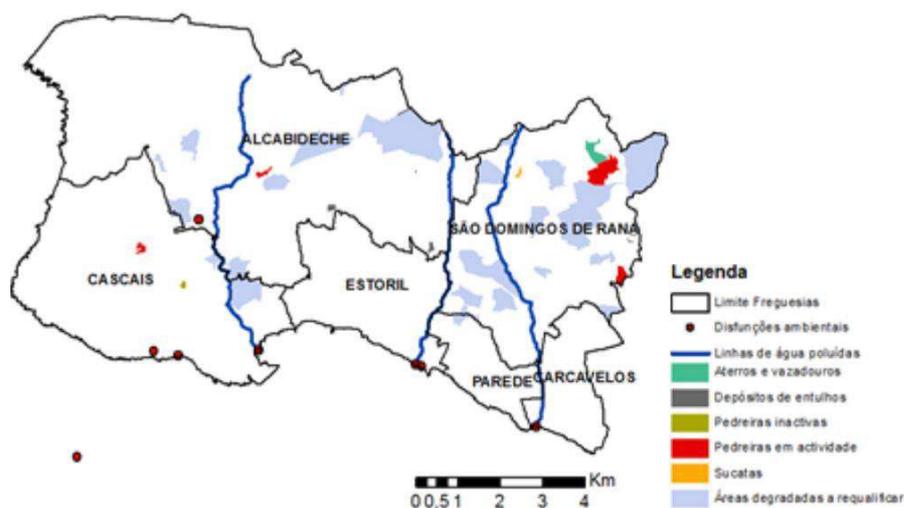


Figura 12– Anexo IV. Disfunções ambientais no concelho de Cascais. Fonte: RA da AAE do PDM 2015.

Destaca-se, também, o crescimento de bairros clandestinos, que são potenciais focos de poluição pela ausência ou isolamento de infraestruturas de saneamento básico em relação à rede municipal, e a percentagem relativamente alta (3,83%) e dispersão territorial da classe de ocupação do solo que integra áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos, estaleiros de construção e áreas abandonadas em territórios artificializados. Estas últimas áreas, apesar de não estarem referenciadas como disfunções ambientais, podem constituir, também, potenciais focos de poluição ambiental inerentes às atividades acima mencionadas.

Relativamente à **poluição sonora**, a análise ao Mapa de Ruído do Concelho de Cascais (abril 2020) permite identificar que o ambiente acústico se apresenta moderadamente perturbado. As principais fontes sonoras com interesse para a avaliação das condições acústicas atuais são as rodovias (A5, EN9, Av. Marginal/EN6, Avenida dos Bombeiros Voluntários, Via Longitudinal Norte, Av. de Sintra, EN6-7, EN249-4, EN247-5, e Av. Eng.º Adelino Amaro da Costa) seguidas da via-férrea Cascais-Cais do Sodré, do Aeródromo Municipal de Cascais, do Autódromo do Estoril e das indústrias, em ordem decrescente de influência no ambiente acústico concelhio.

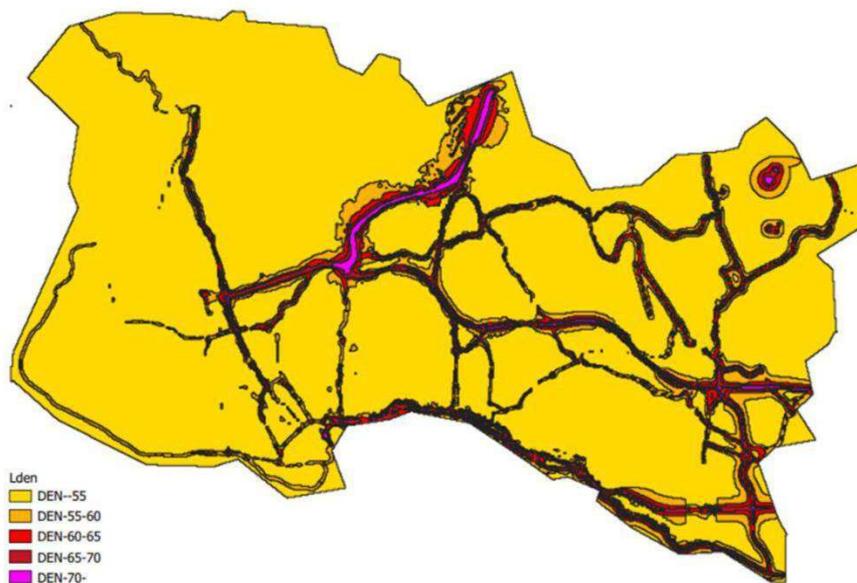


Figura 13– Anexo IV. Mapa de Ruído – Indicador L_{den} . Fonte: Mapa de Ruído do Concelho de Cascais, 2020.

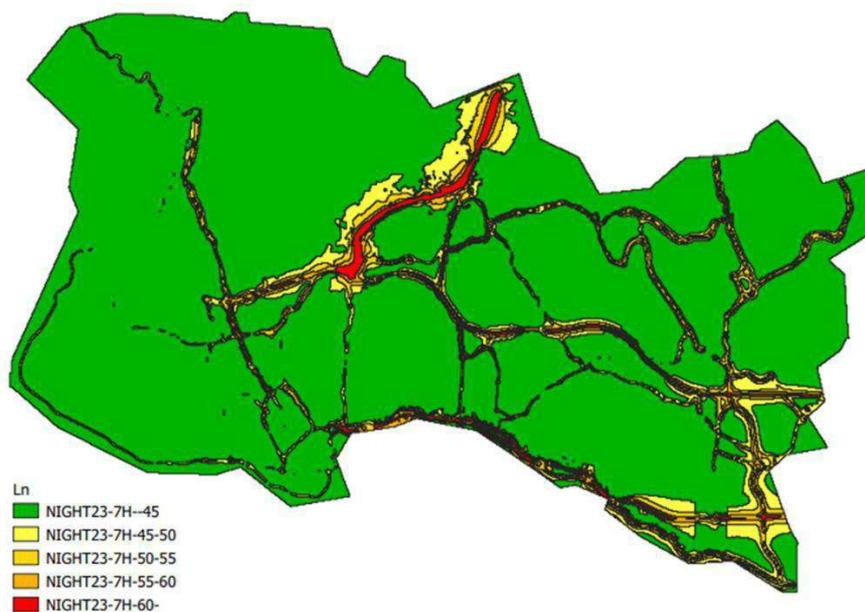


Figura 14– Anexo IV. Mapa de Ruído – Indicador L_n . Fonte: Mapa de Ruído do Concelho de Cascais, 2020.

ANEXO V—Respostas aos pareceres das entidades consultadas ao RA

ENTIDADE	SÍNTESE / PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO	RESPOSTA
Centro de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)	O QRE apresentado não contempla o PROTAML, nem o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas.	<i>Não acolhido</i> O PROT-AML não foi considerado no QRE da AAE por não se encontrarem no PROT-AML estratégias relevantes que enquadrem o objeto desta avaliação. Por outro lado, embora ainda em vigor, este plano data de 2002 pelo que se questiona a validade deste instrumento para enquadrar a definição de estratégias futuras. Em relação ao Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, a AAE já incluiu na análise do QRE o Plano Municipal de alterações climáticas, pelo que se considerou redundante considerar o Plano anterior que em todo o caso já informou o plano municipal.
CCDR-LVT (cont.)	O RA não define objetivos nem indicadores de sustentabilidade para o critério Ruído, sendo a avaliação apresentada uma mera constatação da situação acústica atual de cada polígono objeto de reclassificação. Tal evidencia que a componente acústica não foi considerada na elaboração da proposta de alteração, apesar de no RFCD ter sido afirmado que este critério constituía uma das principais debilidades estratégicas do PDMC, com particular relevância junto às vias rodoviárias e ao aeródromo.	<i>Considera-se incluído</i> As questões do ruído são tratadas no FCD Classificação do solo – Riscos de poluição o que no nosso entender inclui o que é relevante do ponto de vista acústico nos polígonos que foram objeto de requalificação.
CCDR-LVT (cont.)	A definição do “Quadro Institucional de Governança” é vaga, e parece não abranger todas as entidades gestoras das fontes sonoras, ao contrário do indicado no parecer da CCDR relativo à delimitação do âmbito e do alcance da Avaliação Ambiental.	<i>Considera-se incluído</i> Regista-se o comentário de incluir entidades gestoras das fontes sonoras no Quadro Institucional de Governança Anexo II do RA, mas considera-se que estas entidades já estão consideradas nas “demais Entidades da Administração Pública Regional” e “Entidades de prestação de serviços públicos e privados” nomeadamente de transportes.
CCDR-LVT (cont.)	De registar também o exposto no início do último capítulo deste RA: No entanto, a AAE teve um processo atípico, por um lado por ser aplicada a	<i>Não Acolhido</i> A alteração do PDM Cascais para Adequação ao NRJIGT configura alterações muito pontuais, muitas das quais

ENTIDADE	SÍNTESE / PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO	RESPOSTA
	<p>um processo de Alteração do PDM para Adequação ao NRJIGT, que configura alterações muito pontuais, muitas das quais sem carácter estratégico, e mesmo sem grande relevância de impactos ambientais, o que exigia uma adaptação da metodologia usual.</p>	<p>sem carácter estratégico, e mesmo sem grande relevância de impactos ambientais, o que exigiu uma adaptação da metodologia usual, ao contrário do que é referido no comentário da CCDR-LVT. O processo de avaliação, embora mantendo a usual perspectiva dinâmica e de aprendizagem e interação contínua (inclusivamente com a equipa e proponente do plano) sofreu alterações na própria metodologia da AAE. Nomeadamente, foram produzidas fichas de identificação, caracterização e avaliação das áreas urbanizáveis que, decorrentes do processo de alteração do PDM Cascais para adequação ao NRJIGT, receberam uma nova classificação de uso do solo: rústica ou urbana. Naturalmente que se manteve uma perspectiva estratégica na apreciação das alterações propostas.</p>
CCDR-LVT (cont.)	<p>Efetivamente na avaliação da Proposta, que contempla não só os espaços urbanizáveis, a CCDR constatou estar perante uma alteração a um plano, que deve ser estratégico, mas que era constituída por um somatório de situações isoladas, no espaço e no tema. Tendo esta avaliação ambiental o foco nos ditos “espaços urbanizáveis”, lamentavelmente não constitui uma avaliação ambiental estratégica.</p>	<p><i>Não Acolhido</i></p> <p>A AAE não fez avaliação de situações pontuais. A AAE avaliou o que, em sede de RFCD, foi identificado pela própria CCDR como sendo o objeto de avaliação: a decisão sobre a reclassificação em solo urbano ou solo rústico de espaços antes considerados urbanizáveis. Assim as alterações forma avaliadas numa perspectiva estratégica sobre o que poderiam significar adoptar uma classificação ou outra. Sem ser estas alterações, que foram o objeto de avaliação acordado, as demais alterações do PDM não configuram por si só uma alteração de estratégia municipal, que é remetida para revisão do PDM. Como não se preveem, consequências ambientais face às restantes alterações não haverá qualquer alteração na avaliação ambiental desenvolvida.</p>
DGPC	<p>Nos termos da alínea a) do artigo 2.º 9 do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 258/2011, de 4 de maio, que estabelece o Regime Jurídico da Avaliação Ambiental, se entende por «"Avaliação ambiental" a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou</p>	<p><i>Não Acolhido</i></p> <p>Considera-se que o Objeto de Avaliação, da alteração do PDM Cascais para Adequação ao NRJIGT, não estabelece uma direção estratégica em que o património cultural seja relevantes/críticas. Assim, remete-se a recomendação para a AAE da revisão do PDM de Cascais.</p>

ENTIDADE	SÍNTESE / PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO	RESPOSTA
	<p>submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental/ e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final;</p> <p>b. Nos termos da alínea g) do artigo 10.º g do Decreto-Lei n.º 280/2015, publicado no Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14 que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, o património arquitetónico, arqueológico e paisagístico são considerados recursos territoriais, devendo os programas e os planos territoriais estabelecerem as medidas indispensáveis à respetiva proteção e valorização, conforme o disposto no artigo 17.º 9 do mesmo diploma legal;</p> <p>O procedimento de Avaliação Ambiental deverá portanto identificar o património cultural existente na área da proposta, sendo expectável que o Relatório Ambiental (RA) descreva e avalie corretamente os efeitos resultantes da respetiva aplicação. Da leitura do RA acima referenciado, constata-se que o património cultural não foi considerado um dos fatores ambientais (FA) no âmbito da AAE. Do exposto, considera-se ser de emitir parecer desfavorável à AAE.</p>	
<p>Agência Portuguesa do Ambiente (APA)</p>	<p>Será de referir porém que as parcelas identificadas nas fichas series 000, 500 e 600 anexas ao Relatório de alteração ao PDM, deveriam ser alvo de análise equivalente as efetuadas para a serie 100, uma vez que, também para estas, se propõe a</p>	<p><i>Não acolhido</i></p> <p>A AAE corresponde à avaliação da estratégica do plano, ou seja, as suas intenções de desenvolvimento e a política municipal. Para esse efeito são observadas as alterações propostas no PDM, que demonstram a forma como se pretende concretizar a intenção estratégica do plano</p>

ENTIDADE	SÍNTESE / PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO	RESPOSTA
	alteração a qualificação do solo em áreas não consolidadas e para as quais deveriam também ser avaliadas alternativas. Muito embora as series 000, 500 e 600 não decorram da adequação ao RJIGT e sim de pedidos de particulares, pretensões do município e qualificação das áreas com Plano de Pormenor - sugerindo-se que a análise efetuada na AAE seja complementada para as series 000,500 e 600.	nada tendo haver com as alterações decorrentes de pedidos de particulares.
Instituto para a Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	“Ora, questiona-se a opção tomada, uma vez que as alterações não incidem, apenas, nas áreas urbanizáveis, tendo sido agrupadas em várias tipologias no âmbito da proposta de alteração do PDM Cascais (conforme anteriormente sistematizado), reforçado pelo enquadramento da área do Concelho de Cascais, onde incidem áreas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 142/2008 de julho, na redação em vigor (conforme sistematizado no ponto 2 do presente ofício).....Assim, considera-se que o Relatório Ambiental apresentado, ao não incidir em todas as áreas sujeitas a alteração não obedece ao disposto no Decreto-Lei nº. 232/2007, de 15 de junho, na redação em vigor.”	<p><i>Não acolhido</i></p> <p>Desconhece-se os potenciais impactes que as alterações de aspetos tão pontuais do plano possam ter a nível ambiental e que pudessem ser captados por uma AAE. Do ponto de vista estratégico foi avaliado o que se justificou. O foco limitado da AAE às alterações propostas para os territórios classificados no PDM Cascais 2015 como urbanizáveis foi deliberado e decorrente de comentários de ERAE ao âmbito inicial apresentado. Por outro lado, a CMC considerou que as alterações de todas as outras classes de uso do solo, além das urbanizáveis, são muito pontuais e não têm orientação estratégica que justifique uma apreciação pela AAE.</p>
ICNF (cont.)	Acresce o facto de ter sido apresentado um RFCD, sujeito a parecer das diversas entidades, que não foi atendido. O presente documento, ao estabelecer apenas um FCD direcionado, apenas, para as áreas urbanizáveis não alcança todas as componentes a avaliar face a potenciais impactes da alteração do plano, a nível estratégico, e ao próprio QRE definido.	

ANEXO VI– PARECER DO NÚCLEO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA CMC

No contexto da presente AAE o Objeto de Avaliação, da alteração do PDM Cascais para Adequação ao NRJIGT, não estabelece uma direção estratégica em que o património que seja relevantes/críticas. Deste modo, tal como referido na resposta ao parecer da DGPC (Anexo V), o património não foi considerado como questão significativa a equacionar na AAE da alteração do PDM Cascais para Adequação ao NRJIGT.

No entanto, de modo a garantir a salvaguardar dos elementos patrimoniais, a 28 de janeiro de 2021 o núcleo do património histórico e cultural da CMC emitiu um parecer interno que avalia a interferência com elementos patrimoniais dos vários zonamentos sujeitos à alteração pelo PDM.

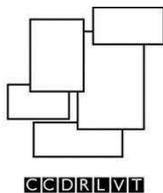
No mesmo parecer o Núcleo do património histórico e cultural da CMC refere:

“Assim, encontram-se salvaguardados os sítios arqueológicos uma vez que qualquer ação a desenvolver no local que implique mobilização de solos terá de receber o parecer dos serviços competentes (DABP/NPHC).”

Assim, confirma-se que as alterações de aspetos tão pontuais do plano não causam impactes a elementos patrimoniais existentes no território.

ANEXO VII—Parecer da CCDR-LVT ao RFCD





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

ALTERAÇÃO DO PDM DE CASCAIS PARA ADEQUAÇÃO AO RJIGT APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (NOVEMBRO 2019)

1. INTRODUÇÃO

A 07 de janeiro de 2020 deu entrada na CCDR-LVT um ofício da Câmara Municipal de Cascais (CMC) - E00932-202001-DSOT, solicitando parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e o alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, elaborado no contexto da alteração ao Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM de Cascais) para adequação ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Acresce ainda que a presente análise pretende dar resposta ao disposto no n.º 2 do artigo 120º do RJIGT (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).

O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, conjugado com o RJIGT, estipula que as entidades consultadas devem emitir os seus pareceres no prazo de 20 dias.

O PDM de Cascais foi publicado em 2015, pelo Aviso n.º 7212- B/2015, de 29 de junho.

Em 2017, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo – LBPSOTU), foi publicada a alteração por adaptação do PDM de Cascais para transposição dos planos especiais de ordenamento do território incidentes no concelho de Cascais - Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (POPNSC), Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado (POOC-SS) e Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela – Forte de S. Julião da Barra (POOC -CSJB). A Alteração do PDM foi publicada através do Aviso n.º 3234/2017, publicado no Diário da República (DR), 2.ª série, N.º 62, de 28 de março de 2017.

A CMC deliberou, na reunião de 22 de maio de 2018, abertura do procedimento da alteração do PDM de Cascais, para adequação ao novo RJIGT, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 115.º, n.º 2, alínea c), 118.º e 199.º do Decreto-Lei n.º 80/2014, de 14 de maio.

Através do ofício E12754-201806, de 14 de junho de 2018, a CMC solicitou à CCDR a constituição da Comissão Consultiva e o pedido de acompanhamento formal, remetendo em anexo ao ofício os Termos de Referência do processo de alteração do PDM aprovados naquela reunião do executivo municipal.

Em reunião de 26 de março de 2019, a CMC deliberou sujeitar a AAE a alteração do PDM de Cascais. Em reunião de Câmara realizada a 17 de dezembro de 2019, a CMC deliberou aprovar o Relatório de Fatores Críticos para a decisão, datado de novembro de 2019, sobre o qual incide a presente apreciação.

Em 16 de agosto de 2019 foi publicada em DR, através do Aviso n.º 13041/2019, a Declaração da alteração por adaptação ao PDM de Cascais para se compatibilizar com o Programa da Orla Costeira de Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE).

2. RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Da apreciação efetuada ao Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD) da Avaliação Ambiental Estratégica da Alteração ao PDM de Cascais para adequação ao RJIGT, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação e no n.º 2 do artigo 120.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, verifica-se que, genericamente, está devidamente organizado e segue a estrutura e a metodologia comumente utilizada neste tipo de procedimentos.

O RFCD enviado estrutura-se do seguinte modo: Introdução (Capítulo 1), Objetivos e Metodologia da AAE (Capítulo 2), Objeto de Avaliação (Capítulo 3), Quadro de Avaliação Estratégica (capítulo 4), Quadro Institucional de Governança (Capítulo 5) e Fontes de Informação e Cronograma (Capítulo 6). Em Anexo ao RFCD encontra-se a lista de entidades relevantes para a consulta (Anexo I), o quadro institucional de governança com respetivas responsabilidades e competências (Anexo II), as orientações e metas do QRE (Anexo III) e a relação das megatendências atuais com os eixos estratégicos da Alteração do PDM (Anexo IV).

Relativamente aos Capítulos 1 e 2 nada haverá a observar. Nos restantes capítulos haverá necessidade de retificações e melhorias, apresentando-se sugestões nos pontos seguintes.

2.1. Objeto de Avaliação

Da leitura dos documentos resulta uma aparente dissonância entre o objeto da avaliação considerado no RFCD e o objeto da alteração do PDM de Cascais, referido nos Termos de Referência.

Segundo os Termos de Referência (TR), a Alteração do PDM de Cascais para adequação ao RJIGT visa prosseguir os seguintes objetivos:

Adequação ao Novo RJIGT;

Conformidade com as novas dinâmicas do quadro económico, cultural, social e ambiental com expressão territorial no concelho;

Atualização das disposições vinculativas dos particulares, contidas nos regulamentos e nas plantas que os representam;

Conformidade com o POC ACE (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2019, publicada em DR n.º 72/2019, Série I de 2019-04-11);

Elaboração de um Plano de Sustentabilidade Urbanística e constituição de um Fundo de Sustentabilidade Urbanística e Ambiental;

Avaliação e identificação de situações incongruentes detetadas no decurso da monitorização da execução do PDM, desde 2015, e realização de ajustes nas opções de planeamento resultantes da adaptação da estratégia Municipal ao novo quadro legal e setorial.

Quanto ao âmbito, a mesma fonte de informação (TR) refere que, com a eliminação da categoria operativa de solo urbanizável extinguem-se as categorias de Espaço de Atividades Económicas Proposto e de Espaço de Uso Industrial Proposto (identificadas no Anexo I dos TR). O Município irá verificar cada uma daquelas áreas e determinar a respetiva classificação como solo rústico ou urbano, consoante o grau de urbanização da envolvente, sendo integradas na categoria de solo urbano que melhor se adegue aos usos dominantes. Quando as áreas não reúnam as condições materiais para integrar o solo urbano, podem ainda ser integradas nesta categoria, através da faculdade que a lei atribui ao Município de adotar opções de planeamento condicionadas à prévia contratualização e programação.

Ainda sobre o âmbito e objeto da avaliação, no RFCD (pág. 10) refere-se que os Eixos Estratégicos da alteração do PDM são:

- EE1- Requalificação Territorial
 - Qualificação do solo urbano;
 - Qualificação do solo rústico;
 - Política de Habitação;
 - Espaço público;
 - Sustentabilidade económica.
- EE2- Infraestruturas e Mobilidade
 - Aeroporto;
 - Mobilidade;
 - Intermodalidade e redes;
 - Infraestruturas territoriais e urbanas.
- EE3- Valorização do Solo Rústico e Urbano
 - Ribeiras;
 - Estrutura ecológica Municipal;
 - Alterações climáticas.

Dada a abrangência dos EE constata-se que a Alteração ao PDM pretendida poderá ultrapassar a “simples” adequação prevista no n.º 2 do artigo 199.º do RJIGT.

Segundo o RFCD (Cap. 3), o objeto da avaliação da AAE consiste na estratégia da alteração do PDM de Cascais e irá compreender dois níveis:

- i) as orientações estratégicas do Plano (que são abrangentes) e respetivas opções definidas de forma a cumprir os objetivos;
- ii) a materialização das opções estratégicas do modelo territorial em medidas concretas do Plano, expressas na estrutura territorial e no regime de uso do solo.

Todavia, na página 11 do Relatório, o objeto da avaliação da AAE é circunscrito ao âmbito de adequação ao novo RJIGT, tomando por referência os objetivos da alteração do PDM de Cascais constantes do Quadro 2 (Objetivos da Alteração do PDM - elaborado com base numa apresentação fornecida pela CMC à equipa da AAE, 03/082019) onde se refere que:

- 1) Por princípio, a Alteração do PDM de Cascais, não contempla a revisão da REN e da RAN;
- 2) Não serão alteradas quaisquer condicionantes, dado que a classificação de solo como rústico ou urbano, está dependente de critérios rigorosos definidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015;
- 3) Por princípio, os terrenos em solos urbanizáveis passam a rústico, a não ser que:
 - Tenham um projeto licenciado no âmbito do PDM em vigor;

- A área se apresente total ou parcialmente infraestruturada;
- Exista uma programação urbanística:
 - Adequação à programação estratégica do PDM;
 - Identificação dos encargos a suportar e dos mecanismos de redistribuição de benefícios e encargos;
 - Demonstração da sustentabilidade económica e financeira da operação urbanística;
 - Fixação do prazo para a execução da operação urbanística.

Importa sublinhar que, nos Termos de Referência da Alteração do PDM de Cascais, para além da adequação ao novo RJIGT, são referidos mais cinco objetivos, que não são abordados no RFCD. Por outro lado, o Relatório refere que pretende circunscrever o objeto da avaliação da AAE ao âmbito de adequação ao novo RJIGT, contudo, esse exercício de focagem é extravasado (cf se descreve com alguns exemplos nos pontos seguintes).

Em suma, da leitura dos documentos, e tal como referido acima, existe uma dissonância entre o objeto da avaliação considerado no RFCD e o objeto da alteração do PDM de Cascais, referido nos Termos de Referência. Essa situação deverá ser revista, dado que é fundamental definir e concordar claramente sobre qual será o objeto da AAE.

Importa ainda alertar para os seguintes aspetos:

No âmbito do processo de alteração do PDM de Cascais, mesmo que este se assuma como uma mera adequação ao RJIGT, poderá eventualmente haver a necessidade de ser instruído um processo de alteração da REN e da RAN para reintegração de áreas que foram excluídas e que poderão deixar de vir a ser integradas em solo urbano.

No âmbito da análise da adequação da classificação do solo como urbano à luz do novo RJIGT, a avaliação não deve restringir-se apenas as áreas urbanizáveis, sendo que todo o solo atualmente classificado como urbano deve ser avaliado, nomeadamente em termos do cumprimento do novo conceito do RJIGT e dos critérios constantes do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto. Devem também ser avaliados os PMOT em vigor à luz do disposto no artigo 82.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

A existência de programação urbanística não é suficiente para manter a classificação urbana do solo, sendo necessário dar cumprimento aos aspectos referidos no ponto acima ou que exista projeto licenciado para o local.

2.2. Quadro Estratégico de Avaliação

2.2.1. Fatores Críticos para a Decisão, Critérios de Avaliação e Indicadores

No ponto 4.1 do RFCD são apresentados os Fatores Críticos de Decisão, seus objetivos e respetivos critérios de avaliação e indicadores.

Os FCD definidos são:

FCD 1 - Classificação do Solo (avaliando a Classificação do solo e a Estrutura Ecológica Municipal);

FCD2 - Riscos e Alterações Climáticas (avaliando as Ribeiras, a Adaptação às alterações climáticas, a vulnerabilidade aos riscos e os riscos de poluição (ruído, ar, água, solo e resíduos));

FCD3 - Requalificação Territorial (avaliando a requalificação do espaço público, a renovação de territórios degradados e a mobilidade sustentável).

Os FCD procuram ir ao encontro dos Eixos Estratégicos da proposta de Alteração do PDM:

EE1- Requalificação Territorial;

EE2- Infraestruturas e Mobilidade;

EE3- Valorização do Solo Rústico e Urbano.

Todavia, afigura-se que os FCD e respetivos critérios de avaliação extravasam o âmbito da alteração do PDM de Cascais para adequação ao novo RJIGT - tal como referido no ponto 2.1 (objeto da avaliação) - na medida em que a alteração pretendida poderá ultrapassar a “simples” adequação prevista no n.º 2 do artigo 199.º do RJIGT. A título de exemplo, pondere-se o sentido de (no contexto da presente alteração de PDM) incluir no FCD 2 - Ribeiras a *“Avaliação dos padrões de ocupação em leito de cheia, da reconversão dos leitos de cheia ocupados por clandestinos e da regularização das ribeiras críticas”*, cujo indicador é *“Área ocupada por clandestinos em leito de cheia”*.

Sugere-se ponderação, quer na focagem dos FCD, quer na clara definição do objeto de avaliação / objetivos e âmbito da alteração do PDM de Cascais tal como definida nos TR de 2018, sendo que ambos os procedimentos devem estar em sintonia.

Para apoiar esse exercício sugere-se que nas Questões Estratégicas sejam também considerados os princípios e as regras de classificação e qualificação previstas no novo RJIGT e no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, relativas ao processo de alteração dos PDM em curso.

A Justificação dos Fatores Críticos para a Decisão (ponto 4.2 do RFCD) que inclui as Questões Estratégicas, o Quadro de Referência Estratégico e as Questões Ambientais e de Sustentabilidade - apenas é referida após a apresentação dos FCD e respetivos critérios de avaliação e indicadores, o que não facilita a sua compreensão. Sugere-se que esse ponto 4.2, de justificação anteceda o ponto 4.1 de apresentação dos FCD.

Será ainda de registar que os critérios e indicadores para a Avaliação Ambiental, não contemplam, nesta etapa, valores de referência/data, nem metas/prazo, e poderiam ser melhorados, destacam-se alguns exemplos:

FCD1 - *“Evolução da ocupação do solo”* - o que se pretende? Contenção do solo urbano? Concretização do programado? Concretizar e apresentar tendência e dados de referência para se poder aferir no futuro uma monitorização efetiva e consequente.

FCD1 - *“Evolução das áreas com valor ecológico e ser enquadramento supramunicipal”* - O que se pretende avaliar em concreto e como quantificar / concretizar o indicador?

FCD2 - No critério de avaliação “Vulnerabilidade aos riscos” - concretizar o que se pretende aferir através do indicador: *“Vulnerabilidade ao risco sísmico, de inundação por tsunami, de incêndio e de movimentos de massa”*? Área sujeita a vulnerabilidade a cada tipo de risco? Adoção de medidas de adaptação? Não obstante a matéria se considerar relevante, caberá no âmbito da presente adaptação?

Ainda neste critério de decisão considera-se que o indicador, “fontes de poluição por tipo de poluição e localização (incluindo ruído)”, não permite avaliar dos objetivos de sustentabilidade, por não se encontrar devidamente desagregado não se podendo monitorizar adequadamente. Quanto ao ruído, este indicador deveria assentar na verificação do cumprimento dos valores limite de exposição a ruído

ambiente exterior, devendo o Relatório Ambiental avaliar de que modo a alteração do PDM resolve, minimiza ou agrava os aspetos mais críticos da situação acústica de referência através da distribuição dos usos do solo em função das fontes sonoras existentes e previstas.

FCD3 - No critério de avaliação “requalificação de territórios degradados”, suscitam-se dúvidas quanto à inclusão destas matérias na AAE na medida em que parece extravasar o âmbito da alteração do PDM em curso. Para além disso, a manterem-se os indicadores, sugere-se quantificação e concretização do indicador “*Processo de reconversão de loteamento e construções ilegais*” e “*Evolução da percentagem de área com usos não qualificados, com usos, obsoletos ou degradados*”.

2.2.2. Quadro de Referência Estratégico

No Quadro de Referência Estratégico (ponto 4.2.2 do RFCD) indicam-se grande parte dos programas e planos indicados nos TR da Alteração ao PDM, sugerindo-se a inclusão do Plano Regional de Ordenamento do Território da AML e do Plano Metropolitano de Adaptação às Alteações Climáticas (2019). Acresce ainda referir que, no Anexo IV dos TR são elencados Instrumentos de âmbito municipal, entre eles vários PP vigentes. A este respeito reitera-se que todo o solo atualmente classificado como urbano deve ser avaliado, nomeadamente em termos do cumprimento do novo conceito do RJGT e dos critérios do Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 18 de agosto, devendo também ser avaliados os PMOT em vigor à luz do disposto no artigo 82.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

No Quadro 4 - Relevância do QRE por FCD propõe-se ainda retirar Plano de Desenvolvimento Social de Cascais 2012-2015, por se considerar extemporâneo e retirar a referência à Agenda Portugal Digital 2020, por se considerar que não apresenta um enquadramento estratégico relevante para a alteração do PDM em curso.

Tendo presente a problemática da gestão dos resíduos, deverá atender-se aos seguintes aspetos:

Deverá substituir-se o PERSU 2020 pelo PERSU 2020+ (publicado a 30-07-2019), e que reflete uma política ainda mais direcionada para a valorização dos resíduos em detrimento da eliminação (aterro). Em 2015 foi apresentado o Plano de Ação (PAPERSU) do Município de Cascais que importa atender na presente alteração.

Deverá atender-se ao Protocolo para a Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição da UE visando a gestão adequada destes resíduos que pode comportar benefícios consideráveis para os setores da construção e da reciclagem e que consta no site da APA

Tendo em atenção a problemática da contaminação dos solos o licenciamento de operações urbanísticas passou a incorporar as vertentes avaliação e remediação do solo, cujo licenciamento decorre ao abrigo do Decreto-lei n.º 178/2006, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2011.

A Diretiva (UE) 2018/851, de 30 de maio que altera a Diretiva 2008/98/CE, de 19 de novembro, “Diretiva-Quadro Resíduos”, estabelece a obrigatoriedade de recolha seletiva de biorresíduos até 31 de dezembro de 2023 tendo a APA publicado um Estudo prévio sobre a implementação da recolha seletiva em Portugal Continental incidindo em especial sobre o fluxo dos bio resíduos.

2.3. Quadro Institucional de Governança

No Capítulo 5 do RFCD é abordado o quadro institucional existente no concelho de Cascais para o desenvolvimento da estratégia proposta. Sobre a Lista de entidades relevantes para consulta (Anexo I) propõe-se:

<https://www.ccdrlvt.pt> · geral@ccdrlvt.pt

Substituir a Direção Regional de Cultura por DGPC (na medida em que para Lisboa não existe Direção Regional);

Substituir a Direção Regional de Educação por Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (Direção de Serviços da Região de Lisboa e Vale do Tejo);

Eliminar a Autoridade Florestal Nacional (atual ICNF) e Instituto Geográfico Português (atual DGT);

Incluir todas as entidades gestoras das fontes sonoras. A relevância deste facto prende-se com as competências de gestão do ruído ambiente, estabelecidas pelo RGR ou pelo Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho. Para o efeito, poderá ser consultado o Plano municipal de Redução de Ruído do concelho.

Sobre a participação pública, esta CCDR tem sugerido que os municípios promovam oportunidades de apresentação pública dos planos em curso, visando contrariar a generalizada falta de cultura do território e evitando exposições, reclamações, denúncias, etc. muitas vezes geradas por falta de conhecimento e que, gratuitamente, acarretam encargos e utilizam recursos de serviços públicos. São situações que podem ser evitadas se houver mais e melhor participação nas decisões sobre a construção do território.

3. DIRETRIZES PARA A INTEGRAÇÃO DO RUÍDO NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO PDM

Não sendo matéria respeitante ao RFCD, ainda assim, considera-se relevante transmitir, desde já, ao município para ponderação, as diretrizes para integração do Ruído no processo de Alteração do PDM de Cascais.

O processo de revisão do PDM de Cascais foi enquadrado pelo RGR, o qual estabelece que:

os planos municipais de ordenamento do território asseguram a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas (artigo 6.º);

compete aos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas (artigo 6.º); e

as câmaras municipais elaboram mapas de ruído para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos planos diretores municipais (artigo 7.º).

Assim, o PDM de Cascais inclui a classificação de zonas na Planta de Ordenamento e a regulamentação relativa a esta matéria (incluída no artigo 18.º do Regulamento), sendo ainda acompanhado por estudo acústico. A classificação adotada no PDM de Cascais estabelece que as zonas sensíveis encontram-se assinaladas na Planta de Ordenamento, sendo as restantes áreas do concelho classificadas como zona mista, pelo que todo o município (Solo Urbano ou Rústico) está sujeito a critérios de qualidade acústica.

Atendendo a que os critérios de qualidade acústica definidos para o território (classificação de zonas) se reportam aos usos do solo, importa que cada alteração à “Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo” seja ponderada também no respeitante à componente acústica do ambiente. Assim, a elaboração da proposta de alteração deve assentar na conformidade com o RGR, devendo assegurar simultaneamente:

a classificação de todas as categorias e subcategorias de espaço enquadráveis nas definições de zona sensível ou mista (de acordo com o disposto no artigo 6.º do RGR, conjugado com o artigo 3.º do mesmo diploma), de acordo com os critérios gerais definidos no Regulamento do PDM ou com critérios específicos associados ao uso de cada espaço;

a conformidade das zonas classificadas com os respetivos valores limite de exposição a ruído ambiente exterior.

Face à classificação adotada no PDM de Cascais em vigor (categorias incluídas e critérios de qualidade acústica adotados), os critérios a adotar para assegurar/verificar a conformidade da proposta de alteração com o RGR são:

Nos casos em que se preveja a manutenção da classificação de zonas ou a alteração para critérios de qualidade acústica menos restritivos (ex. Zona Sensível para Zona Mista), a conformidade com o RGR verificada no processo de revisão do PDMC será a garantia da conformidade da respetiva alteração; a conformidade com o RGR das alterações que impliquem a desclassificação de zonas estará assegurada pelo facto de estas deixarem de estar sujeitas a critérios de qualidade acústica;

Nos casos em que se preveja a alteração da classificação para critérios de qualidade acústica mais restritivos (ex. Zona Mista para Zona Sensível), a conformidade com o RGR deverá ser demonstrada no processo de alteração de PDM, mediante avaliação acústica.

Para o efeito, o relatório de fundamentação deverá contemplar, para cada polígono a alterar na “Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo”, a seguinte informação:

a classificação/qualificação do solo em vigor e a decorrente da alteração, bem como a respetiva fundamentação; a classificação de zonas em vigor (ao abrigo do artigo 6.º do RGR) e a decorrente da alteração, bem como a respetiva fundamentação;

a conformidade da proposta de alteração com os valores limite de exposição existentes e previstos, tendo em conta a eventual alteração dos critérios de qualidade acústica em vigor.

A redução/aumento das zonas de conflito relativamente ao PDM de Cascais em vigor deverá ser avaliada no âmbito do relatório de fundamentação ou do Relatório Ambiental.

Sugere-se que a CMC aproveite o procedimento de alteração para assegurar a conformidade com o RGR de zonas cuja desconformidade já foi identificada no processo de revisão ou que, entretanto, tenham sofrido um agravamento dos níveis sonoros que possa ser ultrapassado.

Considera-se ainda que deverá aproveitar-se esta alteração para incluir no Regulamento a especificação das zonas urbanas consolidadas, para efeitos de aplicação do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do RGR.

Relevam para este procedimento as competências cometidas aos municípios pelo RGR, no âmbito do planeamento municipal e da gestão do ruído ambiente (artigos 6.º a 10.º, conjugados com o n.º 6 do artigo 12.º). Relevam também os instrumentos relativos às Grande Infraestruturas de Transporte, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, razão pela qual as respetivas entidades gestoras devem ser envolvidas no procedimento de alteração.

DSOT, fevereiro 2020

O Vice-Presidente

José Neto

ANEXO VIII–Pareceres das entidades consultadas ao RA

PROC. 16.150.10.400.00029.2018 + PCGT - ID 94

Parecer no âmbito do disposto no n.º 2 do artigo 119.º do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), articulado com o n.º 3 do artigo 86.º do mesmo diploma, sobre a proposta de Alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM) de Cascais, para adequação ao novo RJIT - versão setembro 2020

1. Introdução

A 30 de setembro a Câmara Municipal de Cascais (CMC), através da PCGT, solicitou a marcação da Conferência Procedimental (CP) relativa à Alteração ao PDM para adequação ao RJIGT.

Verificou-se que na PCGT todas as entidades que a CMC e a CCDR-LVT acordaram deverem ser consultadas (DGPC, ANEPC, ICNF e APA) tinham já indicado os seus representantes.

Contudo, feita uma avaliação das peças disponibilizadas para apreciação, constatou-se que a CMC inseriu na PCGT uma quantidade de peças escritas e desenhadas, todas digitalizadas, e com qualidade muito fraca, o que não permitia uma boa leitura, nem uma análise fundamentada.

Neste contexto a CCDR-LVT sugeriu à CMC a realização de uma reunião, antes de promover a convocatória para CP. A reunião ocorreu no dia 16 de outubro, tendo a CCDR-LVT transmitido a algumas questões que se levantaram nessa avaliação prévia. A CMC ficou de substituir algumas peças da proposta, e de juntar uma planta do concelho com a localização das alterações pretendidas. Relativamente a outras questões a CMC optou por tratá-las em fase de concertação.

A 19 de outubro a CMC inseriu na PCGT as peças da proposta, tal como acordado, e a 20 de outubro a CCDR-LVT, através daquela plataforma convocou as entidades para a CP - não presencial, devido à pandemia, a realizar no próximo dia 17 de novembro.

2. Antecedentes

A 14 de junho de 2018 a CMC enviou os termos de referência desta proposta de alteração ao PDM, aprovados em reunião realizada a 22 de maio, e solicitou o acompanhamento, nos termos do artigo 86.º conjugado com o artigo 119.º, ambos do RJIGT. A 26 de junho realiza-se a primeira reunião sobre este procedimento.

A 7 de agosto 2019 a CMC solicita apoio para a elaboração do Mapa Municipal do Ruído que acompanhará esta alteração ao PDM. A 27 de agosto a CCDR informou a CMC que as questões colocadas deveriam ser colocadas à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A 18 de dezembro realiza-se nova reunião sobre este procedimento (CCDR disponibiliza o texto e uma ficha-tipo).

A 14 de janeiro de 2020 a CMC solicita parecer à CCDR sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental (RFCD).

A 22 de janeiro a DGT, através da PCGT, alerta a CM para a necessidade de completar a deliberação ou a sua publicação por não mencionar o prazo para a elaboração da alteração ao PDM, sob pena de anulabilidade desse ato por impugnação.

A 6 de fevereiro a CCDR-LVT envia à CMC a apreciação ao RFCD. A 7 de fevereiro, face ao parecer, a CMC solicita a realização de nova reunião, que se realiza a 20 de fevereiro.

A 22 de junho a CCDR-LVT informa a CMC do adiamento do prazo fixado no artigo 199.º do RJIGT para o dia 9 de janeiro de 2021

A 30 de setembro a CMC informa a CCDR-LVT que aprovou a proposta de alteração ao PDM e que vai disponibilizá-la na PCGT. A 16 de outubro realiza-se a reunião acima indicada.

No Relatório a CMC refere ainda a realização de uma reunião, em maio de 2016, sobre o início deste procedimento. Consta-se assim que se terão realizado 5 reuniões no âmbito do acompanhamento da elaboração da proposta de alteração ao PDM.

3. Apreciação

O atual RJIGT (DL 80/2015, de 14 de maio) não indica o âmbito da pronúncia da CCDR sobre as alterações a planos municipais, nem as peças que devem instruir as propostas. Sobre a pronúncia, tem sido habitual fazer a apreciação nos aspetos indicados no artigo 85.º do diploma.

Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;

Conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes;

Análise sobre o relatório ambiental.

Sobre as peças que devem instruir os processos de alteração a PDM, tem-se considerado que, no mínimo, as Propostas devem integrar as peças que constituem o plano e que foram objeto de alteração, bem como o Relatório descrevendo e justificando a proposta e, quando necessário, o Relatório Ambiental. Nestes casos de adequação, nos termos do artigo 199.º, os processos devem integrar o Programa de execução, o Plano de financiamento e uma atualização dos compromissos urbanísticos. De notar que estes elementos estão contemplados no artigo 97.º do RJIGT e estão indicados no Documento, elaborado pela CCDR-LVT, que tem sido disponibilizado às CM nas reuniões de acompanhamento deste tipo de procedimentos.

3.1. Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis

Da leitura e análise das peças da proposta disponibilizadas pela CMC importa sobretudo avaliar do respeito pelo RJIGT, particularmente sobre a inclusão das atuais regras de classificação e qualificação do solo, e pelo DR 15/2015, que estabelece os critérios para a classificação e qualificação do solo.

De todo o modo faz-se também uma verificação genérica sobre o cumprimento das disposições do RJIGT aplicáveis ao procedimento, nomeadamente sobre a tramitação do processo e o conteúdo da Proposta, considerado necessário.

Relativamente à tramitação, pode afirmar-se que até à data a CMC tem respeitado o disposto no RJIGT (deliberação, publicitação, participação inicial, elaboração da proposta, consulta de entidades/CP), estando o processo a correr pela PCGT.

Apenas a referir, e como foi já transmitido à CMC pela CCDR-LVT e pela DGT, que o conteúdo da deliberação de início do procedimento, publicado em DR, deveria indicar mais claramente o âmbito da alteração, ou remeter para os termos de referência, e indicar o prazo para a elaboração da alteração ao PDM. Questões que devem ser acauteladas em situações futuras.

Relativamente ao conteúdo documental, parece que as peças disponibilizadas são suficientes para a compreensão e apreciação da proposta, ainda que **não se tenha detetado uma abordagem aos compromissos urbanísticos**, matéria fundamental neste procedimento. Contudo, poderá ser que a CMC o tenha feito na avaliação das várias áreas que são agora objeto de alteração.

Sem prejuízo de se detetar na análise a necessidade de outras peças, verificou-se também **não ter sido junta a Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal**, que foi objeto de alteração.

De registar que esta alteração ao PDM contempla não só a adequação às novas regras de classificação e qualificação do solo, mas uma série de outras resultantes de:

Participação Preventiva

Extinção do Espaço Canal

Reformulação da Rede Viária

Fusão dos Espaços

Históricos Iniciativa Municipal

Qualificação das Áreas com Plano de

Pormenor Extinção das Pedreiras

O conteúdo material desta Proposta será avaliado na análise das diversas alterações pretendidas e nos aspetos acima indicados.

A avaliação sobre as alterações pretendidas pela CMC, na classificação e/ou na qualificação em cerca de 150 áreas, é feita no ponto 3.1.4. deste parecer, importando aqui registar situações genéricas ou que suscitam dúvidas.

A Proposta integra o respetivo **Relatório Ambiental (RA)**, que é avaliado no ponto 3.3 desta informação e um **Aditamento ao Programa de Execução e Plano de Financiamento do Plano (PExPF)**.

Sobre este Programa verifica-se estar devidamente organizado, abordar um enquadramento temático e elencar as ações, sendo a informação completada com diversos anexos (fichas e quadros). Na avaliação das diversas fichas apresentadas abordar-se-á, sempre que se considere relevante a informação constante nos anexos ao PExPF.

Contudo, relativamente ao objetivo deste documento, nomeadamente avaliar a sustentabilidade económica e financeira da Proposta, haverá a destacar:

- apresenta-se um valor total de cerca de 930 milhões de euros para as novas ações propostas no âmbito desta alteração ao PDM, sendo que o financiamento se reparte entre privados (924 milhões) e CMC (6 milhões), indicando algumas fontes de financiamento genéricas;
- foi contratada uma equipa técnica para a coordenação do dossiê da sustentabilidade económica e financeira da Proposta de plano, que entende essa avaliação deve ser concretizada na próxima Revisão do PDM e não neste mero procedimento de alteração em curso.

Ora o RJIGT estipula (alínea d) do n.º 2 do artigo 97.º) que o Plano de Financiamento deve fundamentar a sustentabilidade económica e financeira, pelo que, neste tipo de documentos, é usual apresentar dados sobre os OM, visando demonstrar a capacidade municipal para a execução das ações e projetos indicados.

No caso em apreciação, para além de se atribuir uma verba muito significativa a “Privados”, não foi feita uma articulação das estimativas de custos com os OM, não se podendo assim afirmar da sustentabilidade económica e financeira da proposta. Esta omissão é também mencionada no RA.

A apreciação de vários processos de adequação ao RJIGT, nos termos do seu artigo 199.º, apesar das especificidades de cada município, permite à CCDR-LVT fazer uma análise genérica focada numa série de aspetos que se entende deverem ser acautelados nestes procedimentos.

A análise de cada uma das áreas, que se pretende tenha nova classificação e/ou qualificação, dependerá muito da informação disponibilizada pelas CM, sendo assim objeto de parecer “individualizado”, mas também de algumas observações que poderão ser úteis ao desenvolvimento do processo.

Em síntese considera-se que do ponto de vista da tramitação do processo e da instrução da proposta (conteúdo documental) a CMC acautelou as disposições do RJIGT aplicáveis (salvo a ausência da delimitação da EEM e relatório/planta de compromissos urbanísticos), sem prejuízo de na análise

ao conteúdo material se verificar ser necessária a junção de qualquer outra peça ou informação, como aqui se referiu já sobre o Aditamento ao Programa de Execução e Plano de Financiamento do Plano.

3.1.1. A Classificação do solo

A classificação do solo, no atual regime legal, só contempla duas classes de espaço: urbano ou rústico. O PDM de Cascais vigente, dedica o artigo 41.º do Regulamento à Classificação do solo, pretendendo-se alterar a redação, face ao atual regime jurídico.

Verifica-se que os conceitos de solo rústico e de solo urbano, indicados na proposta de Regulamento, são transcrições do artigo 10.º da Lei n.º 31/2014 e do artigo 71.º do RJIGT. Ainda que não haja qualquer desrespeito por norma aplicável, considera-se que a caracterização de solo naqueles diplomas visa sobretudo orientar, no ato de elaboração dos planos, a classificação e posterior qualificação do solo. Não será assim necessária uma descrição tão extensa relativamente ao solo rústico, contemplando usos que porventura não se aplicam ao concelho (aproveitamento pecuário ? recursos geológicos ?).

De todo o modo mais relevante será o facto de neste procedimento, de adequação às novas regras de classificação e qualificação do solo, a CMC apresentar apenas fichas com a avaliação do solo urbanizável, parecendo assim não ter sido feita uma análise ao solo qualificado como urbanizado.

Ora, os critérios utilizados na delimitação de solo urbano, à data da elaboração da Revisão do PDM, foram alterados com o atual regime jurídico. Nesta sequência, a CMC deveria também ter analisado / demonstrado o respeito pelos critérios atualmente aplicáveis, particularmente os indicados no artigo 7.º do DR 15/2015 em todo o solo que propõe agora seja classificado como urbano.

Em situações semelhantes, a CCDR-LVT tem sugerido a apresentação de plantas do concelho, a escala adequada, preferivelmente idêntica à do PDM, com o traçado das redes das infraestruturas, de transportes públicos e localização de equipamentos, que permitam afirmar do respeito pelos critérios acima indicados.

De todo o modo será na avaliação sobre as categorias e subcategorias de solo urbano e de solo rústico, agora previstas, bem como sobre as áreas onde se pretende alterar a qualificação (fichas), que se verificará do respeito pelo disposto no RJIGT e DR 15/2015.

Sobre o cumprimento dos critérios do artigo 7.º do DR 15/2015, verifica-se que nas fichas de todos os grupos, para todas as situações, se transcrevem disposições do artigo ou se refere “*aplicam-se todos*” ou mesmo “*não se aplica*”. **Ora parece assim que a CMC não avaliou devidamente e para cada caso/ficha, o respeito por todos os critérios da disposição que devem ser cumulativos (n.º 3 do artigo 7.º do DR 15/2015).**

A título de exemplo, na Ficha ID 701, em que uma área, no PDM vigente, é solo rural e se pretende agora classificar como solo urbano e qualificar como Espaço Habitacional, indica-se sobre os critérios do n.º 3 do artigo 7.º do DR 15/2015 que se aplicam a alínea a) (inserção no modelo de organização...) e a alínea e) (necessidade de garantir a coerência dos aglomerados...). Ora, para se poder classificar uma área como solo urbano há necessidade de verificar do cumprimento de todos os critérios ou, na falta de alguma infraestrutura ou serviço, garantir a sua provisão no horizonte do plano.

Este procedimento de alteração ao PDM, para adequação ao RJIGT, em particular a classificação do solo como urbano, exige uma abordagem física do território, articulando com informação sobre as infraestruturas/serviços, os transportes, os equipamentos, os licenciamentos/compromissos, etc.. Ora nas peças da Proposta disponibilizadas não há evidências sobre a execução desta tarefa ou descrição da metodologia seguida para o efeito.

Em síntese, nesta avaliação genérica, verificou-se que a CMC não apresentou qualquer demonstração sobre o respeito pelos critérios do artigo 7.º do DR 15/2015, relativamente não só ao

solo que se qualifica no PDM vigente como “urbanizado”, mas também a todo aquele que se pretende seja classificado como urbano.

3.1.2. - Qualificação do solo urbano

O PDM vigente estabeleceu as categorias de solo urbano, com base na qualificação funcional, e definiu, para cada uma, subcategorias. Para facilitar a análise é elaborada uma tabela com as atuais e as propostas:

PDM vigente	Proposta
SOLO URBANO- URBANIZADO	
Espaço Central	
Espaço Central Histórico	Espaço Central Histórico.
Espaço Residencial > Espaço Habitacional	
Espaço Residencial Histórico	
Espaço Residencial Singular e Turístico	Espaço Habitacional Singular e Turístico
Espaço de Atividades Económicas	
Espaço de Comércio e Serviços;	
Espaço de Atividades Industriais	
Espaço de Uso Especial	
Espaço Estratégico	Espaço Estratégico
Espaço de Equipamento	Espaço de Equipamento
Espaço de Infraestruturas	Espaço de Infraestruturas Estruturantes
Espaço Verde	
Espaço Verde de Recreio e Produção	Espaço Verde de Recreio e Produção
Espaço Verde de Proteção e Conservação	Espaço Verde de Proteção e Conservação
Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas	Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas
SOLO URBANO- URBANIZÁVEL	
Espaço de Atividades Económicas Proposto	
Espaço de Comércio e Serviços Proposto	
Espaço de Atividades Industriais Proposto	
Espaço de Uso Especial Proposto	
Espaço Estratégico Proposto	
Espaço de Turismo Proposto	
Espaço de Equipamento Proposto	

Da primeira leitura desta tabela verifica-se que a proposta eliminou “solo urbano - urbanizável”, bem como as categorias e subcategorias de espaços que o integravam. Eliminou também Espaço Residencial Histórico (que ficará abrangido pelo Central Histórico) e as subcategorias dos Espaços de Atividades Económicas (que passam a permitir indistintamente as diversas atividades). Foi alterada a designação de Espaço Residencial que passou a Espaço Habitacional. Sobre o respeito pelo DR 15/2015, genericamente, nada haverá a referir sobre estas alterações.

Importará no entanto avaliar se todas as categorias e subcategorias a manter ou propostas, têm enquadramento no disposto naquele DR, avaliando não só as designações, mas também as características de cada categoria, claramente indicadas no diploma, e as respetivas subcategorias.

Relativamente à categoria de Espaços de Uso Especial, pretendem-se manter as 3 subcategorias do PDM 2015: Espaço Estratégico, Espaço de Equipamento e Espaço de Infraestruturas Estruturantes. Verifica-se que nem todas têm enquadramento na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do

DR 15/2015, sendo desde já de sugerir que na legenda da Planta da Classificação e Qualificação do Solo (planta C & Q), seja indicada a categoria de espaço e não só as respetivas subcategorias.

No Regulamento em vigor, e que se pretende manter, a subcategoria de Espaço Estratégico caracteriza-se como “*áreas de reserva ou suporte ao desenvolvimento ... nas quais existam e se pretendam implementar empreendimentos urbanísticos, infraestruturas ou equipamentos, públicos ou privados, de natureza estruturante e manifesto interesse para o Município, designadamente polos universitários ou tecnológicos, centros de investigação e inovação, de arte ou cultura ou sedes de empresas de dimensão e referência no mercado*” (n.º1 do artigo 81.º).

Ora entende-se que, para além da designação, a diversidade de usos admitida não permite afirmar que esta subcategoria se integre nos destinos da categoria de Espaços de Uso especial indicados na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do DR 15/2015.

Também de observar que Categoria de Espaços de Uso Especial se pretende alterar a designação da subcategoria “Espaço de Infraestruturas”, passando a “Espaço de Infraestruturas Estruturantes”. Ora, para além de se verificar que na Planta de C & Q se indica uma designação diferente “Espaço de Infraestruturas Territoriais”, importa articular esta pretensão com os conceitos de infraestruturas constantes do DR 5/2019. De notar que neste diploma consta o conceito de “Infraestruturas Territoriais” e de “Infraestruturas Urbanas”, não integrando o de “Infraestruturas Estruturantes”.

Relativamente ao Espaço Central e ao Espaço Habitacional, ainda que se mantenha uma situação semelhante ao PDM vigente, entende-se haver **necessidade de distinção entre categorias e subcategorias de espaço**. Parece existir uma **incongruência entre peças, uma vez que no Regulamento surge em cada uma das situações uma categoria e uma subcategoria, mas na planta de C & Q surgem duas subcategorias, para cada uma daquelas duas categorias**. Entende-se que havendo 2 subcategorias em cada uma das categorias o articulado no Regulamento deve evidenciá-lo, corrigindo a dita incongruência com a planta.

Relevante nas subcategorias destes Espaços será a proposta de integrar todo o solo qualificado com “Habitacional Histórico” em “Central Histórico”. A justificação apresentada remete para a semelhança nas disposições regulamentares. **Contudo esta proposta deveria ser fundamentada com as características de cada uma das áreas assim qualificadas, suscitando-se a dúvida se todas as áreas qualificadas no PDM 2015 como “Residencial Histórico” se podem enquadrar em “Central Histórico”**.

Relativamente à categoria de Espaço Verde, pretendem-se manter as 3 subcategorias “de Recreio e Produção”, “de Proteção e Conservação” e “de Proteção a Infraestruturas”, propondo-se algumas alterações nas respetivas disposições do Regulamento. Na subcategoria “de Recreio e Produção” retira-se a dimensão mínima da parcela (0,50 há) e substitui-se “*construção ligeira*” por “*construção sustentável*”. Na subcategoria “de Proteção a Infraestruturas” é alterada a sua caracterização e o regime de uso e edificabilidade. Não parece haver qualquer desrespeito pelas normas aplicáveis, mas **as alterações pretendidas não estão devidamente fundamentadas** (“não haver racional” ? ou “redefinição do âmbito” ?).

Na categoria de Espaço de Atividades Económicas não se vê qualquer objeção na anulação das subcategorias do PDM vigente, ficando os usos dominantes admitidos concentrados na categoria. **Haverá contudo que acautelar a compatibilidade de outros usos admitidos**, uma vez que nos parece que os equipamentos, nesta categoria de espaço, devem apenas ser os que estão diretamente relacionados com as atividades económicas. Por outro lado os usos “indústria” e “turismo” são incompatíveis.

Em síntese na análise genérica da proposta, relativamente à qualificação do solo urbano, e sem prejuízo de outras observações que se venham a tecer na avaliação das fichas, detetaram-se algumas situações que carecem de retificações, sendo de destacar que se considera que a subcategoria de Espaço Estratégico, não tem enquadramento na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do DR 15/2015.

3.1.3. Qualificação do solo rústico

Elabora -se aqui também uma Tabela comparativa entre o PDM vigente e a Proposta relativamente ao solo rústico

PDM vigente	Proposta
SOLO RURAL > SOLO RÚSTICO	
Espaço Natural	
Espaço Natural de Nível 1	Espaço Natural de Nível 1
Espaço Natural de Nível 2	Espaço Natural de Nível 2
Espaço Natural de Nível 3	Espaço Natural de Nível 3
	Espaço Natural de Proteção a Infraestruturas
Espaço de Aglomerados Rurais	
Espaço de Recursos Geológicos > Espaço de Recursos Geológicos	
Espaço de Equipamento	
Espaço de Ocupação Turística	

Da leitura desta Tabela verifica-se que, para além de se alterar a designação de solo rural para solo rústico, foi eliminada a categoria de Espaços de Recursos Geológicos e criada uma subcategoria no Espaço Natural. Curiosamente, neste plano em solo rural/rústico só esta categoria tem subcategorias, e não existe espaço agrícola ou florestal.

Sobre a eliminação da categoria de Espaços de Recursos Geológicos, que será avaliada no grupo de fichas das alterações decorrentes da Extinção das Pedreiras, o Relatório refere que “*As pedreiras desativadas passam a estar representadas na Carta de Suscetibilidades*”.

Ora verifica-se que a **legenda da planta C & Q não está de acordo com o expresso nas peças escritas**, porquanto mantém o “Espaço de Recursos Geológicos”, designa o “Espaço de Equipamento” como “Espaço de Equipamento - Rural” e indica uma categoria de “Espaço Rústico de Proteção a Infraestruturas” (?).

Para além destas **incongruências entre as peças da proposta, que devem ser corrigidas**, mais relevante será o facto de a CMC não ter atendido à alteração introduzida pelo DR 15/2015, relativamente ao Espaço Natural agora Espaços Naturais e Paisagísticos. **O diploma não se limitou a mudar a designação desta categoria, mas alterou significativamente as suas características, situação que implicará uma avaliação e uma ponderação sobre o território concelhio assim qualificado na proposta apresentada.**

Neste contexto não parece justificar-se qualquer outra observação sobre esta categoria de espaço.

Em síntese, sobre a qualificação do solo rústico, e sem prejuízo de outras observações que se tenham na avaliação das situações concretas (fichas), verifica-se que a CMC não acatou o disposto no artigo 21.º do DR 15/2015, relativo a Espaços naturais e paisagísticos, sendo necessária a ponderação sobre a qualificação a atribuir aos solos integrados nesta categoria, bem como a correção de algumas incongruências e lapsos.

3.1.4. As cerca de 150 áreas contempladas nesta alteração ao PDM

A análise das propostas de alteração, descritas em fichas individualizadas, será feita seguindo a organização e ordenação apresentada pela CMC.

Alterações resultantes da Participação Preventiva

As fichas para as situações integradas neste tema indicam a “origem da proposta: participação preventiva”, o local (nome da povoação), os documentos do plano alterados, a alteração (plantas espaço tal para espaço tal), informam dos critérios do n.º 3 do artigo 7.º do DR 15/2015 que se aplicam (?) e apresentam uma breve justificação. As fichas trazem apenas extratos das peças desenhadas alteradas.

Uma vez que as fichas eram deficitárias em peças gráficas, que facilitassem perceber a situação (não foram juntos ortos e os extratos não permitem qualquer enquadramento territorial) e que a justificação apresentada para cada situação era escassa, procurámos melhor fundamentação no Relatório sobre a participação pública inicial.

Trata-se do Anexo 4, com mais de 200 páginas e com 11 anexos. Apesar da extensão do documento, que integra diversas peças administrativas, deliberações de CM, os termos de referência desta alteração e mesmo a publicação em DR do PDM (a 28 de março de 2017), sobre a participação verifica-se que apenas se apresentam extratos de plantas do PDM, uma sucinta descrição (tipo: solicita a alteração de espaço tal para espaço tal) e se refere para a maioria das situações: *a observação/sugestão apresentada será objeto de análise, tendo em vista ponderar o seu eventual acolhimento no presente procedimento de alteração do PDM de Cascais*. Noutras situações indica-se “... não será objeto de análise ... encontra-se fora do âmbito ...”.

Ou seja este Relatório não descreve nem apresenta peças gráficas suficientes para a compreensão de algumas das situações, não contempla ainda qualquer ponderação e, nesta sequência é também omissa na justificação para a sua inclusão neste procedimento.

De todo o modo e sucintamente será aqui de registar que o Relatório data de março de 2019, o período de participação pública decorreu entre 2 de julho e 10 de agosto de 2018, tendo sido apresentadas 65 participações. Refere-se que foram georeferenciadas 55, sendo 38 consideradas a ponderar e 17 fora de âmbito.

Apesar dos números acima expressos, este Relatório de Participação contempla 65 áreas, sendo que a proposta integra nestas alterações decorrentes da participação pública mais 5 áreas (?).

No Relatório da proposta apenas é dito que: *As fichas da série 000 (anexo 9) descrevem, justificam e representam espacial e graficamente as alterações resultantes de participações formuladas por interessados em sede do período formal da Participação Preventiva*.

Analisando então as fichas, sintetiza-se numa tabela a alteração, fundamentação e alguma observação que se considere pertinente.

ID	PDM 2015	Proposta	Fundamentação	Observação CCDR-LVT
001	EV de recreio e produção	E Habitacional e reduz EEM	Inserção no sistema urbano	Pequena área - Carece de melhor justificação e orto
007	Espaço Canal	E Habitacional e EV de recreio e produção - aumenta EEM	Extinção de E Canal	Ver a análise feita sobre as alterações decorrentes da extinção do Espaço Canal (E Habitacional e não se aplicam critérios do DR 15/2015 ?)
011	EV de recreio e produção	E Habitacional e reduz EEM	Remate de malha urbana	Pequena área - Carece de melhor justificação e orto
012	EV de recreio e produção P Património - Quinta Histórica	EV de recreio e produção Retira da P Património - Quinta Histórica	Destaque + construções recentes	Nada a referir
013	EV de recreio e produção e EEM	E Equipamento e reduz EEM	Elaboração PIER + construção de residência de estudantes	A sul da A5 (ruído ?)

017 e 057	EV de recreio e produção + E Industrial + EEM	Espaço Habitacional - reduz EEM	Lote de uma AUGI - correção	Nada a referir
033	E Equipamento	E Habitacional	Não tem	Não está justificado
037, 038 e 039	EV de recreio e produção	E Estratégico	Engano - é parte do PP do Estabelecimento Terciário do Arneiro	Há que alterar a categoria de Espaço + PP de 2011 - importa verificar o enquadramento no artigo 82.º da Lei 31/2014
045	E Residencial Histórico + EV de recreio e produção + EEM	E Central Histórico e reduz EEM	Decisão Judicial	Nada a referir
047	EV de recreio e produção + EEM	Espaço Habitacional e reduz EEM	Lapso - integra Alvará de loteamento de 2009	Nada a referir
051	EV de recreio e produção + EEM	Espaço Habitacional e reduz EEM	Consolidação da malha urbana	Nada a referir
053	E Equipamento + EEM	E Habitacional e aumenta EEM	CM não programa qq equipamento no local	Nada a referir
061	EV de recreio e produção e EEM	E Equipamento e reduz EEM	Elaboração PIER + construção de residência de estudantes	A sul da A5 (ruído ?) Mesma área do 013 e 509
062	Espaço Canal + EEM	Espaço Habitacional e aumenta EEM	Extinção do E Canal	Ver a análise feita sobre as alterações decorrentes da extinção do Espaço Canal (E Habitacional e não se aplicam critérios do DR 15/2015 ?)
066	EV de recreio e produção + EEM	Espaço Habitacional e altera EEM	Não tem	Não está justificado + não consta do Relatório da participação
068	E Natural nível 3 (sem RAN)	E Natural (?)	Lapso	O E Natural tem que ser reavaliado + não consta do Relatório da participação
070	E Equip. + EV de recreio e lazer + E Canal + EEM	E Habitacional e reduz EEM	Requalificação de Bairro	Nada a referir (não consta do Relatório da participação)
073	EV de recreio e produção + EEM	Espaço Habitacional e altera EEM	Remate da malha urbana e decisão judicial	Nada a referir (não consta do Relatório da participação)
075	E Equipamento	E Habitacional	Compromisso / contrato de permuta de terrenos	Não consta do Relatório da participação

Em síntese entende-se que a maioria destas alterações carecem de melhorias na fundamentação, sendo de destacar a necessidade de avaliar do cumprimento dos critérios do artigo 7.º do DR 15/2015 sempre que esteja em causa a classificação do solo como urbano.

Alterações resultantes da Extinção do Solo Urbanizável

No Relatório do Plano refere-se que: *As fichas da “Série 100 - Alterações resultantes da Extinção do Solo Urbanizável” [Anexo 10] descrevem, justificam e representam espacial e graficamente as alterações resultantes da verificação da aplicabilidade material dos critérios de afetação do solo, definidos na lei, para cada uma das 16 zonas urbanizáveis, a fim de fundamentar a proposta de futura classificação como Solo Rústico ou Solo Urbano, consoante a escala do território, o grau de urbanização da envolvente ou a capacidade de estabelecer uma contratualização fundamentada e sustentada, nos termos em que melhor se adequem à programação estratégica do PDM-Cascais, aos usos dominantes e aos requisitos de demonstração da sustentabilidade económica e financeira das operações, razão pela qual estas fichas devem ser analisadas conjuntamente com as fichas homologas constantes do Aditamento ao Programa de Execução. Desta avaliação resultou a proposta de considerar como Solo Rústico duas (2) das zonas, como Solo Urbano consolidado/comprometido três (3) zonas, e ainda, como Solo Urbano com programação onze (11) zonas. Estas 11 zonas estão delimitadas em planta como Sub-UOPG.*

Seguindo a organização das Fichas temos:

ID 101 Sub-UOPG 6.1 - Birre / Areia

A Justificação apresentada contém uma descrição da UOPG 6, e vocação desta área, que está e ficará delimitada como a SUBUOPG 6.1 (parque urbano + equipamentos de referência no remate da Aldeia do Juzo).

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço Estratégico Proposto” para a categoria de “Espaço Estratégico”, o que se entende ser um lapso, face ao exposto no texto e as plantas indicarem que ficará maioritariamente em “Espaço Verde” e uma área a ponte qualificada como “Espaço de Equipamento”.

Refere-se que a execução concretiza-se através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Na ficha do PExPF indica-se que se trata de uma área de cerca de 23ha, atribuindo-lhe um valor global de quase 76 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível observar tratar-se de uma área não urbanizada, nem edificada.

No PDM vigente a SUBUOPG 6.1 era relativa a uma área superior (56,04 há) e tinha objetivos diferentes.

Tratando-se de uma área não urbanizada, nem edificada e nada sendo dito sobre a existência de compromisso urbanístico ou contratualização para a execução da sua urbanização, entende-se que a justificação para a classificação desta área como solo urbano, carece de ser melhor fundamentada.

ID 102 a Sub-UOPG 2.2 Cabreiro / Hospital (zona assinalada como A)

A Justificação apresentada contém uma descrição da UOPG 2, a norte da A16, referindo a vocação desta área: clusters do sector terciário. Pretende-se permitir a instalação de equipamentos coletivos (escola internacional de hotelaria e serviços), a criação de um parque urbano (na zona qualificada como Espaço Natural) e admitir comércio e habitação (30% de área contabilizável).

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço Estratégico Proposto” e de “Espaço de Equipamento Proposto” para “Espaço Estratégico”. Parece assim haver uma discrepância por não existir área integrada em Espaço Natural para onde se prevê a criação do Parque Urbano.

Por outro lado importará articular os parâmetros estabelecidos, porquanto se pretender admitir 30% de área contabilizável (? Importa utilizar o novo conceito indicado no artigo 5.º da proposta de regulamento) destinado a comércio e habitação, quando o artigo 81.º da proposta de regulamento estipula em determinadas condições 10% para habitação e restauração.

Refere-se que a execução concretiza-se através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Na ficha do PExPF indica-se que se trata de uma área de cerca de 17ha (2/3 ?), atribuindo-lhe um valor global de quase 15,7 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível observar tratar-se de uma área não urbanizada, nem edificada.

No Regulamento indica-se que esta área constituirá a SUBUOPG 2.5, informação que não consta em nenhuma das fichas, havendo mesmo um lapso por se indicar a SUBUOPG 2.2. Em ambas as fichas refere-se que se aplicam os parâmetros urbanísticos previstos para a categoria de espaço que abrange.

Neste contexto e nada sendo dito sobre a existência de compromisso urbanístico ou contratualização para a execução da sua urbanização, entende-se que a justificação para a classificação desta área como solo urbano, carece de ser melhor fundamentada. Acresce que, para

além de não se detetar nesta área a qualificação como Espaço Natural, na análise sobre a qualificação de solo urbano entendeu-se que a categoria de espaço estratégico não se enquadrava no DR 15/2015. Haverá ainda que retificar os lapsos indicados.

ID 102 b Cluster de Equipamento do Cabreiro (zona assinalada como B)

A Justificação apresentada contém uma descrição da UOPG 2 e a indicação de que esta área, próxima do Hospital de Cascais, está integrada em contexto urbano, edificada e infraestruturada.

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço de Equipamento Proposto” para “Espaço de Equipamento”.

Refere-se que a execução concretiza-se através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Na ficha do PExPF indica-se que se trata de uma área com pouco mais de 1,76 há, atribuindo-lhe um valor global de quase 22 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível perceber o enquadramento urbano desta área.

Em ambas as fichas menciona-se “esta “Zona B [4]”, não remetendo para qualquer plano ou planta. Constata-se que se refere a uma planta integrada no anexo do PExPF, o que deveria ser indicado. Por outro lado em nenhuma das fichas é mencionado que esta área constituirá a SUBUOPG 2.6.

Dada a dimensão e localização da área entende-se poder ser aceite esta pretensão, devendo a informação nas Fichas ser completada.

ID 103 a Cruz de Pôpa

A Justificação apresentada contém também uma descrição da UOPG 2, referindo a vocação desta área (investimento de atividades económicas de elevado valor acrescentado)

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço de Comércio e Serviços Proposto” para “Espaço Estratégico” e que a execução concretiza-se através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Tanto nesta Ficha, como na do PExPF, refere-se esta zona como a C [5] (?) devendo ser mencionada a correspondência com a respetiva planta. Nesta última ficha indica-se tratar-se de uma área com cerca 2,5 há, atribuindo-lhe um valor global de quase 22,5 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível observar tratar-se de uma pequena área situada entre áreas consolidadas e vias rápidas, onde existem arruamentos e construções.

Em nenhuma das Fichas se indica que esta área constitui a SUBUOPG 2.7, o que deverá ser corrigido. De registar que no Regulamento se estipula que se aplicam os parâmetros da UOPG 2 e regimes previstos para as categorias de espaço que abrange. Ora a remissão para outro regime (ou aplicação de 2 regimes) deve ser evitada. Acresce que se tratará de uma única categoria de espaço, não havendo justificação para não se aplicarem os parâmetros da categoria de espaço que integra esta área.

Neste contexto ainda que se considere que a área possa ser classificada como solo urbano, entende-se ser necessária a ponderação sobre a sua qualificação, uma vez que se entendeu que a categoria de espaço estratégico não se enquadrava no DR 15/2015. Haverá também que clarificar a questão dos parâmetros e completar as fichas.

ID 103 b Remate poente de Alcabideche

A Justificação apresentada é muito semelhante à da ficha anterior, referindo-se também a vocação desta área (investimento de atividades económicas de elevado valor acrescentado).

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço Estratégico Proposto” para “Espaço Estratégico” e que a execução concretiza-se através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Tanto nesta Ficha como na do PExPF refere-se esta zona como a C [6] (?) sem referência a qualquer planta ou plano. Nesta última ficha indica-se tratar-se de uma área com cerca 6,3 há, atribuindo-lhe um valor global de 56,6 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível observar que a área se situa entre áreas urbanizadas, integra algumas construções, mas nada é dito sobre a sua urbanização (existente, prevista, contratualizada).

Também nada se refere sobre a integração desta área na SUBUOPG 2.8. Na proposta de Regulamento, para esta SUBUOPG, também se estipula a aplicação dos parâmetros da UOPG 2 e regime da categoria de espaço, o que se entende dever ser evitado.

Face ao exposto, ainda que se considere que a área possa vir a ser classificada como solo urbano, entende-se ser necessária a ponderação sobre a sua qualificação, uma vez que se entendeu que a categoria de espaço estratégico não se enquadrava no DR 15/2015. Será também necessário retificar as fichas relativas a esta área.

ID 104 Centro de Convenções de Alcabideche

A Justificação apresentada contém também uma descrição da UOPG 2, referindo a vocação desta área (investimento de atividades económicas de elevado valor acrescentado e utilizações complementares).

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço Estratégico Proposto” e de “Espaço de Equipamento Proposto” para “Espaço Estratégico” sendo a sua execução concretizada através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

É ainda dito que o município assumiu já um compromisso urbanístico para grande parte desta área, com deferimento de um PIP para a realização de uma unidade de execução com vista ao licenciamento futuro de um empreendimento turístico.

Tanto nesta Ficha como na do PExPF refere-se esta zona como a D 7/8 (?) o que carece de referenciação. Nesta última ficha indica-se tratar-se de uma área com cerca 23,4 há, atribuindo-lhe um valor global de quase 211 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível observar tratar-se de uma área entre de zonas consolidadas mas praticamente desocupada.

Nenhuma das fichas faz referência à sua delimitação como SUBUOPG, neste caso a 2.9. A proposta de Regulamento nas disposições sobre esta área é omissa relativamente a parâmetros a aplicar.

Neste contexto, ponderando o acima exposto, entende-se que esta área não pode ainda ser classificada como solo urbano. Ainda que esteja a ser desenvolvida uma U.E. tal poderá permitir a sua inclusão em solo urbano, mas só quando houver contrato de urbanização. Acresce que será necessária a ponderação sobre a sua qualificação, uma vez que se entendeu que a categoria de espaço estratégico não se enquadra no DR 15/2015, bem como completar a regulamentação.

ID 105 Parque Urbano da Adroana

A Justificação apresentada contém também uma descrição da UOPG 2, referindo a vocação desta área situada na zona norte do Concelho e entre três bairros sociais, onde há necessidade de criação de espaços verdes.

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço de Equipamento Proposto” para “Espaço Verde de recreio e Produção” sendo a sua execução concretizada através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Tanto nesta Ficha como na do PExPF refere-se esta zona como a E o que não está referenciado. Nesta última ficha indica-se tratar-se de uma área com cerca 11 há, atribuindo-lhe um valor global de 4,5 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível observar tratar-se de uma área situada entre áreas consolidadas, que se considera adequada ao fim pretendido.

Será de registar que nenhuma das fichas refere que a área será delimitada como SUBUOPG 2.10.

Dada a dimensão da área, a sua localização e a qualificação proposta, entende-se poder ser aceite esta pretensão, carecendo a respetiva disposição da proposta de Regulamento de ser melhorada.

ID 106 Incorporar em Solo Rústico

Neste caso a CMC entendeu que a área não cumpre os critérios do artigo 7.º do DR 15/2015, pelo que pretende reclassifica-la como solo rústico e qualificar como “Espaço Natural nível 2”.

Trata-se de uma área com 26,8 há no limite norte de concelho prevendo-se um valor global de 4 milhões de euros, mo PExPF.

Nada haverá a referir sobre a classificação proposta, havendo contudo que ponderar a sua qualificação, face às alterações introduzidas pelo DR 15/2015 relativamente a Espaços Naturais.

ID 107 a Eco-Parque Empresarial e Logístico de Trajouce

A Justificação apresentada contém uma descrição da UOPG 4, situada no topo nordeste do concelho, referindo ter uma ocupação desordenada e uma rede rodoviária subdimensionada (incorpora o Aeroporto e a TratoLixo).

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço de Comércio e Serviços Proposto” para “Espaço de Atividades Económicas” permitindo a instalação de um Eco-Parque Empresarial e Logístico e a estruturação da área. A sua execução será concretizada através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Na ficha do PExPF indica-se tratar-se de uma área com cerca 11,56 há, atribuindo-lhe um valor global de 57,8 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível observar tratar-se de uma área sem ocupação, confrontando a norte com o concelho de Sintra, a sul com uma área habitacional, a nascente com uma via proposta e a poente com espaço classificado como rural / rústico.

Será de registar que nenhuma das fichas refere que a área será delimitada como a SUBUOPG 4.1.

Da leitura das peças disponibilizadas, constata-se tratar-se de uma área não urbanizada, nem edificada e para a qual não se apresenta qualquer compromisso urbanístico ou contratualização para a sua urbanização, pelo que não estará em condições de adquirir o estatuto de solo urbano, face ao atual conceito.

ID 107 b Trajouce

A Justificação apresentada contém também uma descrição da UOPG 4, referindo a vocação desta área situada na zona norte do Concelho e entre três bairros sociais, onde há necessidade de criação de espaços verdes.

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço de Comércio e Serviços Proposto” e de “Espaço de Atividades Industriais Proposto” para as categorias de “Espaço de Atividades Económicas” e “Espaço Verde de Recreio e Produção”, sendo a sua execução concretizada através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Nesta ficha do PExPF indica-se tratar-se de uma área com cerca 14,5 há, atribuindo-lhe um valor global de 32 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível observar tratar-se de uma área limitada em quase todas as frentes por zonas consolidadas.

Será de registar que, apesar de nenhuma das fichas o mencionar, que a área constitui a SUBUOPG 4.2 e na sua caracterização na proposta de Regulamento indica-se “tratar-se de um espaço urbano infraestruturado”.

Face ao exposto e verificar-se que a parte central desta SUBUOPG será um espaço verde, entende-se poder ser aceite esta pretensão, carecendo a respetiva disposição da proposta de Regulamento de ser melhorada.

ID 108 a Trajouce

A Justificação apresentada contém também uma descrição da UOPG 4, pretendendo-se nesta área rematar a povoação de Trajouce e promover a instalação de atividades económicas.

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço Estratégico Proposto” para “Espaço de Atividades Económicas”, sendo a sua execução concretizada através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Na ficha do PExPF indica-se tratar-se de uma área com cerca 15,8 há, atribuindo-lhe um valor global de 79 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível observar tratar-se de uma área limitada em quase todas as frentes por zonas consolidadas.

Será de registar que, apesar de nenhuma das fichas o mencionar, que a área constitui a SUBUOPG 4.3 e na sua caracterização, na proposta de Regulamento, indica-se “tratar-se de um espaço urbano infraestruturado”.

Acresce que esta SUBUOPG será a travessada por um traçado, sobre o qual nada é referido em nenhum dos documentos. Prevendo-se um área para atividades económicas, contígua a um espaço habitacional, importaria também acautelar este condicionamento.

Face ao exposto tratando-se de área infraestruturada e junto a uma área afeta a atividades económicas existente, entende-se poder ser aceite esta pretensão, carecendo a respetiva disposição da proposta de Regulamento de ser melhorada.

ID 108 b Conceição da Abóboda

A justificação apresentada contém uma descrição da UOPG 9, contígua à UOPG 4 e ao concelho de Oeiras, fazendo a transição entre a zona norte, mais industrial, e a zona sul, mais habitacional.

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço de Comércio e Serviços Proposto” para “Espaço de Atividades Económicas”, sendo a sua execução concretizada através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Nesta ficha do PExPF indica-se tratar-se de uma área com cerca 8,57 há, atribuindo-lhe um valor global de 43 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível observar tratar-se de uma área limitada em quase todas as frentes por zonas consolidadas, podendo entender-se a ocupação como o preenchimento de uma área intersticial. A norte e nascente a área confina com zonas delimitadas como de atividades económicas e a poente e sul com áreas habitacionais.

Será de registar que, apesar de nenhuma das fichas o mencionar, que a área constitui a SUBUOPG 9.7 e na sua caracterização, na proposta de Regulamento indica-se “tratar-se de um espaço urbano infraestruturado”.

Face ao exposto, particularmente ao facto de se tratar de uma área infraestruturada, entende-se poder ser aceite esta pretensão, carecendo a respetiva disposição da proposta de Regulamento de ser melhorada.

ID 109 Incorporar em Solo Rústico

Neste caso a CMC entendeu que a área não cumpre os critérios do artigo 7.º do DR 15/2015 (ainda que no cabeçalho indique “Aplicam-se todos”), pelo que pretende reclassificá-la como solo rústico e qualificar como “Espaço Natural nível 2” e “Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas”

No PExPF indica-se que se trata de uma área com 12,4 há no limite nordeste do concelho prevendo-se um valor global de 1,8 milhões de euros. Não é claro se a área se refere exclusivamente à área que se pretende reclassificar ou abrange também a que se propõe requalificar como “Espaço Verde de proteção a Infraestrutura”.

Nada haverá a referir sobre a reclassificação proposta, havendo contudo que ponderar a sua qualificação, face às alterações introduzidas pelo DR 15/2015 relativamente a Espaços Naturais.

ID 110 Student Hotel, Carcavelos

A justificação apresentada contém uma descrição da UOPG 10, situada no limite sudeste do concelho e confinando com Oeiras, abrangendo Parede e Carcavelos (SBE) e com uma vocação para o desenvolvimento de turismo de nicho, do qual sairá reforçado o turismo de saúde.

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço de Turismo Proposto” para “Espaço Estratégico”, sendo a sua execução concretizada através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Na ficha do PExPF indica-se tratar-se de uma área com cerca 5,27 há, atribuindo-lhe um valor global de 47 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível observar tratar-se de uma área desocupada, limitada a sul e nascente por vias.

Face ao exposto, particularmente o facto de se tratar de uma área não urbanizada nem edificada, não se apresentando qualquer compromisso urbanístico ou contratualização para a sua urbanização, entende-se não poder ser aceite a classificação pretendida, face ao atual conceito de solo urbano, nem a qualificação, face ao DR 15/2015.

ID 111 Campus de Carcavelos da NOVA.SBE

A justificação apresentada contém também uma descrição da UOPG 10, destacando-se aqui a localização do polo Universitário da Universidade Nova - SBE.

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço de Equipamento Proposto” para “Espaço de Equipamento”, dado estar já construído.

Na ficha do PExPF indica-se tratar-se de uma área com cerca 8,67 há, atribuindo-lhe um valor global de 108 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto comprovando a ocupação. Neste caso, estando as instalações construídas, suscitam-se dúvidas sobre a apresentação de um valor na ficha.

Face ao exposto, constatando-se que o equipamento está construído, entende-se poder ser aceite a qualificação proposta.

ID 112 Estalagem Pica-Pau, Estoril

A justificação apresentada contém uma descrição da UOPG 7, que abrange a vila de Cascais e Estoril, destacando a sua vocação turística.

Refere-se que se pretende alterar a qualificação de “Espaço de Turismo Proposto” para a categoria de “Espaço Central Histórico”, sendo a sua execução concretizada através de PMOT ou operações urbanísticas enquadradas em unidade/s de execução.

Na ficha do PExPF indica-se tratar-se de uma área com cerca 0,23 há, atribuindo-lhe um valor global de 4,25 milhões de euros. Esta Ficha integra um orto onde é possível ver que se trata de uma pequena área inserida em tecido urbano consolidado.

De referir que a parcela fica integrada numa zona qualificada como residencial, que se pretende qualificar como Central Histórico, pretensão que carece da devida ponderação como se afirmou na análise da qualificação do solo urbano.

Face ao exposto, nada a objetar à classificação pretendida, ficando a qualificação proposta pendente da devida ponderação.

Em síntese da análise feita às 16 áreas deste grupo de fichas, designado por “Extinção de solo urbanizável”, verifica-se que algumas das áreas carecem de melhorias na fundamentação para poderem ter enquadramento, como pretendido, nas atuais regras de classificação e qualificação do solo.

Importa referir que para nenhuma das áreas a CMC apresentou a avaliação sobre o respeito pelos critérios do artigo 7.º do DR 15/2015, pelo que as fichas devem ser completadas, no desenvolvimento da Proposta.

Sugere-se ainda a retificação de lapsos na numeração das diversas áreas, devendo ser dado o mesmo número nas diversas peças escritas e desenhadas e claramente indicada a SUBUOPG em que se integram. Constata-se também que nem todas as áreas objeto deste grupo de fichas estão indicadas na Planta Síntese deste procedimento.

Considera-se ainda que carecem de clarificação os valores de investimento indicados para cada uma das áreas, isto é, que se indique se se trata de verbas para planeamento, execução, infraestruturização, melhoramento/reabilitação/regeneração, etc. Como se mencionou na Ficha relativa à SBE, tratando-se de equipamento construído, será de questionar qual o fim da verba indicada.

Será aqui também de mencionar o facto de se prever que o horizonte temporal deste plano seja 2025, o que implica o respeito pelos critérios do artigo 7.º do DR 15/2015, em todas as áreas integradas em solo urbano, naquele prazo.

Alterações resultantes da Extinção do Espaço Canal

No Relatório refere-se que *:As fichas da “Série 200 - Alterações resultantes da Extinção do Espaço Canal” [Anexo 11] descrevem, justificam e representam espacial e graficamente as alterações resultantes da eliminação da categoria autónoma de Espaço Canal, por determinação legal, em concomitância com ajustes introduzidos ao nível da reformulação da rede viária, por iniciativa municipal, e as opções de planeamento tomadas pela CMC para o preenchimento da lacuna de classificação e qualificação gerada pela eliminação daquela categoria.*

Os artigos 107.º e 108.º do Regulamento do PDM vigente são dedicados a Espaço Canal, que é caracterizado como “as áreas de solo afetas a infraestruturas viárias, incluindo as áreas técnicas complementares adjacentes e as áreas sujeitas a servidão *non aedificandi*, bem como as vias reservadas ao Transporte Público em sítio próprio, sendo delimitado na planta de ordenamento e na planta de condicionantes.

Face ao disposto no artigo 14.º do DR 15/2015, nomeadamente ao seu n.º 2 onde se refere que os espaços-canal não constituem uma categoria de uso de solo autónoma, está devidamente justificada esta opção da CMC, que tem todo o enquadramento na adequação do plano às novas regras de C & Q do solo.

Ora a proposta da CMC pretende revogar os artigos 107.º e 108.º do Regulamento e alterar as plantas necessárias.

Para este efeito, a CMC apresenta 35 fichas relativas a este tipo de alteração. Da leitura da primeira (ID 201) verifica-se que a CMC suprimiu a mancha de “espaço canal” e qualificou essa área com as diversas categorias de espaço adjacentes. Este foi o procedimento seguido para as 35 áreas, sobre o qual nada haverá a obstar.

Contudo, observa-se que em todas as fichas se regista a qualificação de áreas como Espaço Habitacional e em todas se escreve que não se aplicam os critérios do artigo 7.º do DR 15/2015. Ora, contrariamente ao indicado nas fichas, é necessário avaliar do respeito por todos os critérios do citado artigo 7.º para se poder aceitar a qualificação pretendida.

Acresce que, apesar do disposto no n.º 2 do artigo 14.º do DR 15/2015, os espaços-canal existem, porquanto são as áreas do solo afetadas às infraestruturas lineares ... Neste contexto, ainda que deixem de estar delimitados nas peças gráficas do plano, devem ser considerados no Regulamento, isto é, manter e adaptar o articulado sem remeter para as peças desenhadas. Carece assim da devida correção.

Face ao exposto, não parece justificar-se uma análise mais detalhada às 35 áreas apresentadas nas fichas, porquanto nunca poderiam ser aceites, sem a confirmação de que todas as áreas a integrar em solo urbano, cumprem os critérios do DR 15/2015. Será uma matéria que carece da devida ponderação e da correção do Regulamento, acautelando no desenvolvimento da proposta as observações feitas visando respeitar disposições legais aplicáveis.

Alterações resultantes da Reformulação da Rede Viária

Relativamente a estas alterações o Relatório refere: *As fichas da “Série 300 - Alterações resultantes da Reformulação da Rede Viária” [Anexo 12] descrevem, justificam e representam espacial e graficamente as alterações resultantes da iniciativa municipal de constituir novos troços de rede viária”.*

Apresentam-se 5 fichas, sendo desde já de referir que em todas se menciona que não se aplicam os critérios do nº 3 do artigo 7º do DR 15/2015, pelo que tal não se menciona na descrição destas propostas de alteração.

Das fichas apresentadas retira-se:

ID 301 - 2ª Circular de Cascais - nova passagem superior sobre o vale da Ribeira das Vinhas, ligando a R. José Florindo (a ponte) com a Av. Eng.º António de Azevedo Coutinho (a nascente) - Via Proposta de nível 3

Alteradas as Plantas de Ordenamento - Classificação do Solo, Qualificação do Solo, Mobilidade, Acessibilidades. + Planta de Condicionantes - Infraestruturas visando a constituição de um eixo de Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas para a instalação de uma via de ligação, em viaduto, entre as duas margens do vale da Ribeira das Vinhas, para a concretização da 2.ª Circular de Cascais. Alteração do perímetro de solo urbano/rústico.

A justificação apresentada refere que este troço de via contribuirá para reduzir significativamente o volume de tráfego de passagem no Centro da Vila de Cascais, com evidentes vantagens a todos os níveis.

Esta pretensão foi objeto de uma ficha do PExPF sendo-lhe atribuído um valor global de 3 milhões de euros. Esta Ficha V6 designa a Ação de modo diferente e não contém número de identificação. Na Planta Síntese das Alterações surge com o n.º 303, situações que carecem de retificação.

Da leitura destas 2 fichas verifica-se estarmos perante uma reclassificação do solo de rural/rústico para urbano, por se pretender qualificar como Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas, uma área atualmente qualificada como Espaço Natural. Tratando-se da execução de uma infraestrutura e não sendo alteradas condicionantes, que prevalecem sempre, esta pretensão poderá ter enquadramento no disposto no n.º 6 do artigo 72.º do RJIGT. Esta disposição remete para a demonstração da sustentabilidade económica e para a fixação do prazo de execução. Ora, como se referiu já, a sustentabilidade económica não foi devidamente demonstrada e em nenhuma das fichas é indicado o prazo de execução, pelo que esta alteração não está em condições de poder merecer aceitação.

ID - 308 - Via Circular Nascente a S. João - Novo nó e passagem inferior sob a linha de comboio - S. João do Estoril Via Proposta de nível 3

Alteradas as Plantas de Ordenamento - Classificação do Solo, Qualificação do Solo, Mobilidade, Acessibilidades e Estrutura Ecológica Municipal e a Planta de Condicionantes - Infraestruturas

Alteração da área qualificada com a categoria de “Espaço Canal” para diversas categorias de Espaço em solo urbano.

A justificação para esta alteração aborda diversas situações: Com a extinção da categoria de “Espaço Canal”, procedeu-se à alteração da classificação e da qualificação do solo nas áreas abrangidas pela mesma, mas que se pretendem manter reservadas para a execução de futuras vias.

Neste caso, houve uma alteração substancial ao traçado da via. Foi abandonado o traçado original, que ligava à rotunda a norte da E.S. S. João do Estoril, sendo substituído por um mais curto, partindo do mesmo local na Estrada Marginal e ligando à R. Egas Moniz. O espaço reservado para a execução deste troço será qualificado com a categoria de “Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas”.

Com esta alteração, as categorias de espaço imediatamente adjacentes ao traçado original, foram ampliadas, nomeadamente as categorias de “Espaço Habitacional”, “Espaço de Equipamento”, “Espaço Verde de Recreio e Produção” e “Espaço Verde de Proteção e Conservação”.

A esta Ficha, que contempla diversas situações, parecem corresponder 2 fichas do PExPF, nomeadamente a V3 e a V7. A diferente identificação das propostas nas diversas abordagens não permite uma avaliação fundamentada. De todo o modo parece que também neste caso haverá classificação de áreas como solo urbano, referindo-se não se aplicarem os critérios do artigo 7.º do DR 15/2015. Nas fichas do PExPF, atribui-se um valor (313 mil + 1.700 mil euros) sem estar fixado o prazo de execução, situações que carecem de clarificação e retificação para poder merecer aceitação.

ID 309 - Nova Variante do Livramento - via de ligação alternativa entre a Rua dos Eucaliptos e a Rua das Corredouras à Av. infante D. Henrique, no Livramento.

São alteradas as Plantas de Ordenamento - Classificação do Solo, Qualificação do Solo, Mobilidade, Acessibilidades e Estrutura Ecológica Municipal + Planta de Condicionantes - Infraestruturas

Alteração da área qualificada com a categoria de “Espaço Canal” para diversas categorias de Espaço em solo urbano.

Justificação: Esta via surge da necessidade da criação de uma ligação alternativa entre a Rua dos Eucaliptos e a Av. Infante D. Henrique, no Livramento, substituindo a existente, de dimensões insuficientes para o volume de tráfego que por ali passa diariamente

A ficha V9 do PExPF abrange parte desta via atribuindo-lhe um valor de 86,4 mil euros, nada referindo sobre o prazo de execução.

Da leitura das fichas e outras peças do plano disponibilizadas, verifica-se que o traçado desta via implica também uma reclassificação do solo rural/rústico para urbano, não podendo assim ser aceite face ao disposto no artigo 72.º do RJGT.

ID 310 - Novo nó da A5 com o Bairro da Fonte e ligação à Variante do Aeródromo - Via Proposta de nível 2

Alteração nas Plantas de Ordenamento - Classificação do Solo, Qualificação do Solo, Mobilidade, Acessibilidades e Estrutura Ecológica Municipal + Planta de Condicionantes - Infraestruturas

Alteração da área qualificada com a categoria de "Espaço Canal" para diversas categorias de Espaço em solo urbano e rústico.

Justificação: Com a extinção da categoria de "Espaço Canal", procedeu-se à alteração da classificação e da qualificação do solo nas áreas abrangidas pela mesma, mas que se pretendem manter reservadas para a execução de futuras vias.

Neste caso, houve uma alteração substancial ao traçado do futuro nó de ligação entre a A5 e o Bairro da Fonte e a Via Circular ao Aeródromo.

O espaço reservado para a execução das vias que compõem este nó será qualificado com a categoria de "Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas".

No espaço restante, as categorias de espaço imediatamente adjacentes ao traçado original, foram ampliadas, nomeadamente as categorias de "Espaço Habitacional", "Espaço Estratégico", "Espaço Verde de Recreio e Produção", "Espaço Natural de nível 1" e "Espaço Natural de nível 2".

Esta proposta de Alteração é também contemplada na ficha V5 do PExPF, onde apenas se acrescenta o valor global de 306 mil euros.

Da análise desta proposta constata-se que, apesar de poder constituir uma simplificação do nó viário com significativa diminuição de impermeabilização do solo, também implica com reclassificação de solo rural/rústico para urbano. Não estando acautelado o disposto no n.º 6 do artigo 72.º do RJGT, esta alteração não poderá agora ser aceite. Acresce que se pretende a qualificação de certas áreas em categorias que não têm enquadramento no DR 15/2015.

ID 313 - Variante à Estrada Octávio Pato - Talaíde - Vias Propostas de nível 3

Alteradas as Plantas de Ordenamento - Classificação do Solo, Qualificação do Solo, Mobilidade, Acessibilidades e Estrutura Ecológica Municipal + Planta de Condicionantes - Infraestruturas

Alteração da área qualificada com a categoria de "Espaço Canal" para as categorias de "Espaço Habitacional", "Espaço de Equipamento", "Espaço de Atividades Económicas" e "Espaço Verde de Recreio e Produção".

Justificação - Neste caso, procedeu-se à eliminação do "Espaço Canal" da Estrada Octávio Pato, e estabeleceu-se uma reserva de espaço para uma variante a esta estrada, com ligação ao Concelho de Sintra, que se qualificou com a categoria de "Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas".

No espaço que estava qualificado com a categoria de "Espaço Canal", as categorias de espaço imediatamente adjacentes foram ampliadas, nomeadamente as categorias de "Espaço

Habitacional”, “Espaço de Equipamento”, “Espaço de atividades económicas e “Espaço Verde de Recreio e Produção

Esta proposta está também contemplada no PExPF, na ficha V10, atribuindo-lhe um valor global de 92,7 mil euros.

Esta ficha, dedicada a uma nova variante, aborda também, e com mais detalhe, a extinção do espaço canal da via anteriormente prevista e que é objeto de outra ficha. Olhando apenas para a nova via agora proposta, verifica-se que recairá sobre espaço qualificado no PDM vigente como Estratégico Proposto e Espaço Verde, não se vendo qualquer impedimento nesta alteração, desde que esteja acautelado o disposto no n.º 6 do artigo 72.º do RJGT.

Alterações resultantes Fusão dos Espaços Históricos

No Relatório indica-se que: *As fichas da “Série 400 - Alterações resultantes da Fusão dos Espaços Históricos” [Anexo 13] descrevem, justificam e representam espacial e graficamente as alterações resultantes da iniciativa municipal de congregar numa só as subcategorias de Espaço Central Histórico e de Espaço Residencial Histórico (entretanto revogada), por se entender serem escassas as diferenças normativas e espaciais entre as duas subcategorias.*

Consultando o citado anexo 13 verifica-se que integra 31 Fichas relativas 39 áreas do concelho, qualificadas como Espaço Residencial Histórico que se pretende suprimir e integrar no Espaço Central Histórico.

Para todas é apresentada a mesma justificação: *As duas categorias de “Espaço Histórico” (Central e Residencial) têm uma regulamentação muito semelhante no PDM em vigor, pelo que se decidiu aglutina- las passando as áreas qualificadas como “Espaço Residencial Histórico” a integrar- se na qualificação de “Espaço Central Histórico”.*

Ainda que se trate de solo urbano, uma vez que está edificado, relativamente ao cumprimento dos critérios do artigo 7.º do DR 15/2015 em todas é dito: *Alínea a) Inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal ou intermunicipal, o que se considera insuficiente pelos motivos já atrás expressos.*

Para além disso, face à caracterização do Espaço Residencial Histórico no artigo 71.º do PDM vigente (... conjuntos urbanos ... predominância do uso habitacional ...), importaria também, neste caso, avaliar se todas as 39 áreas têm características para serem qualificadas como Espaços Centrais, nomeadamente, se integram não só funções habitacionais, mas também *uma concentração diversificada de atividades terciárias, desempenhando, pelas suas características, funções de centralidade*, como estipulado na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do DR 15/2015.

Considera-se assim que a justificação genérica apresentada (*têm uma regulamentação muito semelhante no PDM em vigor*) deve ser melhorada e feita uma ponderação caso a caso.

Alterações resultantes de Iniciativa Municipal

No Relatório informa-se que *as fichas da “Série 500 - Alterações resultantes da Iniciativa Municipal” [Anexo 14] descrevem, justificam e representam espacial e graficamente as alterações resultantes da iniciativa municipal, versando sobre diversos temas e contextos designadamente, relativos à correção de lapsos e erros de qualificação detetados no decorrer da aplicação do PDM em vigor; a compromissos urbanísticos assumidos pela Câmara antes da entrada em vigor do PDM-2015 e que não vertidos na qualificação do solo; a valorização de património municipal; a adequação de terrenos necessários à expansão de equipamentos de referência e à consolidação da estratégia municipal - conforme melhor descrito nas respetivas fichas. Importa neste contexto salientar, que desde a entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM-Cascais, em 2015, os serviços técnicos da CMC vêm identificando e sinalizando as incongruências detetadas ao nível do plano. Nas iterações que*

se lhe seguirem, que por natureza legal não podiam consubstanciar opções de planeamento, não foi possível albergar o respetivo saneamento técnico-administrativo. Assim, a regularização dessas situações, sem prejuízo da necessária adequação aos pressupostos intrínsecos ao presente procedimento, deverá ser concretizada no âmbito desta Alteração do PDM-Cascais para Adequação ao novo RJGT.

Tratam-se aqui 22 áreas em que a CMC pretende alterar a sua qualificação, por vezes classificação, tal como acima se afirma no Relatório, por motivos e contextos diversos. Sucintamente, na tabela abaixo indicam-se pela ordem escolhida pela CMC (ainda que a numeração não seja sequencial) as alterações pretendidas, a justificação apresentada e algumas observações que se considera contribuir para o desenvolvimento da proposta.

As alterações pretendidas são nas plantas de ordenamento de C & Q do solo e da EEM.

ID	PDM 2015	Proposta	Fundamentação	Observação CCDR-LVT
576	E Equipamento	Equipamento em solo rústico	Área de cedência de um Alvará de Loteamento de 1996, que se encontra em solo rústico e não em solo urbano	Justificação insuficiente. Que equipamento ? Existente ?
577	E Infraestruturas	E Equipamento	Área de cedência de um Alvará de Loteamento de 1997 + compromisso	Nada a objetar
579	Redefinir limites de um espaço habitacional que ficou em espaço de equipamento		Retificação de lapso	Nada a objetar
580	Espaço Residencial	E Equipamento	Área com habitações mas afetadas a equipamento (E P Tires)	Nada a objetar
585	E Verde de recreio e produção	E Estratégico e reduz EEM	Remate da malha urbana em contexto infraestruturado	Não aceite por ser necessário integrar E Estratégico numa categoria do DR 15/2015
508	E Verde de recreio e produção	E Habitacional e reduz EEM	Terreno municipal para permitir ampliação da escola	Justificação insuficiente, ainda que se trate de uma pequena parcela
509	E Verde de recreio e produção	E Equipamento e reduz a EEM	Terreno municipal + ID 13 > PP residência de estudantes	Nada a objetar
520	E Verde de recreio e produção	E Habitacional e reduz EEM	Terreno municipal que confina com loteamento	Justificação insuficiente terreno s/ ocupação
524	E Verde de recreio e produção	E Equipamento e reduz a EEM	Terreno municipal a destinar a equipamento, contíguo a áreas com o mesmo uso	Justificação insuficiente e incorreta (áreas de equipamento a poente)
541	E Canal + E Residencial	E Verde de recreio e produção	Terreno municipal permite uma ligação "verde"	Nada a objetar, acautelando o expresso sobre a extinção do E canal
550	E Equipamento	E Habitacional	Equipamento em desuso + compromisso por permuta	Nada a objetar
551	E Natural nível e E canal	E Estratégico	Área para empresas de serviços junto ao aeroporto	Não aceite por se tratar de reclassificação de solo rural para urbano e ser necessário integrar E Estratégico numa categoria do DR 15/2015
552	E Equipamento	E Estratégico	Não tem	Não aceite por não ter justificação e ser necessário integrar E Estratégico numa categoria do DR 15/2015
553	Área classificada como Quinta Histórica	Retirar a classificação + Aumenta EEM	Quinta não existe	Nada a objetar
554	E Comércio e Serviços	E Habitacional	Terreno municipal contíguo a terrenos habitacionais/ utilização mais racional	Nada a objetar
560	E Equipamento + E Verde de recreio e produção	E Habitacional + E Atividades Económicas + E	Correção para permitir a regularização de um Bairro	A delimitação é apenas do bairro - E A Ec (?) e E Natural (?) para além de ser necessário ponderar

		Natural 2 e reduz EEM		as áreas integradas nesta categoria
562	E Equipamento	E Habitacional	Equipamento escolar em desuso - categoria envolvente	Nada a objetar
563	E Residencial	E Central Histórico	Correção material	Nada a objetar desde que se comprove a integração do E Residencial e E Central
564	E Residencial	E Central Histórico	Correção material	Nada a objetar desde que se comprove a integração do E Residencial e E Central
565	E Verde de recreio e produção	E Habitacional + E Atividades Económicas e reduz EEM	Nova via > ampliam-se categorias de espaço contíguas	Nada a objetar - Confirmar EEM em E Habitacional
566	E Verde de recreio e produção + E Canal	E Habitacional e reduz EEM	Coerência urbana ao longo de uma via	Nada a objetar
567	E Ocupação Turística e E natural nível 1	Alteração na delimitação	Penha Longa - detetou-se não serem as manchas originais	Nada a objetar desde que o ICNF aceite.

De referir, mais uma vez que em todas as situações/fichas elaboradas se transcrevem alíneas do artigo 7.º do DR 15/2015, inclusive na 1.ª onde se pretende reclassificar solo urbano para solo rústico. Neste contexto, entende-se que **a CMC não verificou do respeito pelo cumprimento dos critérios daquela disposição**, apenas aplicáveis a solo urbano, pelo que não foi mencionada na tabela síntese, onde apenas se tecem observações a acautelar no desenvolvimento da proposta.

A indicação “nada a objetar”, pressupõe assim a necessidade de verificação por parte da CMC do respeito pelos citados critérios sempre que esteja em causa solo urbano.

Importa também referir que neste procedimento não são, genericamente, aceites reclassificações de solo rural/rústico para urbano, face ao disposto no artigo 72.º do RJIGT. Neste tema existe uma área nessa condição (551), mas nada é dito sobre o seu estado de urbanização ou de edificação, nem sobre qualquer compromisso urbanístico que permita fundamentar a sua reclassificação.

Outras situações não poderão ser aceites por implicarem com categorias de espaço que carecem de ponderação e melhor caracterização, como seja o espaço estratégico.

Alterações resultantes da Qualificação das Áreas com Plano de Pormenor

No Relatório refere-se que: *As fichas da “Série 600 - Alterações resultantes da Qualificação das Áreas com Plano de Pormenor” [Anexo 15] descrevem, justificam e representam espacial e graficamente as alterações resultantes da iniciativa municipal, seguindo uma sugestão da CCDR LVT, proceder à eliminação da categoria operativa de “Plano Municipal de Ordenamento do Território em vigor” e atribuir qualificação às áreas reguladas por Plano de Pormenor eficaz, em linha com os usos preconizados no PDM Cascais. Estas áreas estão delimitadas na Planta de Qualificação do Solo como Sub-UOPG, sem prejuízo de estarem igualmente representadas na Planta de Planos com Repercussão Territorial, como sujeitas a Plano de Pormenor eficaz.*

A CMC apresenta 17 fichas relativas a 17 planos de pormenor (PP) vigentes, cujas áreas de intervenção estão qualificadas no PDM2015 como “Plano Municipal de Ordenamento do Território em vigor” e se pretende agora atribuir uma qualificação.

A justificação apresentada é semelhante nas 17 fichas: *Tendo em conta a aplicação dos conceitos constantes no RJIGT, e da não existência de uma categoria de espaço “PMOT em vigor”, optou-se por requalificar estas áreas com categorias vigentes naquele regime jurídico.*

Como princípio orientador para esse efeito, tomou-se em consideração o uso do solo previsto em cada um dos planos de pormenor, bem como a qualificação do solo na envolvente dos mesmos, adaptando-se da forma mais harmoniosa possível’.

De registar que apesar de se referir no Relatório que, para além da qualificação adequada a cada uma destas 17 áreas, elas serão delimitadas como SUBUOPG, **em nenhuma das fichas há indicação sobre essa delimitação, nem indicação do número de ordem atribuído.**

A primeira ficha 601 é relativa à área do Plano de Pormenor da Guia, publicado pela Portaria n.º 665/93, Série I -B, de 14 de julho, alterado por retificação, através da Portaria n.º 446/97, de 7 de julho.

Pretende -se que área deste PP seja qualificada como “Espaço Habitacional” e “Espaço Verde de Proteção e Enquadramento”. Juntam-se extratos das plantas incluídas na ficha (s/ escala).



Nada haverá a referir sobre a qualificação pretendida.

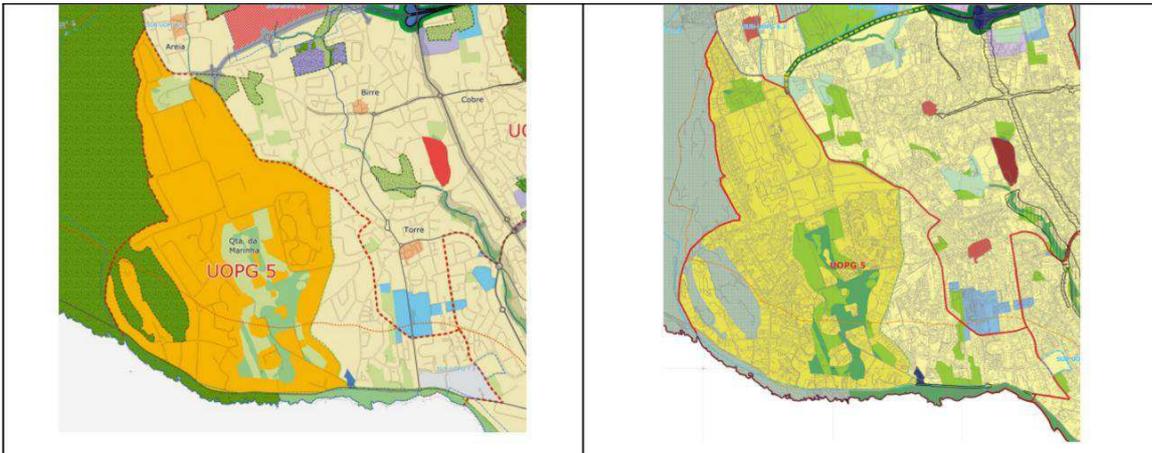
Apesar de se tratar um PP com mais de 25 anos que não fixa qualquer prazo para a urbanização da área, parece não haver necessidade de verificar do enquadramento no disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei 31/2014, porquanto olhando para o ortotopo da zona, a área deste PP está já urbanizada e edificada (Da leitura do Regulamento do PP verifica-se que à data de publicação do plano, dos 18 lotes constituídos só dois não tinham projeto, sendo que todos os outros ou estavam já construídos ou tinham o projeto aprovado).



Neste contexto, será de questionar a **opção da CMC de manter em vigor este PP**, cuja área é indicada como a SUBOPG 5.1, na proposta de Regulamento (artigo 126.º-E).

Será de registar que consultando a plantas de ordenamento C & Q do solo, vigente e proposta, não se detetou a delimitação desta SUBUOPG na UOPG 5.

PDM vigente	Proposta



Poderá ser uma opção ou um lapso, mas que carece de retificação uma vez que as SUBUOPG devem ser delimitadas.

Acresce que no artigo 4.º da proposta de Regulamento, relativo a IGT, se estipula que os PU e PP estão delimitados na Planta de Ordenamento e prevalecem sobre as disposições do PDM. Esta discrepância entre as peças carecerá também de ser ponderada e clarificada. A área do PP ou da SUBUOPG deve ser delimitada e, optando-se por esta última hipótese, deve ser mencionada no citado artigo 4.º. Acresce que no município não está em vigor qualquer PU.

De referir ainda que na ficha deste PP não há qualquer remissão para a delimitação como SUBUOPG.

O Regulamento, no artigo dedicado a esta SUBUOPG apenas indica “Corresponde à área do PP”.

Ora será assim de questionar também a CMC sobre a delimitação desta SUBUOPG, não só porque na qualificação atribuída para a quase totalidade da área - “Espaço Habitacional” - o PDM estipula os usos e os parâmetros de edificabilidade admitidos que se julga serem suficientes para a gestão urbanística, mas também porque se entende que a delimitação de uma SUBUOPG terá, genericamente, como finalidade a fixação de objetivos e termos de referência para a elaboração de PU ou PP (alínea I) do n.º 1 do artigo 96.º do RJIGT). Existindo já um PP não parece ter sentido a delimitação de uma SUBUOPG.

Em síntese, deverá a CMC ponderar sobre a necessidade de manutenção deste PP. A manter a vigência deste plano, a sua área de intervenção poderá ser delimitada na Planta de Ordenamento, com a adequada qualificação. Será de avaliar da coerência de delimitar áreas com PP, que se pretendem manter e estão executados, como SUBUOPG, face à sua finalidade genérica.

De registar que nos casos abrangidos por PP ainda não executados, poderá ter justificação a delimitação como SUBUOPG. Contudo, no atual enquadramento legal, o artigo respetivo do Regulamento deve conter os termos de referência/objetivos do plano, bem como outra informação relevante sobre a sua execução, em particular o prazo para a execução das obras de urbanização, não se limitando a referir área abrangida por PP.

A avaliação mais detalhada da área deste PP permite entender a simplificação da análise sobre outros casos descritos nas fichas.

Uma vez que todas as áreas de intervenção dos PP estão qualificadas no PDM 2015 como “PMOT em vigor”, tal não é indicado para cada caso individualmente.

Ficha 602 - Corresponde à área do Plano de Pormenor de Alvide - Gaveto da Rua de Alvide com a Rua de Catarina Eufémia, publicado pela Portaria n.º 242/94, no Diário da República n.º 90, Série I -B, de 18 de abril.

Pretende-se integrar a área deste PP em “Espaço Habitacional” e delimitá-lo como a SUBUOPG 6.3 (artigo 126.º - F da proposta de regulamento).

Trata-se de uma situação em tudo semelhante à da Ficha 601, pelo que também **se questiona a manutenção da vigência do PP com 26 anos, a delimitação desta SUBUOPG e a discrepância entre peças.**

Ficha 603 - Corresponde à área do Plano de Pormenor da Avenida da Venezuela, Cascais, publicado pela Portaria n.º 406/97, no Diário da República, n.º 142, Série I -B, de 23 de junho.

Pretende-se integrar a área deste PP em “Espaço Central Histórico”, “Espaço Verde de Proteção e Conservação” e “Espaço Verde de Recreio e Produção” e delimitá-lo como a SUBUOPG 7.6 (artigo 126.º G da proposta de regulamento). Refere-se a alteração da EEM, mas não são juntos extratos da respetiva planta.

Neste caso, ainda que as categorias de espaço sejam diversas, a área onde se admite edificação está consolidada, pelo que também se questiona **a manutenção da vigência do PP com 23 anos, a delimitação desta SUBUOPG e a qualificação pretendida, face à envolvente.**

Ficha 604 - Corresponde à área do Plano de Pormenor do Monte Estoril - Avenida do Faial/Rua dos Açores, publicado pela Portaria n.º 1055/94, no Diário da República, n.º 278, Série I -B, de 2 de Dezembro.

Pretende-se integrar a área deste PP em “Espaço Central Histórico” e delimitá-lo como a SUBUOPG 7.7 (artigo 126.º G da proposta de regulamento).

Da leitura das plantas disponibilizadas constata-se que se trata também de uma área já consolidada pelo que também se questiona **a manutenção da vigência do PP (publicado em 1994), a delimitação desta SUBUOPG e a qualificação pretendida, face à envolvente.**

Ficha 605 - Corresponde à área do Plano de Pormenor do terreno compreendido entre a Rua de Espinho e a Av. São Pedro, no Monte Estoril, publicado pela Declaração n.º 26-1-90, no Diário da República, n.º 39, Série II, de 15 de Fevereiro.

Pretende-se integrar a área deste PP em “Espaço Central Histórico” e delimitá-lo como a SUBUOPG 7.8 (artigo 126.º G da proposta de regulamento).

Da leitura das plantas disponibilizadas constata-se que se trata também de uma área já consolidada pelo que também se questiona **a manutenção da vigência do PP com mais de 30 anos, a delimitação desta SUBUOPG e a a qualificação pretendida, face à envolvente.**

Ficha 606 - Corresponde à área do Plano de Pormenor para Reestruturação Urbanística dos Terrenos do Hotel Estoril-Sol e Área Envolvente, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2006, no Diário da República n.º 210, Série I, de 31 de outubro, e alterado pela Declaração da Alteração por Adaptação para se compatibilizar com o POC-ACE, publicada no Diário da República, n.º 220, Série II, de 15 de novembro de 2019.

Pretende-se integrar a área deste PP em “Espaço Habitacional”, “Espaço Verde de Proteção e Conservação” e “Espaço Verde de Recreio e Produção” e delimitá-lo como a SUBUOPG 7.5 (artigo 126.º G da proposta de regulamento). Refere-se a alteração da EEM, mas não são juntos extratos da respetiva planta.

Neste caso, ainda que se trate de um PP mais recente, parece que o plano está já executado, pelo que também se questiona **a manutenção da vigência do PP e a delimitação desta SUBUOPG** (neste caso a SUBUOPG está delimitada na nova planta de C & Q do solo).

Ficha 607 - Corresponde à área do Plano de Pormenor da Residência de 3.ª Idade - Apartamentos Rei Carol, publicado pela Portaria n.º 681/93, no Diário da República, n.º 169, Série I -B, de 21 de julho.

Pretende-se integrar a área deste PP em “Espaço Habitacional” e “Espaço Verde de Proteção e Conservação” e delimitá-lo como a SUBUOPG 7.9 (artigo 126.º G da proposta de regulamento). Refere-se a alteração da EEM, mas não são juntos extratos da respetiva planta.

Da leitura das plantas disponibilizadas constata-se que se trata também de uma área já consolidada pelo que também se questiona **a manutenção da vigência do PP com 27 anos, a delimitação desta SUBUOPG e a qualificação pretendida, face à envolvente.**

Ficha 608 - Corresponde à área do Plano de Pormenor da Galiza, publicado pela Portaria n.º 89/97, no Diário da República, n.º 30, Série I -B, de 5 de fevereiro.

Pretende-se integrar a área deste PP em “Espaço Habitacional” e delimitá-lo como a SUBUOPG 7.10 (artigo 126.º G da proposta de regulamento).

Também da leitura das plantas disponibilizadas constata-se que se trata de uma área já consolidada pelo que se questiona **a manutenção da vigência do PP com 23 anos e a delimitação desta SUBUOPG.**

Ficha 609 - Corresponde à área do Plano de Pormenor de um terreno designado "Mação", em S. Domingos de Rana, publicado pela Portaria n.º 175/94, no Diário da República, n.º 73, Série I -B, de 28 de março.

Pretende-se integrar a área deste PP em “Espaço Habitacional” e “Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas” e delimitá-lo como a SUBUOPG 9.1 (artigo 126.º - I da proposta de regulamento). Refere-se a alteração da EEM, mas não são juntos extratos da respetiva planta.

Consultando este PP no SNIT verifica-se que a sua área de intervenção é bastante superior à delimitada nos extratos das plantas inseridos nas fichas. Importa assim clarificar esta situação, ponderar sobre a manutenção do PP e promover as necessárias retificações nas peças da Proposta.

Ficha 610 - Corresponde à área do Plano de Pormenor de Reestruturação Urbanística e Valorização Patrimonial da Área Envolvente à Villa Romana de Freiria, publicado através do Aviso n.º 16203/2010, no Diário da República, n.º 157, Série II, de 13 de agosto.

Pretende-se integrar a área deste PP em “Espaço Habitacional”, “Espaço de Equipamento”, “Espaço de Atividades Económicas” e “Espaço Verde de Recreio e Produção” e delimitá-lo como a SUBUOPG 9.5 (artigo 126.º - I da proposta de regulamento). Refere-se a alteração da EEM, mas não são juntos extratos da respetiva planta.

Consultando o SNIT verifica-se que se trata de uma área de intervenção de 585 230,00 m² e que o Regulamento do PP inclui disposições relativas à sua execução. **Contudo não fixa qualquer prazo para a execução das obras de urbanização. Ora não tendo o PP sido ainda executado e existindo áreas significativas não urbanizadas nem edificadas, deverá a CMC avaliar das categorias atribuídas na área de intervenção do PP, acautelando o disposto no n.º 3 do artigo 82.º da Lei 31/2014. A disposição do Regulamento deve ser completada com descrição da área, objetivos do plano e prazo para a execução.**

Ficha 611 - Corresponde à área do Plano de Pormenor para a Instalação da Sede Nacional da Brisa - Autoestradas de Portugal, S.A., publicado através do Aviso n.º 30070/2008, no Diário da República, n.º 245, Série II, de 19 de Dezembro.

Pretende-se integrar a área deste PP em “Espaço Habitacional”, “Espaço de Equipamento”, “Espaço de Atividades Económicas” e “Espaço de Infraestruturas Territoriais” e delimitá-lo como a SUBUOPG 9.2 (artigo 126.º - I da proposta de regulamento).

Da leitura das plantas disponibilizadas parece estar já concluída a execução deste PP, pelo que se **questionará aqui também a CMC sobre a intenção de o manter em vigor**. Relativamente à categoria de solo que se pretende atribuir à área será de notar que **não está em consonância com o estipulado no PP** (Artigo 7.º Qualificação e Uso do Solo - *A Área de Intervenção do Plano é classificada como solo urbano, com a qualificação correspondente ao exclusivo uso terciário destinado a escritórios e serviços*). Acresce que da leitura do **artigo 85.º da proposta de Regulamento**, relativo a “Espaço de Infraestruturas Estruturantes” (? Infraestruturas Territoriais é o indicado na planta e ficha) **as instalações da Sede da Brisa não estão contempladas**. Deve assim a CMC ponderar e retificar esta situação.

Ficha 612 - Corresponde à área do Plano de Pormenor da Área Envolvente a St. Dominic’s, publicado pela Declaração n.º 172/2000, no Diário da República n.º 131, Série II, de 6 de junho, alterado pela Declaração n.º 18/2001, no Diário da República n.º 10, Série II, de 12 de janeiro.

Pretende-se integrar a área deste PP em “Espaço Habitacional”, “Espaço Verde de Recreio e Produção” e “Espaço Natural de nível 3” mencionando-se na Ficha que *“implica a reclassificação de solo urbano para rústico, na área abrangida por esta última”*. Refere-se haver alteração na EEM, mas não foi junto extrato da respetiva planta. Será delimitada como a SUBUOPG 9.4 (artigo 126.º - I da proposta de regulamento).

Relativamente a esta situação será de referir que se trata de um PP elaborado na transição do DL 69/90 para o DL 380/99, pelo que o seu Regulamento não integra ainda disposições sobre a forma de execução. Contudo, olhando as peças desenhadas disponibilizadas parece estar o plano já executado, pelo que será mais uma vez de questionar a CMC sobre a necessidade da sua manutenção. Se se entender ser a manter, deve ser completada a informação na respetiva disposição do Regulamento, sobre a área e prazo para a execução das obras de urbanização. De registar que a planta de condicionantes do PP indica que a área que se pretende qualificar como Espaço Natural é RAN. Tendo-se verificado ser necessário reavaliar as áreas integradas naquela categoria, face ao disposto no DR 15/2015, esta situação carecerá de retificação.

Ficha 613 - Corresponde à área do Plano de Pormenor do Espaço de Estabelecimento Terciário do Arneiro, publicado através do Aviso n.º 8688/2011, no Diário da República, n.º 70, Série II, de 8 de abril;

Pretende-se integrar esta área em “Espaço de Atividades Económicas”, “Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas” e “Espaço Verde de Recreio e Produção”. Refere-se haver alteração na EEM, mas não foi junto extrato da respetiva planta. Será delimitada como a SUBUOPG 9.3 (artigo 126.º - I da proposta de regulamento) que abrange também a área do PP da Ficha 614 e ainda áreas melhor identificadas no Protocolo do Vale da Ribeira de Sassoeiros, outorgado pelo Município de Cascais, em 17 de setembro de 2007.

Da leitura das plantas disponibilizadas parece **não estar ainda executado o previsto no PP, que não fixa prazo para a execução das obras de urbanização**. Importa assim que a CMC pondere esta situação, acautelando o disposto no artigo 82.º da Lei n.º 31/2014. Deve ser completada a

informação na respetiva disposição do Regulamento, sobre a área e prazo para a execução das obras de urbanização.

Ficha 614 - Corresponde à área do - Plano de Pormenor do Espaço Terciário de Sassoeiros Norte, publicado através do Aviso n.º 9057/2011, no Diário da República, n.º 74, Série II, de 14 de abril, Pretende-se integrar esta área em “Espaço de Atividades Económicas”, “Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas” e “Espaço Verde de Recreio e Produção”. Refere-se haver alteração na EEM, mas não foi junto extrato da respetiva planta. Será delimitada como a SUBUOPG 9.3 (artigo 126.º - I da proposta de regulamento) que abrange também a área do PP da Ficha 613 e ainda áreas melhor identificadas no Protocolo do Vale da Ribeira de Sassoeiros, outorgado pelo Município de Cascais, em 17 de setembro de 2007.

À semelhança do expresso sobre o PP da Ficha 613, da leitura das plantas disponibilizadas parece **não estar ainda executado o previsto no PP, que não fixa prazo para a execução das obras de urbanização. Importa assim que a CMC pondere esta situação, acautelando o disposto no artigo 82.º da Lei n.º 31/2014 e complete a informação na respetiva disposição do Regulamento.**

Ficha 615 - Corresponde à área do Plano de Pormenor da Quinta da Alagoa de Cima, em Carcavelos, publicado pela Portaria n.º 211/96, no Diário da República, n.º 135, Série I -B, de 12 de junho.

Pretende-se integrar esta área em “Espaço Habitacional”, “Espaço de Infraestruturas Territoriais”, “Espaço Verde de Proteção e Conservação”, “Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas” e “Espaço Verde de Recreio e Produção”. Refere-se haver alteração na EEM, mas não foi junto extrato da respetiva planta. Será delimitada como a SUBUOPG 10.1 (artigo 126.º - J da proposta de regulamento).

Da leitura das plantas disponibilizadas constata-se que se trata também de uma área já consolidada pelo que também se questiona **a manutenção da vigência do PP com 24 anos, a delimitação desta SUBUOPG e a discrepância entre peças.**

Ficha 616 - Corresponde à área do Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão, publicado através do Aviso n.º 9043/2009, no Diário da República, n.º 86, Série II, de 5 de maio.

Pretende-se integrar esta área em “Espaço Habitacional”, “Espaço de Equipamento”, “Espaço de Infraestruturas Territoriais”, “Espaço Verde de Proteção e Conservação”, “Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas” e “Espaço Verde de Recreio e Produção”. Refere-se haver alteração na EEM, mas não foi junto extrato da respetiva planta. Será delimitada como a SUBUOPG 10.2 (artigo 126.º - J da proposta de regulamento).

Da consulta ao SNIT e da leitura da peças disponibilizadas verifica-se não estar ainda executado o PP e que este não fixa qualquer prazo para a execução das obras de urbanização. **Deverá assim a CMC ponderar esta situação e a delimitação da SUBUOPG, completando a informação sobre a área e execução do plano e acautelando o respeito pelo artigo 82.º da Lei 31/2014.**

Ficha 617 - Corresponde à área do Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul (PPERUCS), publicado através do Aviso n.º 7633/2014, no Diário da República, n.º 124, Série II, de 1 de julho.

Pretende-se integrar esta área em “Espaço Habitacional”, “Espaço de Equipamento”, “Espaço de Atividades Económicas”, “Espaço de Infraestruturas Territoriais”, “Espaço Verde de Proteção e Conservação” e “Espaço Verde de Recreio e Produção”. Refere-se haver alteração na EEM, mas

não foi junto extrato da respetiva planta. Será delimitada como a SUBUOPG 10.3 (artigo 126.º - J da proposta de regulamento).

Da consulta ao SNIT e da leitura da peças disponibilizadas verifica-se **não estar ainda integralmente executado o PP** e que este, apesar de ser o único publicado depois da Lei n.º 31/2014, também **não fixa qualquer prazo para a execução das obras de urbanização. Deverá assim a CMC ponderar esta situação, a delimitação da SUBUOPG e a informação sobre a sua execução na respetiva disposição do regulamento, acautelando o respeito pelo artigo 82.º da Lei 31/2014.**

Em síntese da avaliação destas fichas sobre os PP vigentes que se pretende delimitar como SUBUOPG e qualificar as suas áreas de intervenção levantam-se algumas questões e suscitam-se diversas dúvidas, das quais se destaca a delimitação proposta, quando existem planos que parecem estar já executados. No caso de não estarem ainda executados poderá ter justificação a delimitação como SUBUOPG, mas a respetiva disposição não pode limitar-se a referir o PP. Face ao atual regime jurídico, importará estabelecer para cada plano o prazo de execução das obras de urbanização. Para além das diversas ponderações e retificações sugeridas, importará que a CMC melhore a fundamentação para cada uma das áreas, em particular indicando compromissos urbanísticos, unidades de execução já contratualizadas, obras de urbanização executadas, etc., para além obviamente da correta verificação do respeito pelos critérios do artigo 7.º do DR 15/2015.

Alterações resultantes Extinção das Pedreiras

No Relatório da Proposta refere-se que as fichas da “Série 700 - *Alterações resultantes da Extinção das Pedreiras*” [Anexo 16] *descrevem, justificam e representam espacial e graficamente as alterações resultantes da iniciativa municipal, fundada no facto de já não existirem pedreiras em atividade no concelho, ter eliminado a categoria de Espaço de Recursos Geológicos e alterado a qualificação das respetivas áreas para a categoria de “Espaço Natural de Nível 2”, mantendo-se a classificação de solo, agora com Solo Rústico. Apenas a área da Pedreira do Safardão, em Birre, sofreu uma alteração parcial à classificação e à qualificação do solo, por via de um compromisso existente numa parte da área que, apesar de estar fora da área licenciada para exploração de massas minerais, estava qualificada como “Espaço de Recursos Geológicos”. Os limites das áreas outrora afetadas a atividade exploração de massas minerais passa a estar inscritos na Carta de Suscetibilidades, como “Pedreiras Desativadas”.*

A pretensão da CMC, de alterar a qualificação destas áreas onde deixou de se exercer a atividade de exploração de pedreiras, está devidamente descrita e justificada. **Contudo, pretende-se agora qualificar estas áreas como Espaço Natural, situação que não poderá ser aceite enquanto não for avaliado e confirmado que as áreas assim qualificadas se integram no estipulado no artigo 21.º do DR 15/2015.**

Importa também salientar que o Espaço de Recursos Geológicos integra o solo rural/rústico, pelo que prevendo-se a sua reclassificação para solo urbano, tal só poderá vir a ser aceite nos termos do disposto no artigo 72.º do RJGT.

Neste contexto, nenhuma das 3 áreas aqui analisadas está em condições de poder ser aceite.

ID	PDM 2015	Proposta	Fundamentação	Observação CCDR-LVT
701	E Recursos Geológicos	E Habitacional e E Natural nível 2	Correção da delimitação + pedreira desativada	Não está em condições de ser aceite - Justificação rural > urbano, omissa nos critérios do DR e necessária ponderação do E Natural
703	E Recursos Geológicos	E Natural nível 2 e E Verde de Proteção a Infraestruturas	Pedreira desativada + novo traçado da via variante a Trajouce	Não está em condições de ser aceite - Justificação rural > urbano, omissa nos critérios do DR e necessária ponderação do E Natural.
704	E Recursos Geológicos	E Natural nível 2 e E Verde de Proteção a Infraestruturas	Pedreira desativada + novo traçado da via variante a Trajouce	Não está em condições de ser aceite - Justificação rural > urbano, omissa nos critérios do DR e necessária ponderação do E Natural

NOTA FINAL sobre as fichas:

Da análise feita às cerca de 150 áreas será de registar que a quantidade e a diversidade de alterações pretendidas neste procedimento, expressas em inúmeras fichas, organizadas pelos diversos temas, com numerações diversas e poucas remissões, acabam por se constituir como situações isoladas, não facilitando uma perceção integrada da pretensão municipal. Acresce que em muitos dos casos são feitas descrições das situações, mas não se apresenta uma justificação devidamente fundamentada, uma metodologia da abordagem ou uma articulação com a envolvente.

No documento, elaborado pela CCDR-LVT sobre as alterações aos PDM no âmbito do artigo 199.º do RJIGT, davam-se algumas indicações que visavam não só facilitar às entidades consultadas o entendimento da proposta, mas também orientar as CM na metodologia a seguir e na justificação necessária. Ora no Relatório não há referência a compromissos urbanísticos, que são mencionados em muito poucas fichas, faltando também ortos mostrando a situação atual do território.

Mas mais relevante será o entendimento tido sobre a aplicação das disposições do DR 15/2015 neste procedimento de adequação ao novo RJIGT. Sobre os critérios do artigo 7.º, a referência a “não se aplica” ou a menção “aplicam-se todos” sem o devido registo, em situações de requalificação do solo, ou o não considerar o estipulado no diploma sobre as atuais características de cada uma das categorias de solo, são motivos que nos parece devem merecer uma reponderação, pela CMC, à proposta apresentada.

3.1.5. Avaliação da conformidade da Proposta com o Regulamento Geral do Ruído (RGR)

No que respeita à classificação de zonas, o PDMC inclui a classificação de zonas no Regulamento (artigo 18.º), o qual define que as zonas sensíveis se encontram assinaladas na Planta de Ordenamento, sendo as restantes áreas do concelho classificadas como zona mista. Assim, verifica-se que todo o município já se encontra, ao abrigo do PDM em vigor, sujeito a requisitos de qualidade acústica.

A presente proposta não prevê alterações ao artigo 18.º do Regulamento, mas nada é mencionado relativamente a eventuais alterações na distribuição relativa de zonas mistas e sensíveis, por opção da CMC ou decorrentes das alterações resultantes da qualificação das áreas com plano de pormenor. Pelo facto de os PMOT de ordem inferior já publicados apresentarem uma classificação de zonas, o PDM deverá ser alterado em conformidade. Salienta-se, a título de exemplo, a existência de zonas “sem classificação”, não contempladas no PDM mas delimitadas na Planta de Implantação dos PP publicados sob a forma de “corredores de proteção acústica” [aquando do acompanhamento/aprovação dos PP, a CCDR LVT manifestou o seu desacordo quanto à delimitação destes espaços, pelo facto de não possuir enquadramento legal nem estar associada a uma categoria de uso do solo].

A fundamentação da conformidade da proposta de alteração com o RGR consta do Anexo 17 do Relatório, denominado “Análise da Conformidade Regulamentar das Áreas Urbanizáveis Previstas na Proposta de PDM”. Constata-se que aquela não inclui a análise da maioria das tipologias de alteração propostas (oito, no total), sendo a avaliação apresentada restrita ao solo urbanizável e, neste âmbito, apenas com o objetivo de precaver a eventual necessidade de dimensionamento de medidas de minimização de ruído. Assim, não tendo a avaliação como objetivo a fundamentação da reclassificação do solo urbanizável, também não apresenta a correspondência com a nomenclatura das “alterações resultantes da extinção do solo urbanizável”, identificadas no Anexo 10, nem incide sobre a totalidade destas (14 em vez de 16). Esta avaliação também não assenta na classificação de zonas atual nem na decorrente da proposta de alteração, incidindo apenas nos níveis sonoros atuais e futuros. Acresce o facto de, em algumas situações elencadas, estarem previstas novas fontes sonoras sem que seja apresentada a respetiva previsão (mapa de ruído).

Face ao exposto, e não obstante o Relatório (Anexo 17) fazer referência ao documento da CCDR LVT “Diretrizes para a integração da componente acústica do ambiente nos processos de alteração

de PDM para adaptação ao RJGT” (março 2020), verifica-se que o mesmo não atende às diretrizes aí definidas, designadamente quanto ao conteúdo mínimo da fundamentação a apresentar.

Importa, assim, que cada proposta de alteração seja justificada com base nos extratos da “Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo” e da “Planta de Ordenamento- Zonamento Acústico”, referentes ao PDM em vigor e à proposta, analisando as consequências da alteração (de qualificação do solo e consequente classificação acústica) para o aumento ou redução das áreas de conflito acústico. Para o efeito, o relatório de fundamentação deverá contemplar, para cada polígono a alterar na “Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo”, e em resultado da alteração da classificação/qualificação do solo ou do seu regime, a seguinte informação:

- a classificação/qualificação do solo em vigor e a decorrente da alteração, bem como a respetiva fundamentação;
- o regime em vigor (usos dominantes e compatíveis) e o decorrente da alteração;
- a classificação de zonas em vigor (ao abrigo do artigo 6.º do RGR) e a decorrente da alteração, bem como a respetiva fundamentação;
- a atual conformidade do espaço com os valores limite de exposição e a previsão da conformidade da proposta tendo em conta a eventual alteração dos critérios de qualidade acústica.

Com a proposta de alteração de PDM, foi remetido um novo mapa de ruído municipal (datado de abril de 2020), que corresponde à atualização do mapa de ruído que acompanha o PDM em vigor. Corresponde ao ano 2019 e contempla, para além do recurso aos novos métodos de cálculo CNOSSOS (definidos pelo Decreto-Lei n.º 136-A/2019, de 6 de setembro, que alterou e republicou o Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho): novas vias rodoviárias, a atualização do tráfego das vias existentes (com introdução de parâmetros de crescimento de tráfego entre 2012 e 2019), emissões atualizadas referentes ao Aeródromo de Tires e ao Autódromo do Estoril e a atualização do conjunto das indústrias/instalações ruidosas do concelho. O mapa de ruído integra também uma avaliação prospetiva (“Situação Futura”) que integra novas vias já em projeto (Via Saloia, VLS, VLN, VOC e Circular Nascente a S. João e a S. Pedro Estoril, etc.).

Importa referir que o mapa de ruído constitui um instrumento de apoio à distribuição dos usos do solo e à demonstração da conformidade da proposta de ordenamento com o RGR (cf. artigos 6.º e 7.º do RGR), não havendo lugar à sua validação pela CCDR, quer no âmbito da revisão, quer no âmbito da alteração de PDM. Assim, e atendendo a que a presente avaliação deverá concluir pela manutenção, melhoria ou agravamento da situação acústica introduzida pela proposta de alteração do PDM, eventuais diferenças no mapa de ruído municipal deverão ser devidamente enquadradas na fundamentação das alterações propostas. Assim, a CMC deverá adotar a caracterização/previsão acústica mais atualizada para demonstrar a conformidade com o RGR da proposta de alteração, a qual constitui o âmbito da avaliação atual, devendo os mapas de conflitos (anexos ao estudo acústico) ter como base a classificação de zonas adotada (o que não acontece nesta versão).

Sem prejuízo do exigido no presente contexto, a CMC, no âmbito das suas atribuições, deverá ponderar e integrar todas as alterações ao mapa de ruído nos seus procedimentos (como no controlo prévio das operações urbanísticas) e nos seus instrumentos de gestão (como no Plano Municipal de Redução de Ruído). Tal impõe a necessidade de articulação da CMC com as entidades gestoras das fontes sonoras, com especial destaque para as Grandes Infraestruturas de Transporte, as quais possuem instrumentos próprios de gestão do ruído ambiente, elaborados ao abrigo Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho (na sua redação atual).

Reitera-se a sugestão, mencionada no parecer relativo ao RFCD, de que a CMC aproveite o procedimento de alteração do PDM para assegurar a conformidade com o RGR de zonas cuja desconformidade já foi identificada no processo de revisão ou que, entretanto, tenham sofrido um agravamento dos níveis sonoros que possa ser ultrapassado. Incluem-se nesta situação os conflitos acústicos verificados na envolvente das fontes sonoras, decorrentes da definição de requisitos de

qualidade acústica para todo o território municipal (questão reiteradamente mencionada pela CCDR no processo de revisão de PDM), que dificultarão a gestão do ruído ambiente (quer para a autarquia, quer para as entidades gestoras das fontes sonoras), o controlo prévio das operações urbanísticas e a elaboração/aprovação de PMOT de ordem inferior. Como forma de obviar esta situação, sugere-se que a atual subcategoria “Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas” seja delimitada com base em critérios de qualidade acústica (ou seja, coincidente com zonas onde os níveis sonoros estejam em incumprimento dos valores limite) e que não esteja associada uma zona mista ou sensível, o que contribuirá para o afastamento das fontes sonoras aos usos sensíveis, em linha com os objetivos da sua regulamentação - “existência de uma faixa non aedificandi, a revestir por uma cortina de vegetação adequada (...) atenuando o impacto da infraestrutura no território e no tecido [urbano] mais próximo, em particular na preservação da qualidade do ar e ruído, minimizando os possíveis impactes decorrentes das emissões poluentes e dos níveis sonoros produzidos pela exploração das infraestruturas” (artigos 51.º-A e 51.º-B, referentes ao Solo Rústico, e 92.º e 93.º referentes ao Solo Urbano, constantes da proposta de Regulamento). Esta é, de resto, a sugestão apresentada no estudo acústico, que menciona a necessidade de delimitação, à escala do PDM, de “corredores/áreas de proteção acústica” [esta denominação não tem enquadramento na qualificação do solo, como já referido] na envolvente do aeródromo e do autódromo, bem como das infraestruturas de transporte (como A5, A16, EN 9, Av. Marginal/EN6, Av. Bombeiros Voluntários, Via Longitudinal Norte (troço inicial), Av. Sintra, EN 6-7, EN 249-4 e EN 247-5 (Estrada de Manique)). Este estudo sugere, inclusivamente, a delimitação destas áreas com base nas isófonas de $L_{den} \approx 62/63$ dB(A) e $L_n \approx 52/53$ dB(A), com vista a “garantir margens de segurança adequadas, face às variações sazonais do tráfego e à imponderabilidade associada à emissão e propagação sonora das diversas fontes”.

3.1.6. Regulamento

No Relatório, como atrás se referiu, indicam-se as alterações introduzidas nas diversas peças do plano. Relativamente ao Regulamento é dito:

As alterações introduzidas no Regulamento do Plano, no contexto da presente proposta de Alteração do PDM-Cascais para Adequação ao RJIGT registam-se ao nível dos artigos 4.º, 5.º, 8.º, 9.º, 10.º, 12.º, 14.º, 17.º, 19.º, 20.º, 21.º, 23.º, 25.º, 32.º, 36.º, 40.º, 40.º-F, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 53.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 63.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 73.º, 75.º, 77.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 89.º, 92.º, 93.º, 94.º, 109.º, 114.º, 115.º, 116.º, 117.º, 118.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º, 125.º, 126.º, 127.º, 129.º e 131.º - e versam designadamente sobre os seguintes aspetos, melhor descritos e justificados no documento “Justificações das propostas de alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal para Adequação ao RJIGT” [Anexo 8]:

São aditados ao Regulamento do PDM-Cascais os artigos 27.º-A, 51.º-A, 51.º-B, 63.º-A, 63.º-B, 124.º-A, 126.º-A, 126.º-B, 126.º-C, 126.º-D, 126.º-E, 126.º-F, 126.º-G, 126.º-H, 126.º-I e 126.º-J.

São revogados as alíneas b), h), ff) e as subalíneas xi) e xii) da alínea cc) do artigo 5.º, os artigos 11.º, 13.º e 15.º, o n.º 2 do artigo 47.º, os artigos 54.º e 55.º, o n.º 2 do artigo 56.º, os n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 60.º, o artigo 62.º, a subalínea iii) da alínea c) do n.º 4 do artigo 63.º, o n.º 2 do artigo 67.º, as alíneas e) e g) do n.º 2 do artigo 70.º, os artigos 71.º, 72.º, 76.º, 78.º e 79.º, a alínea a) do artigo 82.º, os artigos 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º, 103.º, 104.º, 105.º, 106.º, 107.º, 108.º, 110.º, 111.º e 112.º, os n.ºs 2 e 3 do artigo 120.º e o n.º 8 do artigo 122.º do Regulamento do PDM-Cascais.

Considerando o já expresso na análise sobre a classificação e qualificação do solo e sobre as diversas áreas indicadas nas fichas, faz-se agora uma avaliação à proposta de Regulamento, tecendo apenas observações, em matérias de competência da CCDR-LVT, que se entendem deverem ser acauteladas no desenvolvimento da proposta. Não se tratará assim de uma análise exaustiva, competindo à CMC avaliar da sua coerência e devida articulação com todas as peças que constituem esta proposta.

O Regulamento vigente, que sofreu já diversas alterações e correções, organiza-se em 6 Títulos e contém 3 Anexos:

O 1.º Título - Disposições Gerais, integra os artigos 1.º a 5.º-A

Foi alterado o artigo 4.º - Programas, plano e outros instrumentos de gestão territorial, justificando com mera atualização das fontes normativas. Em coerência com as alterações introduzidas, haverá que atualizar também o diploma que publicou o PNPT vigente. Haverá também que melhorar a redação das alíneas relativas aos planos de âmbito municipal, porquanto deixaram de estar representados nas plantas. Para além disso questiona-se a manutenção da vigência de alguns, matéria que se entende merecer uma ponderação.

O 2.º Título - Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública integra os artigos 6.º e 7.º que não sofreram alterações

O 3.º Título - Sistemas de Proteção de Valores e Recursos integra os artigos 8.º ao 40.º

São alterados e revogados 3 artigos relativos à EEM, retirando disposições que se repetiam. Nada a objetar.

Este título inclui os artigos 18.º e 19.º, relativos ao Zonamento Acústico. Da sua análise será de referir:

O artigo 19.º do Regulamento do PDM publicado está em desconformidade com o RGR, pelo que importa a sua correção. Esta questão foi mencionada no parecer da CCDR, emitido no âmbito do artigo 78.º do RJIGT, e já mereceu um esclarecimento da CCDR LVT à CMC no âmbito de uma reclamação de ruído relativa a uma via do concelho, pelo que importa que fique clara no PDM.

Assim, no que respeita ao n.º 1 do artigo 19.º do Regulamento, a interdição ao licenciamento não pode ser restrita às zonas de conflito delimitadas no PDM. Para melhor fundamentar esta questão, transcreve-se o já transmitido pela CCDR “Quanto às Zonas de Conflito, considera-se que a sua referência e delimitação, respetivamente no Regulamento e na Planta de Ordenamento, só farão sentido se a estas zonas corresponder uma regulamentação mais exigente ou específica para além do previsto no art. 8º do RGR. Tal como consideradas na presente versão da proposta, e atendendo à abordagem utilizada, induzem em erro por associação dos conflitos identificados à proposta de ordenamento. Alerta-se para que a delimitação das zonas de conflito acústico no PDM não isenta a restante área da verificação da conformidade com o RGR no momento do controlo prévio das operações urbanísticas. (...). A aprovação de todas as operações urbanísticas deve seguir o disposto no art. 12º do RGR, devendo ser verificada”.

Considera a CCDR que a delimitação das zonas de conflito acústico no PDM constitui apenas uma primeira abordagem às áreas a sujeitar a Plano Municipal de Redução de Ruído (PMRR), uma vez que o mapa de ruído elaborado no âmbito do processo de revisão de PDM, com o objetivo de apoiar a distribuição dos usos do solo, representa apenas as fontes sonoras mais relevantes, tendo em conta as estratégias de planeamento e a escala de análise (cf. “Diretrizes para Elaboração de Mapas de Ruído Versão 3”, Agência Portuguesa do Ambiente, dezembro de 2011). A elaboração do PMRR e o controlo prévio das operações urbanísticas devem basear-se em estudos mais aprofundados que os do PDM, uma vez que a interdição ao licenciamento constante do n.º 6 do artigo 12º do RGR aplica-se a qualquer uso sensível localizado na envolvente de qualquer fonte sonora, em todo o território e sempre que se verifique violação dos valores limite. Assim, e tal como já referido, não se afigura correta a vinculação do plano a zonas de conflito, não só porque estas não estão diretamente associadas à ocupação do solo e não constituem uma condicionante legal, como também pelo facto de o PMRR ser um instrumento independente do PDM. Compete então à autarquia, no âmbito das suas competências, designadamente das decorrentes do artigo 8.º do RGR (elaboração de PMRR) e do artigo 12.º (controlo prévio das operações urbanísticas), assegurar em todo o território o cumprimento das disposições do RGR, independentemente da sua delimitação em PMOT.

O n.º 2 do artigo 19.º do Regulamento, que pretende transcrever o regime de exceção previsto no n.º 7 do artigo 12.º do RGR, está incorreto, porquanto alarga esta disposição a todos os “novos

recetores sensíveis em zonas urbanas consolidadas” quando a mesma se aplica exclusivamente aos novos edifícios habitacionais em áreas urbanas consolidadas.

No que respeita à alteração proposta ao artigo 19.º, que se concretiza no aditamento de um novo número - “3. Os procedimentos de controlo prévio relativos a operações urbanísticas em zonas de conflito são instruídos com estudo que demonstre o cumprimento das regras do Regulamento Geral do Ruído” - discorda -se da disposição apresentada. Desde logo, pelo já mencionado anteriormente no que concerne à necessidade de assegurar a conformidade com o RGR em todo o território municipal e não apenas nas zonas de conflito delimitadas no PDM. Por outro lado, e ainda que possa ser aceitável a inclusão de estudo acústico como elemento instrutório de demonstração da aptidão do espaço para o uso pretendido, tal não pode impor aos particulares (ainda que implicitamente) a responsabilidade da gestão do ruído ambiente exterior, ou seja, a responsabilidade da adoção de medidas de redução sonora em fontes sonoras externas ao seu projeto (as do projeto enquadram-se no disposto no artigo 13.º do RGR). Acresce o facto de esta gestão ter uma abrangência que excede largamente a localização de cada recetor sensível, razão pela qual está maioritariamente cometida às autarquias, as quais deverão proceder à integração desta componente nos procedimentos de planeamento, de controlo prévio das operações urbanísticas e de planeamento da redução da emissão sonora (elaboração de Planos Municipais de Redução de Ruído).

Face ao exposto, e atendendo a que o pretendido com o artigo 19.º se encontra definido no artigo 12.º do RGR, o qual foi deficientemente transcrito para o Regulamento, considera-se que este artigo deverá ser eliminado. É também redundante com a legislação aplicável.

Importa, contudo, que seja dada sequência à sugestão da CCDR LVT, emitida no parecer relativo ao âmbito e alcance da avaliação ambiental, de delimitação das zonas urbanas consolidadas para efeitos de aplicação do n.º 7 do artigo 12.º do RGR.

O Título IV - Do Uso de Solo, integra os artigos 41.º a 124.º - A

O artigo 41.º, relativo à classificação do solo foi já objeto de observações na análise sobre esse tema.

O artigo 43.º indica as categorias e subcategorias de solo rústico, carecendo de alteração face ao disposto no DR 15/2015 sobre os Espaços Naturais e Paisagísticos. Esta alteração terá implicações noutras disposições (45.º a 51.º-A).

Os artigos 56.º e 57.º, dedicados a Espaço de Equipamento em solo rústico, foram alterados justificando com o facto de esta categoria de espaço não se circunscrever ao Autódromo. Ficam assim duas disposições sendo a 1.ª a caracterização “...corresponde a áreas ocupadas por equipamentos ...” e a 2.ª sobre o regime de uso do solo e edificabilidade, onde apenas se refere a compatibilidade de uso. Tratando-se de solo rústico, parece que deveria indicar um parâmetro sobre ocupação ou impermeabilização do solo. Na legenda da Planta de C & Q a designação desta categoria não está de acordo com o Regulamento.

O artigo 60.º, relativo a qualificação de solo urbano foi alterado, mas carece de correção por, como atrás se referiu, nem todas as categorias de solo terem enquadramento do DR 15/2015. Esta correção implicará com outras disposições, em particular as relativas a Espaço Estratégico, bem como a necessária ponderação sobre a supressão da subcategoria de Residencial Histórico. Sugeriu-se também a clara distinção entre categoria e subcategoria e a devida coerência com a legenda da Planta de C & Q do solo, acautelando também a sua designação.

Verifica-se que a Secção relativa a Espaço Verde de Proteção a Infraestruturas integra agora um novo artigo (94.º) dedicado a Servidões rodoviárias *non aedificandi*. A CMC justifica referindo ser a recuperação de norma do PDM de 1997 em função da eliminação da figura do espaço canal, enquanto categoria de espaço. Nesta sequência propõe-se a revogação dos artigos 107.º e 108.º dedicados a Espaço Canal. Ora, como atrás se mencionou, o espaço canal existe, tal como estipulado no artigo 14.º do DR 15/2015, só que não constitui uma categoria autónoma, sendo

qualificado nas diversas categorias de solo. Entende-se assim que as disposições sobre o espaço canal são agora mais necessárias, identificando as infraestruturas e áreas complementares, ainda que não cartografadas.

O Título 5 - Programação da execução do plano integra os artigos 125.º a 131.

Verifica-se que o artigo 126.º, relativo a UOPG e SUBUOPG, foi agora desdobrado em 10 (126.º-A a 126.º-J) dedicando um artigo a cada UOPG.

Artigo 126.º-A - UOPG 1 - Não se registam alterações

Artigo 126.º-B UOPG 2 - Criam-se 6 novas SUBUOPG, sendo que sobre estas foram já tecidas observações na análise das fichas relativas à Extinção do Solo Urbanizável, que devem ser acauteladas, com as respetivas implicações neste artigo.

Artigo 126.º-C UOPG 3 - Não se registam alterações

Artigo 126.º-D UOPG 4 - Nesta UOPG são criadas 3 SUBUOPG, sobre as quais são tecidas observações na análise das fichas relativas à Extinção do Solo Urbanizável, que devem acauteladas, com as respetivas implicações neste artigo.

Artigo 126.º-E UOPG 5 - Nesta UOPG é criada uma SUBUOPG correspondendo a uma área com PP vigente. Sobre este tipo de SUBUOPG foram tecidas diversas observações na análise feita às fichas respetivas, neste caso a ID 601, questionando-se a necessidade de delimitação e manutenção do PP que parece estar já executado. A manter o plano e a SUBUOPG, esta disposição carece de ser completada.

Artigo 126.º-F - UOPG 6 - Nesta UOPG é alterada a SUBUOPG 6.1 - Birre/Areia, sobre a qual se teceram observações na análise da ficha respetiva, e é criada uma SUBUOPG 6.3 relativa a um PP vigente, sobre a qual se colocaram diversas questões, matérias que deverão ser atendidas no desenvolvimento da proposta.

Artigo 126.º-G - UOPG 7 - Nesta UOPG são agora criadas 7 SUBUOPG. Destas 6 são relativas a PP vigentes, sobre as quais, como se referiu atrás, se suscitam dúvidas sobre a sua manutenção. A SUBUOPG 7.11 é relativa à área envolvente do antigo Hospital de Cascais. Esta SUBUOPG é caracterizada referindo ser necessária a intervenção no quarteirão e estipulando parâmetros para os projetos a desenvolver. Ainda que se considere defensável a intervenção, parece-nos que a descrição e a regulamentação para as edificações não justificam a delimitação de uma SUBUOPG.

Artigo 126.º-H - UOPG 8 - Não se registam alterações

Artigo 126.º-I - UOPG 9 - Nesta UOPG são criadas 7 SUBUOPG, sendo 5 relativas a áreas abrangidas por PP vigentes, a 9.6 denominada Bairro das Faceiras e a 9.7 designada Conceição da Abóbada. Esta última foi analisada na avaliação sobre a extinção do Espaço Urbanizável, tendo-se considerado poder ser aceite. A 9.6 é relativa a um bairro construído em terrenos do IRHU que necessita de regeneração e revitalizam, sendo proposta um aumento de edificabilidade e a sua execução através de operações urbanísticas. Também esta SUBUOPG, ainda que se verifique a necessidade da intervenção no bairro, parece-nos que a descrição e a regulamentação para as edificações não justificam a sua delimitação. Também sobre as 5 SUBUOPG relativas aos PP vigentes se suscitam dúvidas sobre a sua delimitação, pelos motivos atrás expressos, carecendo a disposição de ser completada.

Artigo 126.º-J - UOPG 10 - Nesta UOPG são criadas 3 SUBUOPG, todas relativas a PP vigentes, sobre as quais se suscitam dúvidas, como foi já referido para situações semelhantes.

De registar que não se deteta qualquer alteração nos artigos relativos à execução do plano, designadamente sobre os sistemas e os instrumentos, tal como estipulado no atual RJIGT.

O Título 6 - Disposições finais integra os artigos 132.º a 136.º que não sofreram quaisquer alterações

3.2. Conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes

Na análise feita à Proposta de alteração apresentada verifica-se que são poucas as interferências com SARUP, tratando-se de acertos pontuais ou meras atualizações (rede natura 2000, ZIBA, servidão das águas do Estoril e património cultural). Estas alterações ficarão sujeitas ao parecer das entidades com as devidas competências.

Relativamente à EEM são também promovidas algumas alterações, que parecem não ser significativas relativamente à delimitação do PDM publicado em 2015. Contudo, como se referiu, será necessário juntar à Proposta a Planta de Ordenamento respetiva.

De todo o modo, da leitura do Relatório e peças do plano disponibilizadas, poderá afirmar-se que as alterações introduzidas não interferem com o modelo de organização espacial do território, mantendo-se assim a compatibilidade com o PROTAML.

De observar que no Relatório e algumas disposições da proposta de Regulamento detetam-se preocupações de acautelar estratégias e respeitar orientações que contribuem para a territorialização do atual PNPT.

Neste contexto, não se deteta qualquer incompatibilidade da proposta de alteração do PDM com os programas e planos supramunicipais existentes, matéria que carece também da análise de outras entidades convidadas a pronunciarem-se.

3.3. Análise sobre o relatório ambiental (RA)

A CCDR em novembro de 2019 pronunciou-se, no âmbito das suas competências sobre a definição do âmbito e do alcance da Avaliação Ambiental.

Na ocasião alertou-se para o facto de o Relatório apresentado se limitar à alteração do PDM para adequação ao RJIGT, quando os termos de referência da proposta contemplavam uma série de outras alterações.

Sobre esta questão o RA informa: *Conforme mencionado, por motivos de orientação política do executivo municipal de Cascais, o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão foi simplificado, estando essa simplificação apresentada neste RA. Esta simplificação vem responder a alguns aspetos mencionados nos pareceres emitidos pelas entidades consultadas, em particular o parecer da CCDR-LVT (novembro, 2019) que entendeu que, face ao objeto de avaliação definido no RFCD, o conteúdo do quadro de avaliação apresentado extravasava o âmbito da alteração do PDM Cascais para adequação ao NRJIGT. Por esse motivo, a AAE apresenta um foco limitado às alterações Alteração do Plano Diretor Municipal de Cascais propostas para os territórios classificados no PDM Cascais 2015 como urbanizáveis, uma vez que a CMC considerou que as alterações de todas as outras classes de uso do solo, além das urbanizáveis, são muito pontuais e não têm orientação estratégica sujeita AAE.*

O Relatório Ambiental agora apresentado estrutura-se do seguinte modo:

- Introdução (Capítulo 1),
- Objetivo e Metodologia da AAE (Capítulo 2),
- Quadro de Avaliação Estratégica (Capítulo 3),
- Quadro Institucional de Governança (Capítulo 4),
- Avaliação (Capítulo 5) e
- Conclusões e Recomendações (Capítulo 6).

Em Anexo encontra-se a Lista de Entidades Relevantes para Consulta (Anexo I), o Quadro Institucional de Governança com Respetivas Responsabilidades e Competências (Anexo II), as Orientações e Metas do QRE (Anexo III) e a Sistematização dos Fatores de Contexto (Anexo IV).

Considerando que apenas se avaliam os territórios classificados no PDM Cascais 2015 como urbanizáveis, considera-se agora um único Eixo Estratégico: EE1 - Requalificação Territorial (Qualificação do solo rústico + Qualificação do solo urbano + Sustentabilidade económica) e um único fator crítico para a decisão FCD1 Classificação do Solo, sendo definidos 4 Fatores de contexto: FC#1 Estrutura Ecológica Municipal; FC#2 Vulnerabilidade aos Riscos; FC#3 Adaptação às Alterações Climáticas; FC#4 Riscos de Poluição.

Relativamente ao Quadro de Referência Estratégico será de registar que não foram atendidas as sugestões da CCDR, sendo que o QRE apresentado não contempla o PROTAML, nem o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas.

Contudo este RA tem uma avaliação muito detalhada à proposta da CMC. Cada um dos 16 espaços urbanizáveis do PDM 2015 está claramente descrito (texto e imagens), sendo feita uma avaliação em diversos âmbitos sobre a pretensão municipal para cada uma das áreas.

Esta avaliação ambiental, ainda que nem sempre coincidente com a análise feita por esta CCDR, no âmbito das suas competências, será um forte suporte à CMC no desenvolvimento da proposta, em particular na ponderação e definição dos regimes de uso e ocupação do solo para cada uma das áreas.

Coincidente com a posição desta CCDR será a relativa ao programa de execução e plano de financiamento, referindo-se na conclusão deste RA: *“Destaca-se que um dos eixos estratégicos da avaliação das propostas de classificação é a sustentabilidade económica. A informação que suporta este tema é o estudo “Modelo de Avaliação da Sustentabilidade Económica e Financeira do Solo e do Ordenamento do Território”. Porém, uma vez que o estudo não apresenta um modelo, nem resultados de uma avaliação, indicando apenas potenciais fontes de financiamento, é inconclusivo para efeitos da AAE e, por isso, não foi possível considerar a sustentabilidade financeira da programação nas zonas em análise na AAE.”*

No âmbito das competências da CCDR será ainda de registar que o Fator de Contexto (FC), “Riscos de Poluição” inclui o Ruído. Os FC têm como objetivo avaliar o modo como a alteração do PDM considera as questões ambientais e de sustentabilidade na nova classificação do solo.

O RA não define objetivos nem indicadores de sustentabilidade para o critério Ruído, sendo a avaliação apresentada uma mera constatação da situação acústica atual de cada polígono objeto de reclassificação. Tal evidencia que a componente acústica não foi considerada na elaboração da proposta de alteração, apesar de no RFCD ter sido afirmado que este critério constituía uma das principais debilidades estratégicas do PDMC, com particular relevância junto às vias rodoviárias e ao aeródromo.

A avaliação dos riscos ao nível do ruído, integrada na avaliação dos “Riscos de Poluição”, identifica o grau de “perturbação sonora” para cada reclassificação do solo urbanizável. Esta é mais limitada que a avaliação apresentada no Anexo 17 do Relatório, enfermando ainda das insuficiências acima descritas relativamente à fundamentação da conformidade com o RGR da proposta de alteração de PDM.

Por último entende-se que a definição do “Quadro Institucional de Governança” é vaga, e parece não abranger todas as entidades gestoras das fontes sonoras, ao contrário do indicado no parecer da CCDR relativo à delimitação do âmbito e do alcance da Avaliação Ambiental.

De registar também o expresso no início do último capítulo deste RA: *No entanto, a AAE teve um processo atípico, por um lado por ser aplicada a um processo de Alteração do PDM para Adequação ao NRJIGT, que configura alterações muito pontuais, muitas das quais sem carácter estratégico, e mesmo sem grande relevância de impactos ambientais, o que exigia uma adaptação da metodologia usual.*

Efetivamente na avaliação da Proposta, que contempla não só os espaços urbanizáveis, a CCDR constatou estar perante uma alteração a um plano, que deve ser estratégico, mas que era constituída por um somatório de situações isoladas, no espaço e no tema. Tendo esta avaliação

ambiental o foco nos ditos “espaços urbanizáveis”, lamentavelmente não constitui uma avaliação ambiental estratégica.

Em síntese, considerando o foco desta avaliação ambiental, considera-se estar muito bem estruturada e detalhadamente analisada cada uma das situações nas fichas apresentadas, sem prejuízo do referido sobre o ruído.

Constatando a necessidade de retificações na proposta de alteração ao PDM apresentada, considera-se que a próxima etapa do desenvolvimento deste procedimento deverá continuar a ser acompanhada de perto pela avaliação ambiental.

4. CONCLUSÃO

Da análise feita a esta Proposta de Alteração ao PDM de Cascais, designada por adequação ao RJGT, mas que incorporou muitas outras alterações, verificou-se que carece de ser melhorada em particular nas questões que se referem à classificação e qualificação do solo.

De destacar que não foi corretamente feita uma avaliação sobre o respeito pelos critérios do artigo 7.º do DR 15/2015 e a caracterização e designação de diversas categorias e subcategorias de solo propostas não estão de acordo com o disposto naquele diploma.

Será de registar que a quantidade e a diversidade de alterações pretendidas neste procedimento, expressas em inúmeras fichas, organizadas pelos diversos temas, com numerações diversas e poucas remissões, acabam por se constituir como situações isoladas, não facilitando uma perceção integrada da pretensão municipal.

Tecem-se observações e suscitam-se dúvidas sobre diversas opções da CMC neste procedimento, que se entendem dever ser acauteladas e clarificadas no desenvolvimento da proposta.

Em reunião de acompanhamento realizada, no dia 16 de outubro, esta CCDR mencionou já à CMC o facto de a **proposta ainda não estar em condições de merecer parecer favorável**, por não acautelar disposições aplicáveis.

Neste contexto, será de referir que a CCDR-LVT estará disponível para acompanhar a necessária retificação da proposta, a levar a discussão pública, bem como para a fase de concertação, caso a CMC o pretenda.

Por último, no desenvolvimento desta proposta de alteração ao PDM a CMC deverá também acautelar as apreciações das outras entidades consultadas, emitidas no prazo solicitado e no âmbito das suas competências.

DSOT|DOT
16NOV2020



Assunto : PDM - Plano Diretor Municipal de Cascais - alteração /convocatória para Conferência Procedimental na CCDRLVT – Cascais.

Requerente : CCDRLVT

Local : Cascais

Servidão

Administrativa :

Inf. n.º: S-2020/538457 (C.S:1472966)

N.º Proc.: DRL-DS/2002/11-05/8736/PDM/497 (C.S:211677)

Cód. Manual

Data Ent. Proc.: 22/10/2020

Subdiretor-Geral João Carlos dos Santos a 16/11/2020

Aprovo nos termos propostos.

Diretora do DBC Maria Catarina Coelho a 16/11/2020

Concordo nos termos propostos. À Consideração Superior.

Chefe de Divisão da DSPA Carlos Bessa a 13/11/2020

Concordo. Proponho a Aprovação da presente alteração do PDM Condicionada nos termos do ponto 5.2. do parecer, reiterando a necessidade de emissão de parecer prévio e vinculativo por parte da entidade com a tutela sobre o Património Cultural relativamente à intervenções inseridas em Servidão Administrativa do Património Cultural; Áreas Classificadas e respetivas Zonas de Proteção. À Consideração Superior.

INFORMAÇÃO n.º 1897/DSPA/2020

data: 13.11.2020

Processo n.º: DRL-DS/2002/11-05/8736/PDM/497

Cs Proc: 211677

RJUE:

Assunto: Alteração do Plano Director Municipal de Cascais para Adequação ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Conferência Procedimental.



ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
- Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, orgânica da Direção-Geral do Património Cultural.
- Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, orgânica das Direções Regionais de Cultura.
- Portaria n.º 223/2012 de 24 de julho, que estabelece a Estrutura Nuclear da Direção-Geral do Património Cultural, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 263/2019, publicada no Diário da República n.º 162, I.ª Série, de 26 de agosto de 2019.
- Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.
- Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho, que harmoniza a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático com a aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de Novembro que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.
- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro e pelo decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de março.
- Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhe são aplicáveis.
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, estabelecidas pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

PARECER TÉCNICO

1. A presente apreciação recai sobre a proposta de alteração ao Plano Director Municipal de Cascais, para adequação ao Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (NRJIGT). Referências PCGT_ID 94_PDM_Cascais_Alteração; entrada DGPC n.º 12570, cs: 1467265).

A DGPC é convocada como ERAE (entidade com Responsabilidades Ambientais Específicas) e como ERIPI (Entidade Representativa de Interesses Públicos).

2. O processo regista os seguintes antecedentes:

(a) 26.03.2013 – Despacho de aprovação condicionada, à proposta de revisão do PDM de Cascais, conforme despacho exarado nos termos da informação técnica n.º 704/DSPAA/2013 (csp: 854331).

(b) 23.12.2014 – Despacho, do Sr. Director-Geral da DGPC, determinando oficial a IGF, a CCDR-LVT e CMC, sobre o teor do parecer do gabinete jurídico da DGPC (informação n.º 125/DGPC/GJ/2014, cs: 989001), emitido sobre a proposta de «*Revisão do PDM de Cascais - Alterações, de iniciativa municipal, ao Ordenamento da proposta de fevereiro de 2013*».

(c) 23.12.2014 – Despacho, do Sr. Director-Geral da DGPC, determinando oficial a IGF, a CCDR-LVT e CMC, sobre o teor do parecer do gabinete jurídico da DGPC (informação n.º 125/DGPC/GJ/2014, CS 989001), emitido sobre a proposta de «*Revisão do PDM de Cascais - Alterações, de iniciativa municipal, ao Ordenamento da proposta de fevereiro de 2013*»;

(d) 11.02.2020 – Despacho de concordância para oficial em conformidade, exarado na informação n.º 263/DSPA/2020, emitida no âmbito de «*Alteração do Plano Director Municipal de Cascais para Adequação ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental*», a que se refere o ofício da CM de Cascais com entrada em 10-01-2020 (n.º 0000735);

(e) 28.02.2020 – Despacho de concordância para oficial em conformidade, exarado na informação n.º 408/DSPA/2020, emitida no âmbito de «*Apreciação da proposta de alteração do artigo 126.º do Regulamento do PDM de Cascais*», a que se refere a «*PCGT 223 – PDM Cascais – Alteração – Convocatória para conferência Procedimental*» (entrada de 06-02-2020 n.º 00002370, CS1416510).

3. Para a presente apreciação foram considerados os seguintes elementos:

- a. Relatório Ambiental. Junho de 2020.
- b. Relatório do Plano. Setembro de 2020.
- c. Regulamento. Setembro de 2020.
- d. Peças Desenhadas: Planta de Ordenamento. Património Cultural. Setembro de 2020. N.º 01.04; Planta de Condicionantes. Património Cultural. Setembro de 2020. N.º 02.04.

4. Avaliação Ambiental estratégica (AAE).

(a) Nos termos da alínea *a*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que estabelece o Regime Jurídico da Avaliação Ambiental, se entende por «*Avaliação ambiental*» a *identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um*



m/s
F

procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final;

(b) Nos termos da alínea g) do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, publicado no Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14 que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, o património arquitetónico, arqueológico e paisagístico são considerados recursos territoriais, devendo os programas e os planos territoriais estabelecerem as medidas indispensáveis à respectiva proteção e valorização, conforme o disposto no artigo 17.º do mesmo diploma legal;

O procedimento de Avaliação Ambiental deverá portanto identificar o património cultural existente na área da proposta, sendo expectável que o Relatório Ambiental (RA) descreva e avalie correctamente os efeitos resultantes da respectiva aplicação.

Nos termos do NRJIGT, instituiu-se um novo sistema de classificação de solo, sendo consideradas as categorias de solo urbano e solo rústico.

A anterior categoria de solo urbanizável é eliminada, sendo substituída pela categoria de solo rústico, excepto nos casos: de terrenos que tenham um projecto licenciado no âmbito do PDM em vigor; de áreas que se apresentem total ou parcialmente infraestruturadas; da existência de uma programação urbanística que contemple a fixação dos encargos urbanísticos das operações, apresente o respectivo prazo de execução e demonstre a sustentabilidade económica e financeira da alteração, de solo rústico para solo urbano.

Considera-se como solo urbano os terrenos parcialmente urbanizados ou edificados e, como tal, reconhecidos no PDM.

De acordo com o RA, a presente AAE incidiu especificamente sobre a proposta de alteração dos territórios classificados no PDM como urbanizáveis, uma vez que «(...) a CMC considerou que as alterações de todas as outras classes de uso de solo, além das urbanizáveis, são muito pontuais e não têm orientação estratégica sujeita a AAE.» (cf. p. 11).

A proposta contempla então a reclassificação de doze áreas consideradas urbanizáveis no PDM em vigor, cuja identificação e caracterização é apresentada no RA da seguinte forma:

(a) Zona A-ID 101-UOPG 6: Localizada em Birre. Pretende-se a alteração para solo urbano. Prevê-se a criação de um parque urbano.

(b) Zona B. É constituída por dois terrenos: ID 102.a, localizado nas imediações do hospital e designado no RA como Cabreiro/Hospital e o ID 102.b, localizado na povoação de Cabreiro. UOPG 2. Pretende-se a alteração para solo urbano. Prevê-se a criação de um parque urbano na zona qualificada como RAN, construção de equipamentos colectivos e infraestruturas a ligar à rede existente.

(c) Zona C. É constituída por dois terrenos: ID 103.a, localizado na Cruz da Pôpa e o ID 103.b, designado no RA como "remate ponte de Alcabideche". UOPG 2. Pretende-se a alteração para solo urbano. Prevê-se a promoção de empreendimentos do sector terciário.

nyj


(d) Zona D- ID 104-UOPG 2: localizado no Centro de Convenções de Alcabideche. Pretende-se a alteração para solo urbano. Prevê-se a promoção de empreendimentos do sector terciário, turístico e a instalação de equipamentos colectivos.

(e) Zona E – ID 105-UOPG 2: localizado no Parque Urbano da Adroana. Pretende-se a alteração para solo urbano. Prevê-se a criação de espaços verdes de recreio e produção.

(f) Zona F- ID 106-UOPG 2: localizado junto ao estabelecimento prisional do Linhó. Pretende-se a alteração para solo rústico.

(g) Zona G - É constituída por dois terrenos: ID 107.a, designado no RA como “futuro Eco Parque Empresarial e Logístico de Trajouce” e o ID 107.b, localizado em Trajouce. UOPG 4. Pretende-se a alteração para solo urbano. Prevê-se a promoção de empreendimentos industriais.

(h) Zona H - É constituída por dois terrenos: ID 108.a, localizado em Trajouce e o ID 108.b, localizado na Conceição da Abóboda. UOPG 4. Pretende-se a alteração para solo urbano. Prevê-se a promoção de instalação de actividades económicas.

(i) Zona I - ID 109-UOPG 4: localizado em Talaíde. Pretende-se a alteração para solo rústico.

(j) Zona J - ID 110-UOPG 10: localizado em Carcavelos. Pretende-se a alteração para solo urbano. Prevê-se a instalação de equipamentos, hotelaria e serviços.

(k) Zona X16 – ID 112-UOPG 7: localizado na envolvente da Estalagem Pica-Pau, no Estoril. Pretende-se a alteração para solo urbano.

(l) Zona X18 – ID 111-UOPG 10: localizado junto ao Campus de Carcavelos Nova SBE. Pretende-se a alteração para solo urbano. Prevê-se continuação das intervenções.

Da leitura do RA acima referenciado, constata-se que o património cultural não foi considerado um dos factores ambientais (FA) no âmbito da AAE.

Todavia, não só a alteração correspondente à Zona D- ID 104-UOPG 2 coincidirá com uma servidão administrativa instituída por património cultural (*Cemitério visigótico de Alcoitão*, classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 67/97, publicado no Diário da República, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997), como nas proximidades imediatas das Zonas A, B, C, G, H, I, J, X16 e X18 a Planta de Ordenamento do PDM – Património Cultural, em vigor referencia sítios arqueológicos.

Remetendo para o parecer emitido pela DGPC sobre a definição de âmbito (referido na alínea (d) do ponto 2 da presente apreciação), parece-nos que nos casos de alteração da classificação para solo urbano, o RA deveria ter identificado a presença de Património Cultural classificado e em vias de classificação, e deveria ter avaliado os impactos sobre potenciais bens arqueológicos, decorrentes da execução programática da proposta, equacionando a definição de medidas de salvaguarda/protecção adequadas.

Do exposto, considera-se ser de emitir parecer desfavorável à AAE.

5. Proposta de alterações ao plano.

5.1. Relatório do Plano

Às alterações discriminadas no RA, acrescem ainda um conjunto alargado de outras, referenciadas no relatório do plano. São criadas novas Sub-UOPG, «*tendo como contextos territoriais, conteúdos*



programáticos e parâmetros específicos, os constantes dos artigos 126.º - A a 126.º - J» do Regulamento. São criadas as seguintes Sub-UOPG:

a) Total de 16 novas Sub-UOPG «resultantes da opção de extinguir a categoria operativa de “Plano Municipal de Ordenamento do Território em vigor” e atribuir qualificação às áreas reguladas por Plano de Pormenor eficaz»: Sub-UOPG 5.1, 6.3, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 7.10, 9.1., 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 10.1, 10.2 e 10.3;

b) Total de 13 novas Sub-UOPG «resultantes da opção de planeamento do Município»: Sub UOPG 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 4.1, 4.2, 4.3, 6.1, 7.11, 9.6 e 9.7.

Entre estas últimas, regista-se que a Sub UOPG 2.9 «Centro de Convenções de Alcabideche», ID 104, a com novo Artigo 126.º-C no Regulamento, abrange o Cemitério visigótico de Alcoitão, classificado como IIP - imóvel de interesse público, por Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997, e a respetiva Zona Geral de Proteção. Contudo, a presença do Imóvel classificado não é referida, quer na ficha da Sub UOPG quer no referido artigo do Regulamento.

5.2. Regulamento e peças desenhadas

Constata-se que as alterações introduzidas não colidem com as disposições do PDM em vigor aprovado no âmbito do parecer emitido em 2013, designadamente no que concerne ao articulado do regulamento do PDM que especifica a necessidade de emissão de parecer prévio por parte da administração do património cultural competente, quanto às intervenções abrangidas por servidão administrativa do Património Cultural no concelho¹. Na legenda da cartografia referente ao Património Cultural onde consta Zona de Proteção deverá constar Zona Geral de Proteção.

Constata-se ainda que se mantêm as disposições em matéria de salvaguarda do património arqueológico do PDM em vigor, aprovado no âmbito do parecer emitido pela DGPC em 2013. Todavia, remetendo para o exposto no ponto 4 da presente apreciação parece-nos que a proposta carece de uma disposição que determine a realização de trabalhos arqueológicos destinados à caracterização da situação de referência, para efeitos de definição e fundamentação de eventuais medidas de salvaguarda do património arqueológico.

¹ Artigo 7.º - Regime (TÍTULO II - Servidões administrativas e restrições de utilidade pública).

«1 - Nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública aplicam -se os respetivos regimes jurídicos, que prevalecem sobre o regime de uso do solo aplicável por força do PDM–Cascais.

2 - As servidões administrativas e restrições de utilidade pública regem -se pela legislação específica aplicável, prevalecendo, em caso de incompatibilidade, sobre as regras previstas para o uso do solo nas áreas por elas abrangidas, independentemente da sua não representação gráfica na Planta de Condicionantes».

Artigo 30.º- Regime (TÍTULO III - Sistemas de proteção de valores e recursos, CAPÍTULO II - Valores culturais)

«1 - As intervenções admitidas e as medidas de proteção aos imóveis classificados e em vias de classificação e respetivas zonas gerais e especiais de proteção são as decorrentes da legislação em vigor sobre esta matéria.

2 — As intervenções ou obras a realizar em imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como as alterações ao uso suscetíveis de os afetar, no todo ou em parte, carecem de prévia autorização expressa e acompanhamento por parte do órgão da administração legalmente competente.

3 — Os pedidos de informação prévia ou os procedimentos de controlo prévio para obras de reconstrução, ampliação, alteração e conservação a incidir sobre imóveis classificados ou em vias de classificação são obrigatoriamente instruídos com um relatório prévio, elaborado nos termos dos artigos 14.º e 15.º do Decreto -Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.

4 — Nas zonas de proteção dos bens imóveis classificados ou em vias de classificação todas as operações urbanísticas (com exceção das obras de alteração no interior dos imóveis) ou trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos, a altura das fachadas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios, carecem de prévio parecer favorável do órgão legalmente competente.»



REPÚBLICA
PORTUGUESA

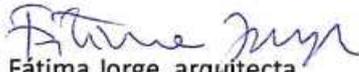
CULTURA

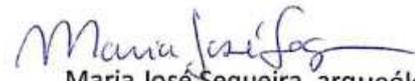
**PATRIMÓNIO
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

6. Do exposto, propõe-se a emissão de parecer favorável, condicionado à inclusão no regulamento da disposição referida no ponto 5.2 supra.

À consideração superior.


Fátima Jorge, arquitecta


Maria José Sequeira, arqueóloga



1

2

3

4

5

6

7

8

9

10





1

2

3

4

5

6

7



1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100





10

11

12

13

14

15

16



1

1

1

12

1

11

1

111

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

11

1

1

1

1

1

1

1

1

1

1

11

1

1

1

1

1

1

1

11

1

1

1

1

1

1

11

1

1

1

1

1

1

1

1

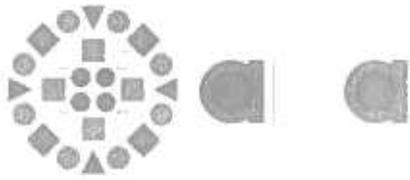
1

1

1

1





1 1

1
1
1

1 1

1
1

1 1

1

1

1
1
1

1

1

1

1

1

1

4

1
1
1
1
1
1

1
1

1

1

1

1

1

1

1

1

Exma. Senhora Presidente da
CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Rua Alexandre Herculano, nº 37

1250 - 009 Lisboa

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

OF. 47601/2020/DRCNF-LVT/DRCNB/DOT

17-11-2020

ASSUNTO

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CASCAIS PARA ADEQUAÇÃO AO NOVO
REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (RJGT)

PLATAFORMA COLABORATIVA DE GESTÃO TERRITORIAL (PCGT) – ID 94

PROPONENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

NOSSA ENTRADA 94371/2020

Ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF,IP), através da PCGT, foi remetida convocatória nos termos do artigo 86.º do Decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio, na redação em vigor (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJGT) para participação na conferência procedimental, destinada à emissão do parecer final relativo à Proposta de Alteração do Plano Diretor Municipal de Cascais para Adequação ao RJGT. As circunstâncias excecionais determinadas pela prevenção e mitigação do COVID-19 levou ao impedimento da convocatória (ou realização) da conferência procedimental, pelo que vimos por este meio, e conforme solicitado, remeter a posição do ICNF,IP, face às competências que lhe estão adstritas nos termos do Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março.

1. Objeto do parecer

É apresentado para emissão de parecer a proposta de alteração do Plano Diretor Municipal de Cascais ¹ para adequação ao RJGT (a denominar por alteração do PDM Cascais), ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 115.º, n.º2, alínea c), 118.º e 119º do RJGT, conforme estabelecido no Aviso n.º 8641/2018, no *Diário da República*, 2ª série, n.º 120, de 25 de junho de 2018, o qual, também prevê que a Câmara Municipal de Cascais, deliberou estabelecer um período de

¹ O Plano Diretor Municipal de Cascais, na versão que integra a sua primeira revisão, foi publicado através do Aviso n.º 7212 -B/2015 no *Diário da República*, 2ª série, n.º 124 – 1.º suplemento, de 29 de Junho, o qual foi alvo da 1.ª Alteração por Adaptação, publicada através do Aviso n.º 3234/2017, no *Diário da República*, 2ª série, n.º 62, de 28 de março de 2017 e da Correção Material, publicada através do Aviso n.º 6459/2017, no *Diário da República*, 2ª série, n.º 110, de 7 de junho de 2017, bem como da 2.ª Alteração por Adaptação, publicada através do Aviso n.º 13041/2019, no *Diário da República*, 2ª série, n.º 156, de 16 de agosto de 2019 e, ainda da 3.ª Alteração, Pontual, publicada através do Aviso n.º 12064/2020, no *Diário da República*, 2ª série, n.º 161, de 19 de agosto de 2020.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Departamento de Conservação da Natureza e Florestal Lisboa e Vale do
Tejo Quinta dos Plátanos - Av. Barão Almeida Santos, nº 10 - 12 2710- 525
Sintra
Apartado 25 EC Sintra
2711-901 SINTRA

TEL + 351 21 924 72 00 FAX + 351 21 924 72 27

E-MAIL: pns@icnf.pt

www.icnf.pt



participação preventiva “para a formulação de observações e sugestões por escrito de todos os interessados, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas” no âmbito do processo em apreço.

Segundo o Relatório, o procedimento de alteração do PDM Cascais, para além dos eixos, objetivos gerais e territoriais, em concordância com os Termos de Referência, deve prosseguir os seguintes objetivos específicos: (i) adequação ao novo RJIGT; ii) conformidade com as novas dinâmicas do quadro económico, social, cultural e ambiental com expressão territorial no concelho; iii) atualização das disposições vinculativas dos particulares, contidas nos regulamentos e nas plantas que os representem; iv) conformidade com o POC-ACE; v) elaboração de um Plano de sustentabilidade urbanística e constituição de um Fundo de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística e, vi) avaliação e identificação de situações incongruentes detetadas no decurso da monitorização da execução do PDM-Cascais, desde 2015, e realização de ajustes nas opções de planeamento resultantes da adaptação da Estratégia Municipal ao novo quadro legal e setorial.

1.2. Antecedente

No âmbito do processo de alteração do PDM Cascais para adequação ao RJIGT, num primeiro momento, foi enviado para pronúncia o respetivo Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), enquadrado no procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), nos termos do RJIGT, conjugado com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, na redação vigente, ao qual este Instituto emitiu parecer (contemplando a apreciação do RFCD e a identificação do enquadramento legal com maior relevância a atender na proposta de alteração), através do ofício nº 8746/2020/ DRCNF-LVT/DRCNB/DOT remetido à Câmara Municipal de Cascais.

2. Enquadramento legal

Conforme disposto no ofício 8746/2020/DRCNF-LVT/DRCNB/DOT, atendendo à missão do ICNF,IP, que integra funções de autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade e de autoridade florestal nacional, nos termos do Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, é de observar que a proposta de Alteração do PDM de Cascais deve garantir o cumprimento e articulação das políticas de conservação da natureza, biodiversidade e das florestas.

Assim, no âmbito das Áreas Classificadas e de áreas de conectividade ecológica, identificam-se as matérias a considerar:

O Concelho de Cascais é abrangido, parcialmente, pelo Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC), Área Protegida reclassificada nos termos do Decreto Regulamentar nº 8/94 de 11 de março e integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas e na Rede Nacional de Áreas Protegidas nos termos do Decreto-Lei nº 142/2008 de julho, na redação em vigor (Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade - RJCNB) e, constante na lista das Servidões e Restrições de Utilidade Pública (SRUP).

Trata-se assim de uma área protegida de âmbito nacional, cuja classificação visa conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade, dos serviços de ecossistemas, do património geológico e da paisagem. Para o efeito, aplica-se o Plano Especial de Ordenamento do Território do PNSC, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 1-A/2004 de 8 de janeiro, retificada através da Declaração de Retificação n.º 26-C/2004 de 8 de março (doravante a designar por POPNSC), transposto para o PDM Cascais em vigor², por cumprimento do

² Nos termos do art.º 78º da LBGPPSOTU e do art.º 198º do RJIGT, o POPNSC foi transposto para o PDM Cascais por via da Alteração por Adaptação, publicada através do Aviso n.º 3234/2017 de 28 de março, DR 2ª série, n.º 62 e da Correção Material, publicada através do Aviso n.º 6459/2017 de 7 de junho de 2017, no DR 2ª série, n.º 110.



art.º 78º da Lei nº 31/2014, de 30 de Maio, na redação em vigor (Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos de Ordenamento do território e de Urbanismo - LBGPPSOTU), e do art.º 198º do RJIGT.

O POPNSC integra áreas prioritárias para a conservação da natureza, sujeitas a diferentes regimes de proteção definidos mediante uma ordem hierárquica suportado pela importância dos valores biofísicos existentes, para os quais são estabelecidas ações e atividades interditas e condicionadas. Em determinadas áreas sobrepõem -se aos regimes de proteção, áreas de intervenção específicas, atendidas no PDM Cascais em vigor como SUB-UOPG. Por outro lado, no POPNSC encontram-se definidas áreas não abrangidas por regime de proteção, nas quais não se aplica qualquer regime de proteção.

Acresce, que parcialmente, o concelho de Cascais é abrangido pelo Sítio de Importância Comunitária (SIC) Sintra – Cascais (PTCON0008), integrado na Rede Natura 2000 e, atualmente, classificado como zona especial de conservação de Sintra/Cascais (ZEC Sintra/Cascais) ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 1/2020 de 16 de março. A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica (Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, na redação em vigor (doravante a designar por Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de abril), que transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril e a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio), que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens no território da União Europeia.

Com incidência em espaço marítimo, junto à linha de costa do concelho de Cascais, incide a Zona de Proteção Especial Cabo Raso (ZPE Cabo Raso), criada ao abrigo do Decreto Regulamentar nº 17/2015 de 22 de setembro, em conformidade com o disposto no art.º 6º do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril.

Nestes termos, aplica-se o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 115-A/2008 de 21 de julho (doravante a designar por PSRN2000), um instrumento de gestão territorial norteador da concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica.

O PSRN2000 determina as formas de adaptação dos PMOT aos princípios e objetivos de conservação dos habitats e das espécies em função dos quais o SIC e as ZPE foram classificados. Assim, o referido instrumento prevê a integração nos PMOT das orientações de gestão relativas às referidas áreas classificadas, em que as medidas de ordenamento a consagrar nos referidos planos, devem garantir a salvaguarda e a valorização do SIC e da manutenção de habitats e espécies num estado de conservação favorável, identificando as espécies e *habitats* de gestão prioritária em cada sítio e estabelecendo as orientações de gestão, em função das respetivas exigências ecológicas. A integração do referido plano, embora tenha sido dado como atendido na proposta de revisão do PDM Cascais, importa considerar a verificação do seu cumprimento.

Na presente data, acresce o cumprimento do disposto no Decreto Regulamentar n.º 1/2020 de 16 de março, no que diz respeito à classificação de ZEC Sintra/Cascais, do SIC Sintra-Cascais, e às medidas de conservação de *habitats* e das populações de espécies em função das quais a ZEC foi classificada.

Para o efeito, no contexto atual, deve ser assegurado a valorização do capital natural, a manutenção em estado de conservação favorável das áreas onde ocorram valores naturais com relevância para a conservação da natureza e biodiversidade, a integrarem a Estrutura Ecológica Municipal (EEM), conforme definida no RJIGT.

Simultaneamente, deve ser promovida a Rede Fundamental de Conservação da Natureza³ (doravante a designar por RFCN), nomeadamente das áreas de continuidade, identificadas na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55 de 7 de maio de 2018 (doravante a designar por ENCNB 2030), bem como das áreas onde ocorrem valores naturais importantes para a conservação da

³ Estabelecida, também, nos termos do Decreto-Lei nº 142/2008 de julho, na redação em vigor.



natureza. Estas áreas de continuidade permitem estabelecer ou salvaguardar “...a ligação e o intercâmbio genético de populações de espécies selvagens entre as diferentes áreas nucleares de conservação...”⁴. Deste modo, pode contribuir-se “...para uma adequada proteção dos recursos naturais e para a promoção da continuidade espacial, da coerência ecológica das áreas classificadas e da conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território, bem como para uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas, nos termos dos respetivos regimes jurídicos.”²

No âmbito florestal, elencam-se o conjunto de matérias a considerar:

Atualmente, o Município de Cascais encontra-se abrangido pelo Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo, aprovado mediante a Portaria nº 52/2019 de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 13/2019 de 12 de abril (doravante a designar por PROF-LVT), cuja cartografia consta em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/prof-em-vigor>

Pese embora o tipo de procedimento em causa (alteração do PDM Cascais para adequação ao RJIGT), aplica-se o disposto no PROF-LVT, em articulação com o Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de Janeiro, na redação em vigor, em que, de acordo com o seu art.º 4º, n.ºs 5 e 6, “Os PROF vinculam ainda, direta e imediatamente, os particulares relativamente: a) À elaboração dos planos de gestão florestal; b) Às normas de intervenção nos espaços florestais; c) Aos limites de área a ocupar por eucalipto” e “Ficam excluídas do disposto no número anterior as normas com incidência territorial urbanística”, em articulação com o disposto na LBGPPSOTU e desenvolvido pelo RJIGT.

O referido programa prevê a identificação e atualização das disposições dos programas e planos territoriais preexistentes incompatíveis com o PROF-LVT, efetuadas nos termos do disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2018, de 6 de setembro e, a atualização dos planos territoriais preexistentes, que deve ser concretizada no prazo estabelecido no art.º 2º, n.º 2 do referido diploma. Em paralelo, estabelece o art.º 1º, n.º 4 do regulamento do PROF-LVT que “As normas do PROF de Lisboa e Vale do Tejo que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, são obrigatoriamente integradas nos planos territoriais de âmbito municipal (PTM) ...”, conjugado com a definição de “Espaços florestais” constante no art.º 3º, alínea e) do referido diploma. Neste sentido, importa refletir sobre o acima exposto e considerar a sua concretização no processo de alteração do PDM em causa, levando a atender aos princípios e objetivos do PROF-LVT, alinhado mediante a visão estabelecida na Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), “...adotando como referências os anos de 2030 e 2050 para as suas metas e objetivos”, conforme art.º 4º do regulamento do mesmo diploma.

O PROF-LVT, nos termos do seu art.º 8º, estabelece como objetivo e promove como prioridade “... a defesa e a proteção de determinadas espécies florestais que, pelo seu elevado valor económico, patrimonial e cultural, pela sua relação com a história e cultura da região, pela raridade que representam, bem como pela sua função de suporte de habitat, carecem de especial proteção, designadamente: a) Espécies protegidas por legislação específica: i) Sobreiro (*Quercus suber*); ii) Azinheira (*Quercus rotundifolia*); e, iii) Azevinho espontâneo (*Ilex aquifolium*); b) Exemplares espontâneos de espécies florestais que devem ser objeto de medidas de proteção específica: i) Carvalho -negral (*Quercus pyrenaica*); ii) Carvalho-roble (*Quercus robur*); iii) Teixo (*Taxus baccata*)”.

Assim, deve ser levado em conta o referido objetivo e prioridades, que se articulam com o disposto em legislação específica referente a espécies arbóreas e arbustivas protegidas, nomeadamente o Decreto-Lei nº 169/2001 de 25 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 155/2004 de 30 de Junho, relativo ao Sobreiro (*Quercus suber*) e ao Azinheira (*Quercus rotundifolia*) e o Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de Dezembro, relativo ao Azevinho (*Ilex aquifolium*), a

⁴ N.º 2.4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55 de 7 de maio de 2018.



constar na carta de condicionantes do PDM e no regulamento, por se enquadrarem na lista de Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública.

O município do Cascais, no âmbito do PROF-LVT, é abrangido por um corredor ecológico, desenhado em área classificada, com continuidade no município de Sintra, conforme estabelecido na respetiva carta de síntese, que constitui nos termos do art.º 9º, “*uma orientação macro e tendencial para a região em termos de médio/longo prazo, com o objetivo de favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas,...*”. Este corredor deve ser atendido na definição da EEM e tendo em conta o disposto no referido art.º 9º do regulamento do PROF-LVT.

De igual forma, devem ser observados os objetivos e as normas comuns afetos a cada sub-região homogénea (SRH), para as quais, com igual nível de prioridade, encontram-se estabelecidas funções gerais dos “*Espaços florestais*” e normas de silvicultura a aplicar, respetivamente. Acresce, atender às espécies vegetais a privilegiar e medidas, estabelecidas para cada SRH (tendo em conta as metas) e, às medidas de intervenção comuns à região do PROF (documento estratégico do PROF-LVT e anexo III). A saber que o concelho de Cascais é abrangido pelas SRH Arribas, Sintra e Grande Lisboa, para as quais foram estabelecidas como funções principais comuns: Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (c); Proteção (pt) e Recreio e valorização da paisagem (re). O referido instrumento estabelece, ainda, as explorações florestais e agroflorestais sujeitas a Plano de Gestão Florestal (PGF) nos termos dos seus artigos 41º e 42º, as áreas florestais sensíveis de acordo com os seus artigos 13º e 14º e, os limites máximos de área a ocupar por eucalipto no seu anexo IV, com a ressalva do disposto no art.º 50.º, n.º2 do mesmo diploma. Ao nível das áreas florestais sensíveis relativas ao risco de incêndio devem ser articuladas com o disposto no Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, na redação em vigor e com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Cascais (PMDFCI / Cascais).

Sabendo que o art.º 16º, nº1 do Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, na redação em vigor, dispõe que “*A classificação e qualificação do solo definidas no âmbito dos instrumentos de gestão territorial vinculativos das particulares devem considerar a cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI a integrar, obrigatoriamente, na planta de condicionantes dos planos municipais (...) de ordenamento do território*”, suportando as normas da construção de novos edifícios (conforme constante no referido diploma). Neste contexto e no âmbito da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI) deve ser considerada a informação referente a infraestruturas da Defesa da Floresta Contra Incêndios: postos de vigia da Rede Nacional, por via das condicionantes estabelecidas pelo artigo 32º do referido decreto-lei; rede viária florestal, nomeadamente a fundamental, face à multiplicidade de funções que desempenha, e os pontos de água (os de 1ª ordem – classificação de acordo com a Portaria nº 133/2007 de 26 de janeiro); medidas a adotar no âmbito do PMDFCI na prevenção contra incêndios, nomeadamente, a implementação da rede de faixas de gestão de combustível, os mosaicos de parcelas de gestão de combustível e o estabelecimento da rede viária florestal.

Assim, salienta-se a importância no cumprimento da legislação aplicável e, por conseguinte, na verificação das condicionantes anteriormente identificadas e das seguintes:

- A identificação do historial dos incêndios ocorridos nos últimos 10 anos e a cartografia correspondente (indicação do ano), por forma a estabelecer os povoamentos florestais percorridos por incêndios nos últimos 10 anos, resultantes da sobreposição das áreas de povoamentos florestais com as áreas ardidas (Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 54/91, de 8 de Agosto, Decreto -Lei n.º 34/99, de 5 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março), a constarem na planta de condicionantes do plano e no regulamento. Estas áreas constituem uma restrição à alteração do uso/ocupação do solo, uma condicionante de natureza dinâmica, que tem que ser atualizada, anualmente, uma vez que serão



igualmente sujeitos a este regime os povoamentos florestais percorridos por incêndio, após aprovação da proposta de alteração em causa.

Para efeitos da proposta de alteração releva o cumprimento da legislação aplicável, salientando o disposto no art.º 1º, nº3 do Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março.

- As árvores isoladas, alamedas e maciços classificados de interesse público, bem como as suas áreas de proteção, que nos termos da Lei n.º 53/2012 de 05 de setembro⁵, resultam num “buffer” de 50 m, a verificar para cada caso face ao respetivo diploma de classificação aplicável. Estas devem constar na planta de condicionantes e regulamento, cuja informação encontra-se disponível em: <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/Arvores.qry?Distrito=10&Concelho=5&Freguesia=&Processo=&template%3Amethod=Pesquisar>
- As áreas submetidas ao Regime Florestal Parcial que incidem no concelho de Cascais a constarem na planta de condicionantes.

Adicionalmente, sugere-se que a proposta de alteração do PDM incorpore a estratégia 2020-2030 definida no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho. O PNGIFR identifica as orientações estratégicas e objetivos estratégicos e, introduz um novo modelo de governação e de gestão do risco, tendo a missão de proteger as pessoas e bens dos incêndios rurais e de conferir valor aos espaços silvestres e de manter os ecossistemas num estado de conservação favorável.

Em relação às arborizações e re-arborizações deverá ser assegurado o cumprimento do Decreto-Lei 96/2013, de 19 de julho, na redação em vigor, em conjugação com o art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, da sua redação atual.

No âmbito das áreas suscetíveis à desertificação e erosão do solo:

A proposta de alteração do PDM Cascais (ordenamento, normas e medidas regulamentares) deve contribuir de forma integrada e positiva para o cumprimento das metas dispostas no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, aprovado pela RCM n.º 78/2014 de 24 de dezembro, indo ao encontro das linhas de ação aí definidas para as áreas suscetíveis à desertificação.

3. Apreciação

Relatório

Na sequência do anteriormente já identificado refere-se que nos termos do relatório as alterações consideradas e identificadas em fichas individuais em termos de classificação do solo preveem a alteração de solo rural para solo rústico e as respetivas propostas de delimitação face aos critérios legais. As principais alterações decorrem da extinção do solo Urbanizável, com a passagem das respetivas áreas para solo urbano e para solo rústico. A área total de Solo Rústico passou de 3834,53 ha (enquanto solo rural) para 3882,17 ha (na presente proposta). Sistematiza o referido relatório que ao nível da qualificação do solo foram introduzidas várias alterações, agrupadas mediante tipologias: alterações resultantes da participação preventiva; alterações resultantes da extinção do solo urbanizável; alterações resultantes da extinção do espaço canal; alterações resultantes da reformulação da rede viária; alterações

⁵ Regulamentada pela Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho



resultantes da fusão dos espaços históricos; alterações resultantes da iniciativa municipal; alterações resultantes da qualificação das áreas com plano de pormenor e alterações resultantes da extinção das pedreiras.

Atendendo aos âmbitos das alterações propostas, ao nível do relatório realça-se:

É estabelecido que “no âmbito da elaboração da proposta de alteração do PDM Cascais para adequação ao RJGT são tomados em consideração os instrumentos estratégicos e de gestão territorial vigentes na área do Município de Cascais e que consagram as grandes orientações de política dos solos que concorrem para a consolidação das opções de planeamento deste Município.” Neste sentido foram identificados os programas, planos e instrumentos de gestão territorial com incidência no território municipal de Cascais, entre outros: o POPNSC; o PSRN2000; a ENCNB 2030; a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável; o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas; o PROF-LVT; o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o PMDFCI de Cascais.

No entanto, não foi atendido o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, aprovado pela RCM n.º 78/2014 de 24 de dezembro, com grande relevância ao nível das áreas suscetíveis à desertificação e o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Em paralelo, o relatório não aborda a compatibilização do plano com o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo, que é identificado corretamente, carecendo contudo de atualização à respetiva retificação à Portaria que aprova o PROF LVT: *Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 13/2019, de 12 de abril*. O documento não reflete as orientações do PROF LVT que devem ser vertidas à escala do PDM em disposições materiais e procedimentais ao nível do regulamento e cartografia, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 1.º do Regulamento do PROF LVT e conforme anteriormente identificado.

A atender que nos termos do RJGT (artigo 28.º), e com a entrada em vigor do PROF LVT, é obrigatória a adequação do PDM de Cascais ao PROF LVT pelo que, entende-se existir a necessidade do Relatório identificar as orientações estratégicas aplicáveis aos espaços florestais elencadas neste documento, a serem vertidas em matéria regulamentar e na Planta de ordenamento.

Relativamente aos espaços florestais, incluídos no PDM de Cascais, na categoria de *Espaços Naturais*, importa salientar que estes devem ser compatíveis com os objetivos de gestão e respeitar obrigatoriamente as normas gerais e normas específicas, apresentadas no Capítulo E do Documento Estratégico e referenciadas no Anexo I, e os modelos de silvicultura e de gestão florestal sustentável para estes espaços, apresentadas no Capítulo E do Documento Estratégico e referenciadas no Anexo II, a adaptar às funções gerais estabelecidas para os espaços florestais, e definidas para as SRH identificadas na área do concelho no PROF LVT. Assim, devem ser identificadas as SRH integradas na área do concelho de Cascais (SRH Arribas, SRH Sintra e SRH Grande Lisboa), e as respetivas funções gerais dos espaços florestais que, numa abordagem multifuncional, possibilita a definição territorial de objetivos de utilização, como resultado da otimização combinada de três funções principais e objetivos específicos (conforme anexo I).

Planta de Condicionantes

A planta de condicionantes do PDM em vigor, desdobra-se em: (i) Áreas Protegidas, Recursos e Valores Naturais (Áreas Protegidas; Recursos e Valores Naturais; Reserva Ecológica Nacional (REN)); (ii) Equipamentos; (iii) Infraestruturas e; (iv) Património Cultural, à escala 1:10.000. No Relatório consta que foram levadas a efeito



alterações ao nível da Planta de Recursos e Valores Naturais; da planta de Infraestruturas e da Planta de Património Cultural.

Pese embora o explicitado no Relatório importa atender:

Na Planta de Condicionantes, denominada como “Áreas Protegidas”, essencialmente, encontram-se estabelecidas as Áreas Protegidas e as áreas afetas à Rede natura 2000, ambas constituindo áreas classificadas nos termos do RJCNB pelo que a planta devia ser denominada como Áreas Classificadas.

Por outro lado, atualmente, o Sítio de Importância Comunitária (SIC) Sintra – Cascais (PTCON0008), integrado na Rede Natura 2000, foi classificado como zona especial de conservação de Sintra/Cascais (ZEC Sintra/Cascais) ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 1/2020 de 16 de março, pelo que a ZEC Sintra/Cascais deve estar expressa na planta de Condicionantes em causa.

Embora com incidência em espaço marítimo, junto à linha de costa do concelho de Cascais, incide a Zona de Proteção Especial Cabo Raso (ZPE Cabo Raso), criada ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 17/2015 de 22 de setembro, em conformidade com o disposto no art.º 6º do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, que pode ser considerada na referida planta de condicionantes, em harmonia com a identificação efetuada no âmbito do SIC Sintra – Cascais e da ZEC Sintra/Cascais.

Com grande relevância, constata-se que não foi abordado e justificado a ocorrência de povoamentos florestais percorridos por incêndio nos últimos 10 anos (Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março), tendo em conta a cartografia das áreas ardidas e dos povoamentos florestais. Salienta-se que a condicionante em causa resulta da sobreposição das áreas ardidas correspondentes aos últimos 10 anos, não incluídos em espaços estabelecidos em planos municipais de ordenamento do território como “urbanos, urbanizáveis ou industriais”, com os povoamentos florestais, conforme estabelecidos nos termos da definição do PROF-LVT. Neste sentido deve ser verificado, recorrendo à informação constante no PMDFCI/Cascais ou ao COS 2018, a ocorrência de povoamentos florestais e se estes se sobrepõem às áreas ardidas nos últimos 10 anos, tanto mais que se verificam áreas ardidas nos últimos 10 anos. Sendo que devem ser assinalados os anos de ocorrência correspondentes às áreas ardidas, conforme anteriormente identificado.

Pese embora o disposto no artigo 25.º do PDM Cascais, relativo a Incêndios, e a Carta de Suscetibilidades III (elemento que acompanha o Plano), em vigor, importa atender ao disposto no art.º 16º, nº1, do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, na redação em vigor, que dispõe que a planta de condicionantes deve integrar a carta de perigosidade de incêndio rural do PMDFCI/Cascais, na sua plenitude, isto é, com todas as classes definidas, e que não acontece.

Releva alertar para a confirmação de todos os exemplares de Arvoredo de Interesse Público constantes na planta de condicionantes, incluindo as áreas de proteção de cada exemplar, nos termos da Lei n.º 53/2012 de 05 de setembro, regulamentada pela Portaria nº 124/2014, de 24 de junho.

No PDM de Cascais são identificados 11 elementos, com a respetiva zona de proteção (buffer de 50m), dos quais 9 encontram-se classificados na BDG do ICNF, I.P., contudo o nome científico e vulgar, bem como os diplomas das respetivas classificações não se encontram descritos na legenda da Planta de Condicionantes atual “Valores e Recursos Naturais”, à semelhança do que é feito para o património classificado, identificado na Planta 02 04 relativa ao património Cultural. O exemplar da espécie *Platanus hybrida* Brot. Identificado como plátano-vulgar N.º5, processo n.º KNJ1/145, classificado em D.G. nº 121 II Série de 22/05/1965, não se



encontra identificado na Planta, sendo que este serviço pode facultar a *shapefile* necessária para efeitos da colmatação exigível.

Acresce, ainda, as áreas submetidas ao Regime Florestal que incidem no concelho de Cascais, que devem ser conferidas, por não coincidirem plenamente com a cartografia constante na BDG deste serviço, cuja *shapefile* pode ser facultada por este serviço.

Planta de Ordenamento

A Planta de ordenamento do PDM em vigor desdobra-se em: Planta de Ordenamento - Classificação do Solo; Planta de Ordenamento — Qualificação do Solo; Planta de Ordenamento — Estrutura Ecológica Municipal; Planta de Ordenamento — Mobilidade e Acessibilidades I; Planta de Ordenamento — Planta de Mobilidade e Acessibilidades II; Planta de Ordenamento — Planos com Repercussão Territorial; Planta de Ordenamento — Património Cultural; Planta de Ordenamento — Carta de Suscetibilidades I; Planta de Ordenamento — Carta de Suscetibilidades II; Planta de Ordenamento — Infraestruturas Aeronáuticas; Planta de Ordenamento — Regimes de Proteção / Parque Natural de Sintra -Cascais; Planta de Ordenamento — Regimes de Proteção / Orla Costeira Alcobça -Cabo Espichel, à escala 1:10.000. Do que é dado entender são apresentadas, essencialmente, as plantas de ordenamento alvo de alterações, tal como acontece ao nível da planta de condicionantes.

Planta de Ordenamento — Planos com Repercussão Territorial

A Planta de ordenamento em apreço carece de atualização dado que identifica na legenda a área de abrangência do Plano Regional de Ordenamento Florestal revogado (PROF AML) quando deve constar a área de abrangência do Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo, aprovado mediante a Portaria nº 52/2019 de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 13/2019 de 12 de abril, sendo identificado no Relatório e Regulamento. Assim, a incidência territorial e identificação do PROF-LVT devem constar na planta relativa aos Planos com Repercussão Territorial, sendo que a cartografia consta em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/prof-em-vigor>

Plantas de Ordenamento relativas à classificação do solo, qualificação do solo, estrutura ecológica municipal

a) Tomando por referência as alterações previstas, salienta-se que na área do PNSC prevalece a Planta de Ordenamento — Regimes de Proteção / Parque Natural de Sintra-Cascais, ou outra mais restritiva. Segundo os elementos apresentados a referida planta de ordenamento não sofre alterações.

No âmbito das áreas abrangidas pelo PNSC importa referir:

A alteração aos polígonos 567 (Penha Longa) para além de consolidarem uma deslocação, ainda consideram um novo desenho que aumenta a área da subcategoria Espaço de Ocupação Turística, em solo rústico, e que não corresponde aos polígonos estabelecidos na planta de síntese do POPNSC relativos ao regime de proteção “área de proteção complementar tipo I”, transposto para o PDM Cascais no âmbito do procedimento referente à 1ª alteração⁶ do mesmo plano. Neste sentido, prevalecem os regimes de proteção estabelecidos na Planta de Ordenamento — Regimes de Proteção / Parque Natural de Sintra-Cascais integrada no PDM Cascais.

⁶ Nos termos do art.º 78º da LBGPPSOTU e do art.º 198º do RJIGT, o POPNSC foi transposto para o PDM Cascais por via da Alteração o por Adaptação, publicada através do Aviso n.º 3234/2017 de 28 de março, DR 2ª série, n.º 62 e da Correção Material, publicada através do Aviso n.º 6459/2017 de 7 de junho de 2017, no DR 2ª série, n.º 110.



Considera-se, assim, importante compreender a origem e justificação destes novos polígonos, antes de se concretizar qualquer alteração, levando à nossa discordância no que diz respeito à presente alteração. Esta proposta de alteração, ao ser estabelecida na presente data, ainda, colide com a cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI Cascais, uma vez que se sobrepõe a áreas de perigosidade alta, onde não podem ser construídos novos edifícios, nos termos do artigo 16.º, n.º2, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação em vigor.

Na ficha, o polígono 202 sofre alterações ao nível da qualificação do solo, de espaço canal para “Espaço Habitacional; “Espaço Verde de Recreio e Produção” e “Espaço Natural de nível 1”. No entanto na *shape* fornecida encontra-se definida como “Espaço Habitacional e “Espaço Natural de nível 1”. Situação que deverá ser clarificada.

b) Em concordância com o anteriormente exposto a proposta de alteração deve estar em cumprimento com o disposto no Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março, que implica a verificação da classificação do solo afeta às propostas de alterações face à condicionante relativa aos Povoamentos florestais percorridos por incêndios nos últimos 10 anos. Como esta condicionante não se encontra devidamente estabelecida e/ou justificada, não é possível verificar o cumprimento do exposto e, por isso, a verificar pela CMC.

c) Simultaneamente, a proposta de alteração deve estar em cumprimento com o disposto no PMDFCI Cascais e no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação em vigor, nomeadamente do seu artigo 16.º. Nestes termos, releva que as alterações propostas, quando implicam a construção de novos edifícios, fora de “áreas edificadas consolidadas”⁷, não podem acontecer em áreas de perigosidade alta e muito alta, conforme estabelecidas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI Cascais .

A referida condicionante não se encontra devidamente integrada na planta de condicionantes, a colmatar, sendo que face ao explicitado importa verificar todas as alterações propostas, particularmente os polígonos (alterações) 701, 702 e 551, tendo em conta que estes não podem colidir com áreas de perigosidade de incêndio alta e muito alta, em solo rústico.

d) Em concordância com o anteriormente exposto, salienta-se que a entrada em vigor do PROF-LVT leva à obrigatoriedade da adequação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território ao referido instrumento nos termos e prazos estabelecidos. Para o efeito, num primeiro momento, na planta de ordenamento deve constar a delimitação das 3 SRH (SRH Arribas, SRH Grande Lisboa e SRH Sintra) e as suas funções (Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; Proteção e Recreio e valorização da paisagem), cujos limites devem ser aferidos face à escala do PDM⁸. De igual forma devem constar na planta de ordenamento as áreas florestais sensíveis e o corredor ecológico estabelecidos no PROF-LVT, cujos limites devem ser aferidos face à escala do PDM⁶.

Tendo em conta o conteúdo da planta de ordenamento – estrutura ecológica municipal, o registo gráfico das áreas florestais sensíveis e do corredor ecológico do PROF-LVT devem constar nesta planta, este último ao ter

⁷ Ao abrigo do artigo 3.º, alínea b) do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação em vigor, as “Áreas edificadas consolidadas” correspondem às “áreas de concentração de edificações, classificadas nos planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território como solo urbano ou como aglomerado rural”.

⁸ Nos termos do n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2018, de 6 de setembro.



como objetivo *favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas, deve ser objeto de tratamento específico no âmbito dos planos de gestão florestal (PGF) e devem ainda contribuir para a definição da Estrutura Ecológica Municipal no âmbito de PMOT, conforme o estabelecido no n.º 3 do art.9.º do PROF -LVT.*

As 3 SRH com a identificação das funções correspondentes devem constar num desdobramento da planta de ordenamento ou outra solução que a CMC entenda ser melhor aplicável. Importa, sim, considerar que a referida informação conste na planta de ordenamento, passível de articular com o teor do regulamento.

As alterações propostas devem salvaguardar os objetivos e princípios constantes no PROF-LVT, cuja classificação do solo deve ser concordante com as funções afetas a cada SRH e salvaguardar as funções do corredor ecológico.

Regulamento

a) Num primeiro momento e, em conformidade com o anteriormente exposto, importa reforçar que o RJGT (artigo 28.º) estabelece que a adequação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) é obrigatória, pelo que a entrada em vigor do PROF-LVT leva a salientar que o município de Cascais deve proceder à referida adequação de acordo com o n.º 4 do artigo 1.º da Portaria n.º 52/2019 de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 13/2019 de 12 de abril. A adequação, num primeiro momento, deve passar pela conformidade com o Capítulo F - Documento Estratégico, Quadro 15 (Normas a compatibilizar no PDM de Cascais), podendo este ser consultado em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/prof-em-vigor>

b) Num segundo momento observam-se as seguintes situações:

Artigo 4.º

Encontra-se identificado de forma correta a referência ao Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT), carecendo apenas de atualização à respetiva retificação à Portaria que aprova o PROF LVT: Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 13/2019, de 12 de abril.

Contudo, deve ser conferido o período de vigência do PMDFCI de Cascais identificado tanto no como no Relatório.

O presente artigo deve incluir ainda o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro e o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais [PNGIFR], aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45 -A/2020, de 16 de junho.

Artigo 5.º

Atendendo à determinação estabelecida no art.º 1º, nº4 do PROF-LVT, relativa à integração nos planos territoriais de âmbito municipal, das normas do referido instrumento que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, deverá ser integrada no presente artigo, a definição de “espaços florestais”, conforme estabelecida no art.º 3º, alínea e) do mesmo diploma, que se cita: “e) «Espaços florestais», os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional”, concordante com o art.º 3º, nº1, alínea h), do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na redação vigente.



De igual forma, devem ser atendidas as definições relativas a “Povoamentos florestais”, “Corredor ecológico”, “Função de Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos”, “Função de Proteção”, “Função de Recreio e valorização da paisagem” e “Sub - região homogénea”, estabelecidas no art.º 3º do PROF-LVT.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública

Artigo 6.º - Identificação

Embora a proposta não preveja alterações no presente artigo, em conformidade com o anteriormente exposto importa atender:

Na alínea (c) Recursos Agrícolas e Florestais, ponto 3, deve constar “Povoamentos Florestais percorridos por Incêndios nos últimos 10 anos”, nos termos do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março e, no ponto 5, para além de constar o sobreiro (*Quercus suber*) e a Azinheira (*Quercus rotundifolia*), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de Junho, por precaução, deverá ser incluído o Azevinho (*Ilex aquifolium*), de acordo com o Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de Dezembro. Neste contexto, também, deve constar a legislação aplicável.

Na alínea (d) Recursos Ecológicos, ponto 2, deverá constar a zona especial de conservação de Sintra/Cascais (ZEC Sintra/Cascais) ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 1/2020 de 16 de março, bem como salvaguarda-se a ocorrência, em espaço marítimo da Zona de Proteção Especial Cabo Raso (ZPE Cabo Raso), criada ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 17/2015 de 22 de setembro.

Por outro lado deverá ser incluído a Perigosidade de incêndio rural, nos termos do PMDFCI/Cascais em vigor e, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na redação vigente.

A atender que no caso de alguma das Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública acima identificadas não demonstrarem ter expressão para poderem ser representadas graficamente, podem ser denominadas com a identificação da legislação aplicável no artigo 7.º.

Neste contexto, importa incluir uma disposição relativa à atualização da planta de condicionantes, que pode considerar uma redação da seguinte natureza: a planta de condicionantes é atualizada anualmente, na qual podem ser incluídas novas servidões ou restrições, retiradas outras e, alteradas, que nos termos da legislação aplicável sejam estabelecidas ou derrogadas⁹. Esta questão, baseia-se no facto da cartografia relativa aos Povoamentos florestais percorridas por incêndios, nos últimos 10 anos, ter que ser atualizada, anualmente e, a Perigosidade de incêndio rural ter que ser atualizada, sempre que o PMDFCI/Cascais seja alterado ou revisto. Estas constituem restrições, com carácter dinâmico, salientando que a relativa aos Povoamentos florestais percorridos por incêndios nos últimos 10 anos dever ser atualizada anualmente, uma vez que serão igualmente sujeitos a este regime os povoamentos florestais percorridos por incêndio, após aprovação da alteração do PDM.

⁹ Atendendo ao artigo 121º do RJGT



Sistemas de Proteção de Valores e Recursos

Artigo 8.º

No n.º 4, alínea n), subalínea i) propõe-se a seguinte redação: implantação de árvores de arruamentos e demais estruturas verdes, nos quais se privilegie a utilização de espécies autóctones”, atendendo à sua concordância com a alínea m) (anterior alínea l)) e na subalínea ii) propõe-se que para além das coberturas verdes seja privilegiado a aplicação de jardins verticais face à importância que demonstram ao nível ambiental.

Por outro lado, devia ser considerado que as soluções ao nível da iluminação exterior devem ponderar a boa adaptabilidade ao local e a salvaguarda do ambiente, nomeadamente através do controlo da intensidade e dispersão da luminosidade, privilegiando soluções que minimizem os efeitos da iluminação exterior no ambiente e ao nível das espécies da fauna, particularmente da avifauna.

Áreas Sujeitas a Suscetibilidades e a Perigos Naturais, Antrópicos e Tecnológicos

Artigo 25.º - Incêndios

O n.º 1 deve ser reformulado face à obrigatoriedade de incorporar a cartografia de “perigosidade de incêndio rural” na planta de condicionantes, conforme anteriormente exposto.

O n.º3 deve identificar a legislação vigente (Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação em vigor), e reforçar o seu cumprimento, para além do PMDFCI Cascais vigente.

Para facilitar a análise de operações urbanísticas ou outras ações que possam colidir com as normas previstas no Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação em vigor e, no PMDFCI Cascais, considera-se relevante que seja expresso no regulamento as restrições aplicáveis e constantes nos referidos documentos, nomeadamente quanto às distâncias mínimas a assegurar, faixas de gestão de combustível e procedimentos de análise de risco destinados a atenuar o perigo de incêndio e conter possíveis fontes de ignição, nomeadamente o disposto no artigo 15.º relativo à defesa de pessoas e bens e art.º 16.º relativo aos “Condicionalismos à edificação”. **Sendo que é de grande relevância atender ao ANEXO do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação em vigor, do qual se dá grande relevância ao n.º 5, tendo em conta a promoção da conservação da natureza e biodiversidade.**

Mais se acrescenta que compete à Comissão Municipal de Defesa da Floresta a verificação do cumprimento do SNDPCI e emissão do competente parecer vinculativo, conforme alínea e) do n.º 11 do art.º 16.º do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação em vigor.

Ressalva-se a importância de admitir a edificabilidade no solo rústico apenas em circunstâncias excecionais, evitando assim o fracionamento e dispersão e o avanço dos edifícios para espaço rústico com as implicações que daí advêm do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios. Para além da necessidade de dar cumprimento às regras decorrentes das medidas de proteção, defesa e resistência dos edifícios, ou outras infraestruturas, à passagem do fogo e das medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar, deve ser observado o princípio de não transferir



para terceiros a responsabilidade de proteção e prevenção de incêndios, no âmbito da gestão de combustível, pelo uso e atividade desenvolvida pela edificação.

Bens Culturais com Interesse Patrimonial

Artigo 39.º

No n.º 1 do artigo 39.º importa excecionar as espécies vegetais com comportamento invasor ou infestante, que não devem ser mantidas e preservadas.

Do uso do solo

Artigos 45.º até ao Artigo 51º

Considera-se que a caracterização e identificação dos *Espaços Naturais* é compatível com as funções descritas para as SRH identificadas no PROF LVT, devendo ser atualizados no sentido de integrar as normas do PROF LVT que vinculam os particulares e que condicionam a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, tendo presente o descrito anteriormente.

Apresentando os espaços naturais *características adequadas para a atividade agrícola e pastoril ou passíveis de as poderem vir a adquirir, bem como para o fomento, exploração e conservação das espécies florestais e outros recursos a elas associados*, importa que o conteúdo regulamentar explicita de forma clara e inequívoca que as intervenções nos espaços florestais, devem ser compatíveis com os objetivos de gestão e respeitar obrigatoriamente as normas gerais e normas específicas, apresentadas no Capítulo E do Documento Estratégico e referenciadas no Anexo I, e, os modelos de silvicultura e de gestão florestal sustentável para estes espaços, apresentadas no Capítulo E do Documento Estratégico e referenciadas no Anexo II, a adaptar às funções gerais estabelecidas para os espaços florestais, e definidas para as SRH identificadas na área do concelho no PROF LVT.

Ressalva-se também a importância de que os espaços agrícolas são áreas privilegiadas para garantir a descontinuidade em áreas de povoamentos florestais, pelo que a proposta do PDM deve assegurar através de normas condicionantes às ações de arborização, de rearborização e de reconversão florestal de forma a assegurar nessas áreas a constituição de povoamentos de espécies arbóreas caducifólias ou de espécies com baixa inflamabilidade e combustibilidade, autóctones, nos termos do artigo 17.º do DL n.º 124/2006, de 28 de junho, da sua redação atual. De igual forma deve ser promovido a plantação de espécies vegetais, autóctones, com maior capacidade de captura ou sequestro de carbono.

Aceita-se a remissão para um anexo onde conste as normas que condicionam a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, incluindo a tabela com as espécies florestais a privilegiar para cada SRH, em correspondência com os respetivos Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável (anexo II).

Espaço de Equipamento

Artigos 56.º e 57º

Os artigos sofreram alterações perdendo a SUB-UOPG e a referência à salvaguarda do disposto nos regimes de proteção das áreas do PNSC.



Interpretando que o Autódromo se enquadra neste âmbito considera-se que deve ser mantido a referência à aplicação dos regimes de proteção das áreas do PNSC.

Espaço verde de proteção e conservação

Artigo 91º

Embora o presente artigo não tenha sofrido alterações, alerta-se que devam ser consideradas exceções quando se tratam de espécies vegetais invasoras ou infestantes, uma vez que estas devem ser erradicadas.

Artigo 133-A

Deve ser claro que o presente artigo abrange as normas estabelecidas ao nível das UOPG e SUB-UOPG.

4. Apreciação – AAE / Relatório Ambiental

Nos termos do Relatório Ambiental (RA) que acompanha a proposta de alteração do Plano Diretor Municipal de Cascais para Adequação ao Novo RJIGT, particularmente no capítulo Conclusões e Recomendações, é referido que *“após o período da consulta institucional do RFCD, o executivo municipal deu uma nova orientação política a este processo. Desta nova orientação política resulta um quadro de avaliação estratégica substancialmente simplificado e a grande questão estratégica reside na classificação dos solos urbanizáveis em solos urbanos ou rústicos.”* Sistematiza que *“no início do processo foi entendido pelas equipas do PDM e da AAE que se deveriam considerar as implicações estratégicas dessa classificação para o restante município. Contudo, apesar da relevância estratégica da amplitude proposta para a AAE, na consulta institucional o parecer emitido pela CCDRLVT considerou que esse entendimento extravasaria o âmbito necessário da AAE, pelo que a delimitação do âmbito da mesma acabou por se reduzir a um único FCD - Classificação do solo, exclusivamente aplicado às áreas urbanizáveis (PDM-Cascais 2015).* Assim, este FCD avalia as implicações estratégicas desta nova classificação de uso do solo, decorrentes do processo de alteração do PDM Cascais para adequação ao NRJIGT.”

Ora, questiona-se a opção tomada, uma vez que as alterações não incidem, apenas, nas áreas urbanizáveis, tendo sido agrupadas em várias tipologias no âmbito da proposta de alteração do PDM Cascais (conforme anteriormente sistematizado), reforçado pelo enquadramento da área do Concelho de Cascais, onde incidem áreas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 142/2008 de julho, na redação em vigor (conforme sistematizado no ponto 2 do presente ofício).

Nos termos do Decreto-Lei nº. 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011, de 4 de maio a avaliação ambiental atende à identificação, descrição dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, numa perspetiva integrada das componentes ambiental, social, cultural, e económica, em que esta constitui um dos mecanismos importantes para garantir a manutenção e a conectividade funcional dos sistemas naturais e valores biológicos associados. A avaliação ambiental é entendida como um processo contínuo e levado a efeito em paralelo à conceção da proposta do plano ou programa e integrado no procedimento de tomada de decisão, de avaliação da qualidade ambiental de visões alternativas e perspetivas de desenvolvimento incorporadas num planeamento que vão servir de enquadramento a futuros projetos, assegurando a integração global e precoce das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas que possam estar em causa.



Assim, considera-se que o Relatório Ambiental apresentado, ao não incidir em todas as áreas sujeitas a alteração não obedece ao disposto no Decreto-Lei nº. 232/2007, de 15 de junho, na redação em vigor. Acresce o facto de ter sido apresentado um RFCD, sujeito a parecer das diversas entidades, que não foi atendido.

O presente documento, ao estabelecer apenas um FCD direcionado, apenas, para as áreas urbanizáveis não alcança todas as componentes a avaliar face a potenciais impactes da alteração do plano, a nível estratégico, e ao próprio QRE definido.

A atender que os FCD devem permitir avaliar os potenciais impactos da proposta do Plano no âmbito da conservação da natureza, biodiversidade e florestal, tanto mais que se verificam alterações em áreas classificadas. Por outro lado, para o único FCD definido, não se verificam indicadores, que devem ser mensuráveis, preferencialmente quantitativos, de modo a tornar a avaliação o mais efetiva e transparente possível.

Neste sentido, deverá ser atendido o conteúdo do parecer emitido ao RFCD, através do ofício 8746/2020/DRCNF - LVT/DRCNB/DOT, e que não foi refletido no Relatório Ambiental.

5. Conclusão

Em conformidade com o acima exposto e no âmbito das competências do ICNF,IP, à proposta de alteração do PDM Cascais emite-se parecer favorável condicionado ao cumprimento das questões elencadas anteriormente, considerando que as mesmas são resolúveis em processo de concertação, caso a Câmara assim o entenda.

Ao Relatório Ambiental, o ICNF,IP nos termos do Decreto-Lei nº 232/2007, alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011, emite parecer desfavorável, tendo em conta o acima exposto.

Com os melhores cumprimentos.

A Diretora do Departamento Regional de Conservação da Natureza e Biodiversidade Lisboa e Vale do Tejo

Ana Lúcia Freire

Assinado por : **ANA LÚCIA PARREIRA DE VASCONCELOS FREIRE E COUTINHO** Num. de Identificação Civil: B1084302941 Data: 2020.11.17 23:41:32 Hora padrão de GMT



Anexo I

De forma sucinta, esclarece-se que o território do concelho abrange três sub-regiões homogéneas (SRH), nas quais, numa abordagem multifuncional, se visa a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

Funções gerais dos espaços florestais	Arribas	Lisboa	Sintra	
Função de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geossítios	c	c	c	Contribuição dos espaços florestais para a manutenção da diversidade biológica e genética e de geomonumentos. Engloba, como subfunções gerais, a conservação de habitats classificados, a conservação de espécies da flora e da fauna protegida, a conservação de geomonumentos e a conservação dos recursos genéticos;
Função de proteção	pt	pt	pt	Contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocenoses e das infraestruturas antrópicas. Engloba, como subfunções gerais, a proteção da rede hidrográfica, a proteção contra a erosão eólica, a proteção contra a erosão hídrica e cheias, a proteção microclimática e ambiental, a proteção contra incêndios, a recuperação de solos degradados e a mitigação das alterações climáticas;
Função de recreio e valorização da paisagem	re	re	re	Contribuição dos espaços florestais para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos. Engloba, como subfunções principais, o enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos, o enquadramento de empreendimentos turísticos no espaço rural e turismo de natureza, o enquadramento de usos especiais, o enquadramento de infraestruturas, o recreio e a conservação de paisagens notáveis;

Constituem objetivos específicos das respetivas sub-regiões homogéneas os indicados na tabela seguinte:

Objetivos específicos por SRH		Lisboa	Sintra
Assegurar o controlo de pragas e doenças com impacte relevante nos ecossistemas florestais			

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Departamento de Conservação da Natureza e Florestal Lisboa e Vale do Tejo
Quinta dos Plátanos - Av. Barão Almeida Santos, nº 10 - 12 2710- 525 Sintra
Apartado 25 EC Sintra
2711-901 SINTRA

TEL + 351 21 924 72 00 FAX + 351 21 924 72 27

E-MAIL: pnsic@icnf.pt

www.icnf.pt



Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento das atividades de recreio			
Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística			
Diminuir a erosão dos solos			
Ordenamento dos espaços florestais de Conservação de modo a assegurar o seu usufruto regulado			
Preservar os valores fundamentais do solo e da água			
Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra – estruturas			
Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação			
Reduzir o impacte de invasoras lenhosas			

Anexo II

Adicionalmente, devem ser integradas as normas do PROF LVT que vinculam, direta e imediatamente, os particulares, nomeadamente:

Obrigatoriedade de elaboração dos planos de gestão florestal:

- a) Estão sujeitas a Plano de Gestão Florestal (PGF) as explorações florestais e agroflorestais públicas e comunitárias, tal como definido no artigo 5.º da Lei de Bases da Política Florestal, e encontram-se igualmente sujeitas à elaboração obrigatória de PGF as explorações florestais e agroflorestais privadas com área igual ou superior a 25 ha (aplicável ao município de Cascais; cf. alínea b), n.º 2 do art. 41.º - Reg. PROF LVT);
- b) Estão submetidas ao regime florestal e obrigadas à elaboração de Plano de Gestão Florestal e unidades de baldio, integradas nos Perímetros Florestais (PF) identificadas na Planta de Condicionantes, designadamente, o PF da Penha Longa e o PF da Serra de Sintra;
- c) As explorações florestais e agroflorestais privadas de área inferior à mínima obrigatória submetida a PGF, desde que não integradas em ZIF, ficam sujeitas ao cumprimento das seguintes normas mínimas do Regulamento do PROF LVT: i. Normas gerais de silvicultura, apresentadas no Capítulo E do Documento Estratégico e referenciadas no Anexo I; ii. Normas de silvicultura preventiva, apresentadas no Capítulo E do Documento Estratégico e referenciadas no Anexo I; iii. Modelos de silvicultura a adaptar à sub-região homogénea onde se insere a exploração, apresentadas no Capítulo E do Documento Estratégico e referenciadas no Anexo II.

Normas aplicáveis ao planeamento florestal a adaptar ao concelho: o Relatório do plano devem explicitar que as intervenções nos espaços florestais devem atender a um conjunto de normas a serem adaptadas ao território do

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Departamento de Conservação da Natureza e Florestal Lisboa e Vale do Tejo
Quinta dos Plátanos - Av. Barão Almeida Santos, nº 10 - 12 2710- 525 Sintra
Apartado 25 EC Sintra
2711-901 SINTRA

TEL + 351 21 924 72 00 FAX + 351 21 924 72 27

E-MAIL: pns@icnf.pt

www.icnf.pt



concelho e a serem vertidas em Regulamento as que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais:

- a) Normas gerais, de aplicação generalizada
- b) Normas aplicáveis ao planeamento florestal para as respetivas funções das SRH identificadas na área do concelho;
- c) Normas que são de aplicação localizada, que têm apenas aplicação em determinadas áreas específicas:
 - i) Corredores ecológicos;
 - ii) Áreas florestais sensíveis;
 - iii) Espaços florestais não arborizados;
- d) Normas específicas aplicáveis ao planeamento florestal
 - i) Normas de silvicultura preventiva e operações silvícolas mínimas
 - ii) Normas a considerar no âmbito das infraestruturas florestais, da prevenção de incêndios e da recuperação de áreas ardidas

As mesmas estão definidas no Capítulo E - "Normas e Modelos Gerais de Silvicultura e de Gestão" e referenciadas no Anexo I do Regulamento do PROF LVT.

Limite máximo de área a ocupar por eucalipto para efeitos de aplicação do estabelecido no Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 12/2019, de 21 de janeiro, os limites máximos de área a ocupar por espécies do género *Eucalyptus* spp. no município de Cascais é 107 hectares. (cf. Anexo IV do Regulamento do PROF LVT);

Espécies protegidas e sistemas florestais objeto de medidas de proteção específicas, identificadas no artigo 8º do regulamento do PROF LVT, nomeadamente,

- a) Espécies protegidas por legislação específica:
 - i) Sobreiro (*Quercus suber*);
 - ii) Azinheira (*Quercus rotundifolia*)
 - iii) Azevinho espontâneo (*Ilex aquifolium*)
- b) Exemplos espontâneos de espécies florestais que devem ser objeto de medidas de proteção específica:
 - i) Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*)
 - ii) Carvalho-roble (*Quercus robur*)
 - iii) Teixo (*Taxus baccata*)

Modelos de silvicultura, com espécies de árvores florestais a privilegiar, e gestão florestal sustentável para cada SRH: para cada sub-região homogénea são identificadas as espécies florestais a privilegiar, distinguidas em dois grupos (Grupo I e Grupo II) em resultado da avaliação da aptidão do território para as mesmas, em correspondência com os



respetivos Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável referenciados no Anexo II ao Regulamento do PROF LVT, nomeadamente, as descritas na tabela seguinte:

Arribas	Grandes	Sint	Povoamento	Composição do Povoamento e Objetivo	Código
I	II	II	Alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>)	Povoamento puro de Alfarrobeira, para produção de fruto	AF
I	II	II	Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	Povoamento puro de Azinheira (Azinhal), para produção de fruto e/ou lenho, em alto fuste	AZ1
				Povoamento puro de Azinheira em montado, para produção de fruto e silvopastorícia	AZ2
				Povoamento misto de Azinheira e Sobreiro (em montado), para produção de fruto e/ou lenho e cortiça	AZ.SB
				Povoamento misto permanente de Azinheira e Pinheiro-manso, para produção de frutos e lenho	AZ.PM
		II	Carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>)	Povoamento puro de Carvalho - americano, para produção de lenho .	CA
II	II	I	Carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	Povoamento puro de Carvalho-negral, para produção de lenho e fruto em montado	CN1
				Povoamento puro de Carvalho-negral, para produção de lenho, em talhadia	CN2
				Povoamento puro de Carvalho-negral, para produção de lenho, em alto fuste	CN3
I	II	I	Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>)	Povoamento puro de Carvalho-português, para produção de lenho e fruto, em alto fuste	CP1
				Povoamento puro de Carvalho-português, para produção de lenho e fruto, em talhadia	CP2
		II	Carvalho-roble (<i>Quercus robur</i> , preferencialmente <i>Q. robur subsp. broteroana</i>)	Povoamento puro de Carvalho-roble, para produção de lenho, em alto fuste	CR

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

TEL + 351 21 924 72 00 FAX + 351 21 924 72 27

Departamento de Conservação da Natureza e Florestal Lisboa e Vale do Tejo Quinta dos Plátanos - Av. Barão Almeida Santos, nº 10 - 12 2710- 525 Sintra

E-MAIL: pnsnc@icnf.pt

www.icnf.pt

Apartado 25 EC Sintra
2711-901 SINTRA



II	II	II	Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>)	Povoamento puro de Castanheiro em alto fuste, para produção de lenho	CT1
				Povoamento puro de Castanheiro em talhadia, para produção de lenho	CT2
				Povoamento puro de Castanheiro em alto fuste, para produção de fruto	CT3
II	II	II	Cerejeira (<i>Prunus avium</i>)	Povoamento puro de Cerejeira, para a produção de lenho	PU
	II	II	Cipreste comum (<i>Cupressus sempervirens</i>)	Povoamento puro de Cipreste comum, para produção de lenho	CPC
II	II	II	Cipreste do buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>)	Povoamento puro de Cipreste do buçaco, para produção de lenho	CPB
I	II	I	Eucalipto (<i>Eucalyptus spp.</i>)	Povoamento puro de Eucalipto, em talhadia, para produção de lenho para trituração	EC1
				Povoamento puro de Eucalipto, em alto fuste, para a produção de lenho para serração	EC2
I	I	I	Lódão -bastardo (<i>Celtis australis</i>)	Povoamento puro de Lódão -bastardo, para produção de lenho, em alto fuste	LB
I	I	I	Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>)	Povoamento puro de Medronheiro, para produção de fruto e biomassa	MD
II	II	II	Nogueira comum (<i>Juglans regia</i>)	Povoamento puro de Nogueira, para produção de fruto	NG
I	II	I	Pinheiro -bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	Povoamento puro de Pinheiro-bravo para produção de lenho	PB
				Povoamento misto de Pinheiro-bravo e Castanheiro para produção de lenho	PB CT
				Povoamento misto de Pinheiro-bravo e Medronheiro para produção de lenho e fruto	PB.MD
I	II	II	Pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>)	Povoamento puro de Pinheiro-de-Alepo, para produção de lenho	PA
I	II	I	Pinheiro -manso (<i>Pinus pinea</i>)	Povoamento puro de Pinheiro-manso, para produção de lenho e fruto	PM1
				Povoamento puro de Pinheiro-manso, para produção de fruto	PM2
				Povoamento misto permanente de Pinheiro-manso e Sobreiro, para produção de frutos, cortiça e lenho.	PM.SB
				Povoamento misto permanente de Pinheiro-manso e Azinheira, para produção de frutos e lenho.	PM.AZ



I	I	I	Ripícolas*	Povoamento misto de Ripícolas, para proteção	RI
			Choupo (<i>Populus sp.</i>)	Povoamento puro de Choupo, para produção de lenho	CH
			Freixo (<i>Fraxinus angustifolia</i>)	Povoamento puro de Freixo, para produção de lenho	FR
II	II	II	Sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	Povoamento puro de Sobreiro em sobreiral, para produção de cortiça Povoamento puro de Sobreiro em montado, para produção de cortiça e silvopastorícia Povoamento misto de Sobreiro e Azinheira (em montado), para produção de fruto e/ou lenho e cortiça. Povoamento misto permanente de Sobreiro e Pinheiro-manso, para produção de cortiça, frutos e lenho. Povoamento misto temporário de Sobreiro e Pinheiro-bravo, para produção de cortiça e lenho (madeira, rolaria ou estilha).	SB1 SB2 SB.AZ SB.PM SB.PB

* consultar Anexo III do Cap. E do Documento Estratégico

Normas comuns a todas as sub-regiões homogéneas: explicitar as normas, conforme artigo 12.º do Regulamento do PROF LVT, nomeadamente:

- Não podem ser efetuadas reconversões para outras espécies de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, exceto se for utilizada na replantação outra espécie igualmente do Grupo I, sem prejuízo dos regimes legais específicos de proteção de determinadas espécies e do regime jurídico das ações de arborização e rearborização.
- O recurso a outras espécies que não se encontrem identificadas no Grupo I ou Grupo II, ou reconversões em situações distintas das referidas na alínea anterior, tem de ser tecnicamente fundamentado, com base nas características da espécie a usar e condições edafoclimáticas do local de instalação, e ser devidamente autorizado pelo ICNF, I. P.
- O disposto na alínea e) não se aplica em reconversões de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, quando a espécie a replantar for o Azevinho (*Ilex aquifolium*), a Azinheira (*Quercus rotundifolia*) ou o Sobreiro (*Quercus suber*) e estas espécies fizerem parte das espécies do Grupo II.
- Admitem-se reconversões de povoamentos puros de espécies do Grupo I, para povoamentos mistos com espécies do Grupo II, se a espécie do Grupo I mantiver a dominância.

Deve ser igualmente explicitados que nas arborizações ou rearborizações devem ser respeitadas as medidas de silvicultura preventiva e normas técnicas para a instalação de povoamentos florestais, definidas no PROF LVT, e de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente no que respeita à salvaguarda do recurso solo, da distância às extremas e às linhas de água e, descontinuidades de inflamabilidade, combustibilidade, faixas e mosaicos de gestão de combustível definidos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Cascais.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Departamento de Conservação da Natureza e Florestal Lisboa e Vale do Tejo
Quinta dos Plátanos - Av. Barão Almeida Santos, nº 10 - 12 2710- 525 Sintra
Apartado 25 EC Sintra
2711-901 SINTRA

TEL + 351 21 924 72 00 FAX + 351 21 924 72 27

E-MAIL: pns@icnf.pt

www.icnf.pt